CAFÉ: HORA DE PENSAR

# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ CENTRO DE ESTUDOS A[illegible] DE 2001 ■ R$ 6,00



## PAUTA PARA AÇÃO

*A BSE e o ressurgimento da aftosa desafiam a sociedade, autoridades e pecuaristas a buscar soluções efetivas*

EXCLUSIVO: ENTREVISTA COM DANTE DE OLIVEIRA

FGV
IBRE

# Proteja a sua lavoura das pragas e doenças

A **Cultivar** é a única revista brasileira especializada no controle de pragas, doenças e plantas daninhas que afetam a sua lavoura. A começar pela sanidade e qualidade das sementes

**Cultivar**



Criação: Fabiane Pittmann // Foto: Anibal Molina

## Assinaturas

Pedidos pelo telefone: (53) 272.2128 ou e-mail: cultivar@cultivar.inf.br

site: www.cultivar.inf.br

v. 2 n. 3

# ABRE ASPAS: DANTE DE OLIVEIRA

*Os mato-grossenses têm o que comemorar. Em 1997 o Programa de Incentivo ao Algodão (Proalmat) reduziu em até 75% o ICMS dos produtores que investissem na qualidade do algodão produzido e destinou 15% desse montante à pesquisa, ao controle de pragas e doenças da cultura, ao treinamento de mão-de-obra e à difusão de tecnologia. Os resultados impressionaram: a área plantada cresceu quatro vezes, a produção de algodão em caroço, 15, e a produtividade ficou quase 30% acima da média nacional. O estado acumula recordes: é o maior produtor brasileiro de soja e algodão, o segundo maior produtor de arroz, e ostenta o terceiro maior rebanho bovino do país, um contingente de 18,8 milhões de cabeças com certificado internacional para exportações. O artífice de todos essses números, o governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, 49 anos, é conhecido nacionalmente por ter sido em 1982 o autor da emenda constitucional que restabelecia a eleição direta para presidente da República no país. Deputado estadual, deputado federal, prefeito por duas vezes de Cuiabá e ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira cumpre seu segundo mandato de governador do estado que ostenta toda essa pujança. E é exatamaente para falar dessa pujança que* AGROANALYSIS *o convidou para este Abre Aspas.*



**O Mato Grosso quer produzir 84 milhões de toneladas de grãos nos próximos 10 anos.**

*Dante de Oliveira*

## Estado sólido

**ENTREVISTA CONCEDIDA A**
**IVAN WEDEKIN**
**E REGIS ALIMANDRO**

■ **O senhor foi um revolucionário no passado. Que revolução está acontecendo hoje no estado de Mato Grosso?**

— Faço parte de uma geração que se comprometeu com a restauração da democracia no Brasil, num momento em que as liberdades democráticas estavam suspensas. Fui o autor da emenda das Diretas-já, inspirado pelos ideais democráticos. Hoje os ideais revolucionários têm a mesma importância, mas com outro foco. A revolução hoje é o Estado redimensionado e radicalmente a serviço do cidadão, e não mais de corporações ou de si mesmo: um Estado capaz de produzir bem-estar social. Consolidamos essa idéia em Mato Grosso, desfazendo-nos de seis empresas estatais e de um banco estadual. A consolidação do desenvolvimento econômico se deu particularmente a partir de 1995, depois da definição do papel do Estado na economia estadual. O PIB de Mato Grosso reflete isso. Cresceu 145% entre 1985 e 1997, ou seja, 7,6% ao ano, bem mais do que o PIB nacional. Hoje o PIB estadual está em R$12,5 bilhões. Saímos da 20ª para a 15ª posição no *ranking* brasileiro. Acho que estamos realizando no Mato Grosso uma revolução que se insere na economia nacional, resolvendo a questão do Estado.

■ **Quais as quatro principais marcas registradas da administração Dante de Oliveira?**

— A primeira é a transformação do Estado – que vinha de um modelo centralista e assistencialista – em uma estrutura moderna e adequada aos serviços da cidadania.

A segunda, o equilíbrio fiscal de um estado que gastava em 1994 um real a mais do que cada real arrecadado – o que comprometia 84% da receita com pessoal, hoje reduzida a 54% – e que tinha uma dívida impagável de R$3 bilhões, contraída nas últimas décadas e totalmente renegociada por nós para 30 anos. Em 2000 alcançamos o equilíbrio fiscal.

A terceira marca da nossa administração é a democratização da educação, cujos índices melhoraram sensivelmente. Atendemos a todo o enorme universo do ensino fundamental.

A nossa quarta marca registra-

da é a visão estratégica do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, apoiando o crescimento e induzindo as transformações industriais de produção primária. Tanto que temos hoje no Mato Grosso investimentos privados de R$10,5 bilhões para os próximos três anos, com definição tomada.

**■ O que dirigirá o desenvolvimento econômico e social do estado nesta década?**

— Em primeiro lugar, a solução da logística de transportes para reduzir o custo Mato Grosso, dando maior competitividade às exportações pela agroindustrialização, pela ampliação do agronegócio, pela verticalização das cadeias produtivas, pela vocação para o turismo e o ecoturismo, pela inserção estratégica de Mato Grosso no continente através dos mercados andino, do Centro-Oeste sul-americano (Bolívia, Paraguai, norte da Argentina e do Chile) e do Mercosul, despolarizando o eixo Buenos Aires–São Paulo, pela utilização da via natural da hidrovia Paraguai–Paraná e pela rodovia Cáceres–Santa Cruz de La Sierra em direção ao Pacífico.

Em segundo, o incremento das exportações, que alcançaram US$1.033 bilhão em 2000, com expectativa progressiva.

**■ Como ficam agricultura e pecuária nesse esforço exportador?**

— O valor das nossas exportações é o maior dos estados da região Centro-Oeste e somos o 10° estado exportador no país. Já somos um dos principais produtores de grãos, com 12 milhões de toneladas em 2000. Somos o primeiro em soja, com 8,8 milhões de toneladas e em algodão, com 908,8 mil toneladas; o segundo em arroz, com 1,84 milhão de toneladas e uma produção de 1,5 milhão de toneladas de milho. Temos o terceiro maior rebanho bovino do país, com 18,8 milhões de cabeças, sanitariamente livre de febre aftosa e com certificado internacional para exportações. Somos um estado que possui três ecossistemas diferenciados: amazônia, pantanal e cerrado. Com esse perfil, é de imaginar que teremos, nos próximos anos, a ocupação de mais espaço para a agricultura.

**■ Um caso de sucesso na agricultura brasileira é o desenvolvimento acelerado da produção e do beneficiamento do algodão em Mato Grosso. Que ações públicas lastrearam esse sucesso?**

— Em 1997 instituímos o Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso, o Proalmat, que prevê o incentivo fiscal vinculado à qualidade da fibra do algodão e ao respeito ambiental, de até 75% do ICMS incidente sobre seu valor de comercialização. O programa inclui ainda o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão (Facual), ao qual são recolhidos 15% do valor do incentivo, obrigatoriamente destinados à pesquisa, ao controle de pragas e doenças da cultura, ao treinamento de mão-de-obra e à realização de eventos técnicos.

Esses recursos são gerenciados pela iniciativa privada e produziram uma revolução em biotecnologia e em produção ecologicamente correta. Assim em 2000 a área plantada subiu para 270 mil hectares, 390% a mais; a produção de algodão em caroço chegou a 537 mil toneladas, ou 1.400% de aumento, e a produtividade ficou em 2 mil quilos por hectare, 222 % mais do que em 1996 – e 28,8% acima da média nacional. Na safra 2000/01, a Conab já estimou a nossa produção de algodão em 735 mil toneladas. O mérito mais significativo do Proalmat é que a proposta veio do setor privado e foi acatada por nós, indicando um diálogo muito significativo que estabelecemos com a sociedade produtiva.



*A revolução hoje é o Estado redimensionado e radicalmente a serviço do cidadão, e não mais de corporações ou de si mesmo.*

**■ Quais foram os efeitos do programa sobre a arrecadação fiscal gerada pelo agronegócio algodão? Quais foram os ganhos em termos de renda e emprego na região?**

— O crescimento da área plantada, da produção e da produtividade foi relevante, a ponto de elevar Mato Grosso à condição de primeiro produtor brasileiro de algodão, com 51% da produção nacional. A receita do ICMS, que era de R$3,4 milhões em 1996 sem o incentivo, chegou a R$14,5 milhões em 2000, já descontado o incentivo. Os incentivos atingiram R$43 milhões em 2000, representando 1.158,5% em relação a 1996. A renda direta gerada pela comercialização foi de R$605 milhões em 2000, ou seja, 1.575% maior do que em 1996. Os empregos gerados, que eram 12.500, diretos e indiretos, em 2000 chegaram a 64 mil. As indústrias algodoeiras que fazem o tratamento inicial passaram de 11 para 156, com o uso de equipamentos mais adequados à qualidade exigida da fibra. A produção do algodão exigiu ainda a criação de um programa conexo: o Programa de Incentivo à Indústria Têxtil. O programa oferece incentivos de 80% para as indústrias de fiação e tecelagem e de 85% para as de confecção.

**■ Que medidas estão sendo tomadas no estado com vistas à preservação da sanidade do rebanho bovino? Quais foram as repercussões da guerra comercial com o Canadá?**

— As medidas são educação sanitária, vacinação e controle de trânsito de animais e de subprodutos sem os respectivos certificados sanitários. Controlamos especialmente a fronteira com a Bolívia e com a região Norte do país. Ano passado, recebemos da Organização Internacional de Epizootias (OIE) em Paris o certificado de elevação do estado à condição de zona livre de febre aftosa, com vacinação e com zona tampão. Este ano, receberemos de novo o mesmo certificado, porém sem a zona tampão.

Quanto à guerra comercial, o reflexo foi imediato em nosso estado. O preço interno do boi e da vaca gorda caiu em até 8%. Mas o mercado já retornou à normalidade e os preços da carne *in natura* estão sendo cotados em Mato Grosso por importadores norte-americanos por até US$5,50 a mais por tonelada em relação aos preços anteriores ao embargo.

**■ O que está sendo feito para compensar o tímido desenvolvimento da suinocultura e da avicultura no estado?**

— Temos um bom projeto para a suinocultura já iniciado em Dia-

mantino, na região Médio-Norte do estado. É um investimento de US$100 milhões, para a instalação de 51.400 matrizes até 2005 e que já se iniciou operando com 5 mil matrizes. A produção anual inicial será de 120 mil animais/ano ou 15 mil toneladas de carne suína destinadas aos mercados interno e externo, a partir do primeiro abate estimado para julho deste ano. No entanto, a potencialidade é muito maior dos que as atuais 600 mil cabeças de suínos existentes, abatidas em três frigoríficos. Quanto à avicultura, as possibilidades são também muito maiores do que as atuais 12 milhões ce aves hoje destinadas ao mercado interno e ao asiático.

**■ Quais as metas de expansão agrícola para o seu mandato? Até 2010, que cadeias produtivas ganharão espaço e densidade econômica no período?**

— O Mato Grosso poderá produzir 84 milhões de toneladas de grãos nos próximos 10 anos e o mercado mundial ce *commodities* terá uma grande influência na evolução dessa produção. Por isso temos trabalhado com programas voltados para as cadeias do algodão, do couro, da madeira, de frutas, do café e mineral.

**■ Como compatibilizar metas ambiciosas, necessárias à desejada expansão de renda e emprego, com a preservação ambiental? Há projetos de estímulo a atividades ligadas ao conceito de novo mundo rural, como ecoturismo por exemplo? A infra-estrutura poderá comprometer o desenvolvimento do estado?**

— O modelo de desenvolvimento do Mato Grosso é sustentável, para que assegure a qualidade de vida da população e o respeito à natureza. Criamos uma legislação ambiental adequada a esse princípio e estamos realizando o zoneamento agroambiental do estado, através do programa Prodeagro, financiado pelo Banco Mundial. O pantanal matogrossense terá o Programa Pantanal, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US$400 milhões, divididos entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Estamos combatendo, em duas pontas, duas grandes questões: as queimadas e o monitoramento das florestas, para controlar a cobertura vegetal. O ecoturismo aparece nesse universo ambiental privilegiado como uma alternativa econômica avançada, tratada como cadeia produtiva.

*O crescimento da área, da produção e da produtividade fizeram de Mato Grosso o primeiro produtor brasileiro de algodão.*



A infra-estrutura certamente não comprometerá o desenvolvimento do Mato Grosso, porque nossa visão estratégica está voltada para dois eixos: o primeiro é o energético. Nesse eixo, superamos nosso déficit e já temos um superávit de 40% que nos permitirá no futuro sair da condição de importador para a de exportador de energia.

O outro eixo é o de planejamento estratégico intermodal de transportes, através da interiorização do Mercosul pela hidrovia histórica Paraguai–Paraná, pelas hidrovias Araguaia–Tocantins, Porto Velho–Manaus, Teles Pires–Juruena–Tapajós, e pela ferrovia Ferronorte.

Temos o programa de pontes de concreto e rodovias estratégicas. Temos um programa em fase de negociação com o governo federal para a pavimentação e restauração de 2.500km de rodovias e construção de pontes de concreto. Criamos o Fethab – Fundo Estadual de Transportes e Habitação –, cuja arrecadação garante a conservação da extensa malha viária não-pavimentada de Mato Grosso, para atender ao escoamento da produção, resolvendo um problema crônico, principalmente na época das chuvas, que coincide com o período de nossa safra.

**■ Qual a sua visão sobre a questão fundiária no Brasil? Como maximizar o retorno econômico e social do investimento público no meio rural?**

— A questão fundiária no Brasil decorre ainda do sistema centralista histórico. O governo federal construiu uma pirâmide administrativa que aos poucos foi readequada pela modernização do papel do Estado, a partir de 1994, por decisão política do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessa descentralização inclui-se a distribuição da renda dentro da moderna democracia.

A agenda do desenvolvimento humano obriga necessariamente a democratização da qualidade de vida. Assim, como a renda econômica requer uma nova estrutura, a reforma agrária se coloca como parte da redistribuição da renda àquelas pessoas que foram desalojadas ao longo do desenvolvimento econômico centralista em suas diversas fases políticas.

A reforma agrária como distribuição de renda, componente da qualidade de vida e parte da agenda do desenvolvimento, fortalecerá a moderna democracia brasileira. No que depender do Mato Grosso, a agenda do desenvolvimento incluirá a reforma agrária como prioridade fundamental da democracia.

Nós, do estado, temos procurado passar alguns projetos de verticalização da produção em áreas de pequenos produtores, a exemplo do que está acontecendo com a cultura da mamona em Dom Aquino e Porto Alegre do Norte.

O Mato Grosso aplicou em 2000 R$72 milhões para assentados, que somados com outros financiamentos do programa alcançaram R$95 milhões, considerado o maior investimento do programa no país. Em 1995, o Pronaf aplicou no estado apenas R$800 mil. Em 2001, esperamos aumentar para R$100 milhões. Esse tipo de clientela é afetado pela falta de garantias bancárias. Para resolver essa dificuldade e permitir o acesso ao crédito, o nosso governo criou o Fundo de Aval, que neste momento está sendo readequado à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Temos casado a política federal com nossos programas estaduais de cadeias produtivas, de modo que os recursos do Pronaf agreguem valor à produção e se beneficiem dos incentivos fiscais em áreas como as de algodão e granjas de qualidade, por exemplo. Como os programas das cadeias produtivas geram tecnologias e pesquisas, o pequeno agricultor também é alcançado pelos benefícios antes restritos à economia de alta escala. Hoje temos no estado 23 assentamentos sob a supervisão do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) em cooperação com o Incra. Somam 2.769 famílias e 2.793 lotes.

FGV
IBRE

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 559-6000.

Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Diretor Geral: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Demais Vogais: Emane Galvêas, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Viannna, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.)

Demais Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco CCF Brasil S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Rabello de Castro, Sérgio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Márcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Cia. Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S/A), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico S/A).

CONSELHO CONSULTIVO

Antonio Carlos Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais), Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Diretor: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

Vice-Diretor de Relações Institucionais: Roberto Fendt

Centro de Estatísticas e Análises Econômicas: Salomão L. Quadros

Centro de Estudos Agrícolas: Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos de Preços: Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Políticas Sociais: Marcelo Neri

Coordenadoria de Projetos/Gerência Administrativa: Regina Celia Reis de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica: Roberto Fendt

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Revista mensal de agronegócios da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

Fundador – Julian M. Chacel

Chefe do CEA/IBRE – Ignez Vidigal Lopes

REDAÇÃO – Redator-chefe: Regis Alimandro

Redatores setoriais: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Luiz Antonio Pinazza (pecuária e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV–Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do milho e cacau) e Stivilane Dornelas (cooperativas).

Redatores: César Garcia e Adelaide Oliveira.

Arte: Osvaldo Moreira

Revisor: Capi.

Colaboradores: Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Gregory Honczat, Viviane Seda (apoio técnico), Antonio Danieleto Filho (digitação), Bruno da Silva Júnior (suporte técnico), Raquel da Silva Guedes e Rômulo Garcia (estagiários).

PUBLICIDADE – Gerente comercial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 559-5623; fax: (21) 559-5616 e 551-4049; e-mail: caique@fgv.br

Representantes comerciais: Rio – Milla de Souza: telefax: (21) 533-3121/1601, 524-2757 e-mail: triunvirato@openlink.com.br; São Paulo – José Mario Brito: tel.: (11) 9222-9480, 3875-2313, fax: (11) 3875-2313 e-mail: reparte@uol.com.br; Rio Grande do Sul – Ararê Vargas Fortes: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS – Ana Lúcia Botelho Brandão – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 559-6040, fax: 21 559-6039; e-mail: agroanalysis@fgv.br

Livrarias: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 559-5535 e fax: 559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

Secretaria e apoio administrativo: Leslie de Medeiros Moysés

# O agronegócio é o seguinte:

# Ir aonde o público está

Como acontece todos os anos, desde 1996, a equipe de AGROANALYSIS está, neste momento, empenhada na produção de sua edição de abril, tradicionalmente especial para a Agrishow.

Na verdade, dado o porte do evento, não é exagero dizer que o agronegócio brasileiro de ponta prepara-se para a Agrishow. Nesta fase do ano, boa parte do empenho e da criatividade daqueles que estarão expondo seus produtos em Ribeirão Preto, na virada de abril para maio, está voltada a planejar e viabilizar a presença no evento.

Não é para menos. A Agrishow é a principal feira de tecnologia da América Latina e a terceira do mundo. Mais de 100 mil visitantes são esperados e deverão movimentar mais de R$1 bilhão, apenas nos negócios realizados na feira.

Para nós de AGROANALYSIS é uma oportunidade e tanto. É a nossa chance de conversar com nosso público, saber como o nosso trabalho está sendo visto, ouvir críticas, sugestões de pautas e matérias, enfim tudo o que rigorosamente precisamos saber para fazermos uma revista ainda melhor.

E que público é esse? Produtores rurais de médio e grande porte, na sua grande maioria. Dirigentes de empresas de insumos e de serviços à agricultura; dirigentes e técnicos de cooperativas; técnicos de empresas públicas e privadas de tecnologia e difusão, cientistas, pesquisadores, professores universitários e de colégios agrícolas, estudantes, ou seja, gente dos mais diversos segmentos da sociedade e com alguma coisa em comum: todos valorizam a tecnologia.

Produtores lá estarão em busca de tecnologia orientada à redução de custos, melhoria de qualidade e aumento da competitividade. Supridores de insumos e serviços à agricultura, para conhecer o que há de novo, o que o concorrente está fazendo, como os produtores reagem às novidades. Boa parte dessas pessoas já entendeu que tecnologia é muito importante, principalmente se associada a informação – nossa especialidade.

Infelizmente, essa associação de tecnologia e informação de qualidade ainda não é um traço comum a todos os produtores e técnicos de todos os níveis de nosso agronegócio, nem mesmo entre a elite que anualmente comparece à Agrishow. Uma parcela, que decresce com o tempo, felizmente, ainda não entendeu que produzir bem, por mais importante que seja, é apenas parte da atividade agrícola. É preciso vender – e bem – o que foi produzido. Isso indica que a seqüência lógica não é produzir para vender e sim produzir o que o mercado quer comprar, o que é valorizado pelo mercado, onde a margem de lucro é positiva. Para isso, é necessário, antes do plantio, antes do início do ciclo de desenvolvimento dos animais, estudar o mercado, antecipar seus desdobramentos, suas mudanças.

Modestamente, acreditamos que podemos auxiliar nesse processo. Não, dizendo: plante isso, não plante aquilo, plante aquilo outro. Mas levando a quem produz, a quem decide, as informações de qualidade que levantamos mensalmente.

Mais uma vez estaremos na Agrishow. Até lá.

# Este mês:


**10 Especial: Vaca louca**

*De bem com o mundo*

Livre da suspeita da BSE, o rebanho brasileiro pode continuar freqüentando a mesa global

**Luiz Antonio Pinazza**

*Em guerra por engano* ..... *14*

A crise entre o Brasil e o Canadá poderia ter sido evitada – mas deixou ensinamentos úteis

**Pedro Eduardo de Felício**

*Trunfo na manga* ..... *19*

O Brasil deve aproveitar as lições do episódio da vaca louca e aplicá-las nas negociações pela Alca

**Pedro de Camargo Neto**

*Lições de um sistema insensível* ..... *21*

O duro aprendizado dos rebanhos dizimados na Europa faz surgir um novo conceito de produção pecuária

**Dirceu J. Duarte Talamini**

**23 Especial: Café**

*Negócio da China* .....

Abre-se espaço para o café brasileiro competir por uma fatia do promissor mercado chinês

**Renaldo Lima**

*Jogando para ganhar* ..... *30*

Desafios e oportunidades em sinergia com informações confiáveis desenham o mapa de um futuro promissor

**José Honório Accarini**

*A guerra e as contendas* ..... *33*

O mercado de café se agita em guerra de preços, mas no Brasil não se chega a um acordo sobre a política a seguir

**Francisco Ourique**

*Novas contas* ..... *36*

Aumentou o volume e melhorou a qualidade do café recebido pelas cooperativas

**Armando Matielli e André Matielli**

*Café maduro* *37*

A gestão compartilhada das políticas públicas para o café legitima o amadurecimento do setor

**Manoel Vicente Fernandes Bertone**

**39 Soja**

*Soja pra dar e perder*

O valor das perdas durante a colheita de soja pode ser medido pelo alto valor comercial da leguminosa

**Nilton Pereira da Costa e Cezar de Mello Mesquita**

**44 Safra 2000/2001**

*Sucesso técnico*

Os bons resultados da safra justificam hipóteses otimistas. Além disso, melhoram os números da balança comercial

**Luiz Antonio Pinazza**

**52 Alimentos**

*À mesa em 2001*

Dados da produção mundial de alimentos falam de produção estável e preços declinantes

**Luiz Antonio Pinazza**

**54 Transgênicos**

*Gesto de resistência*

A nova lei do Parlamento europeu para os OMGs formaliza o descontentamento do público em relação a esses produtos

**Luiz Antonio Pinazza**

**55 Investimento**

*Depois da crise*

Peculiaridades e duas décadas críticas deixaram ao setor agropecuário uma herança de desafios

**Paulo Faveret Filho et al.**

**59 Sondagem**

*Tomada de pulso*

Tendência ao enxugamento e uma busca do caminho das pedras marcaram a agropecuária de 2000

**Araguacy A. Rego et al.**

**63 Estatísticas do agronegócio**

**64 Tendências**

**66 Diário de bordo**

*Soja e energia*

**Roberto Rodrigues**


**TOME NOTA:** *A Abag promoverá dia 26 de abril, às 9h, na sede da Ocesp, em São Paulo, uma reunião com entidades do agribusiness para juntas avaliarem a idéia de criação de um Conselho de Entidades, como existe em vários países.*

# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

# Estará presente no maior encontro do agronegócio do país.

*Você não pode ficar de fora.*
*Reserve já o seu espaço publicitário.*



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

AGROANALYSIS vai publicar em abril o especial Agrishow 2001, o melhor roteiro de negócios para a terceira maior feira de agronegócios do planeta e primeira de toda a América Latina. Um público calculado em 135 mil pessoas, que gera anualmente mais de R$1 bilhão em negócios, vai estar vendo sua marca em nossas páginas. Não fique de fora.

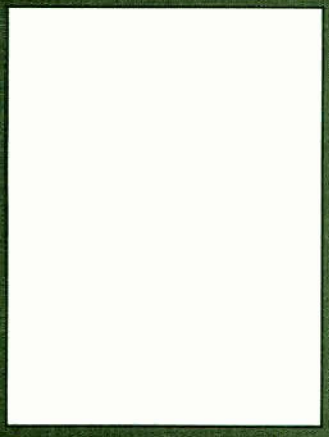
AGROANALYSIS
A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV
*Veículo do Ano, segundo a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo*

# Publicidade

## Tabela 2001

### 1 página

Formato: 21,0 x 27,5 cm
4ª capa R$ 9.780,00
Indeterminada R$ 6.520,00



### 1/3 página

Formato 7,0 x 27,5 cm
R$ 2.500,00



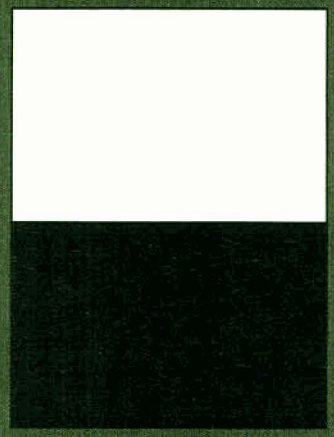
### 2/3 página

Formato: 13,0 x 27,5 cm
R$ 5.000,00



### 1/2 página horizontal

Formato: 21,0 x 13,5 cm
R$ 4.000,00



### Páginas determinadas

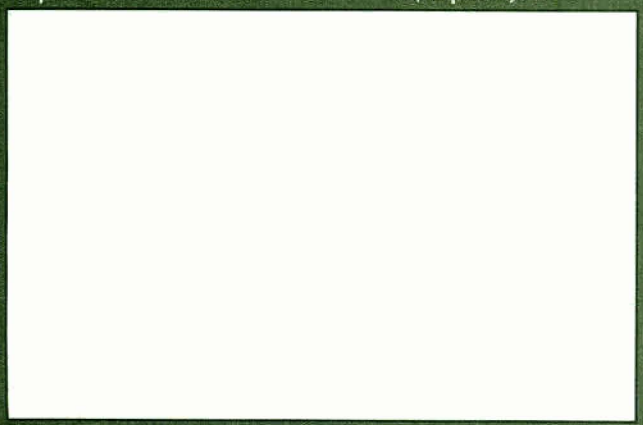
Acréscimo de 20%

### Página: em 4 cores

Formato: 21,0 x 27,5 cm
Material: fotolito 60 linhas ou arquivo digital, 300 dpi, no mínimo, com prova colorida comum.

### Página dupla

Formato: 42,0 x 27,5 cm
De abertura R$ 16.000,00
Dupla indeterminada R$ 14.200,00



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

## *Agroanalysis na Agrishow.*

**QUAL É O SEU PÚBLICO-ALVO?**

O de Agroanalysis é composto por grandes e médios produtores rurais, que usam a informação e a tecnologia para implementar seus negócios; por formadores de opinião da iniciativa privada e do governo; por agrônomos de empresas de assistência técnica e de venda de insumos; por consultores de agribusiness; e por professores e alunos de todas as universidades da área. Se esse também é o seu público-alvo, fale com ele na Agrishow através de Agroanalysis. Estaremos distribuindo 30 mil exemplares de nossa Edição Especial.

**NÃO PERCA ESTA OPORTUNIDADE!**

# De bem com o mundo

*Livre da suspeita da BSE, o rebanho brasileiro pode continuar freqüentando a mesa global*

LUIZ ANTONIO PINAZZA

Considerada enfermidade comum em vacas de alta produção, é bem provável que a Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE) já existisse no Reino Unido antes dos primeiros diagnósticos apurados em 1986, como sustentam antigos veterinários e pesquisadores britânicos.

A causa da BSE só foi efetivamente identificada em 1987 pelo Departamento de Epidemiologia do Laboratório Veterinário Central. A disseminação da doença na população bovina advinha do consumo de farinha de carne e ossos, obtida a partir de carcaças de animais contaminados e incorporada à ração. Ainda assim não se descartam outras formas de alastramento da doença, como transmissão vertical da vaca ao bezerro.

## O leite derramado

É muito frustrante para as autoridades públicas reconhecerem que a epidemia da BSE poderia ter sido evitada. O desgaste tem um custo incalculável do ponto de vista econômico e social.

O emprego da carcaça de um bovino contaminado para produzir farinha destinada à alimentação de ruminantes é a única hipótese para explicar o alastramento do mal num país ou região antes livres da doença.

Atribuiu-se o surgimento da BSE à utilização de carcaças de ovinos contaminados com *scrapie*. As evidências vieram mostrar a diferença entre a BSE e a *scrapie*, mesmo que pertencentes ao mesmo grupo de enfermidades.

Ao mesmo tempo caía por terra o argumento de que uma mudança no processo industrial de produção de farinha de carne e ossos pudesse diminuir a probabilidade de propagação do agente infeccioso.

## Doença diferente

Inoculada experimentalmente em bovinos, a *scrapie* produziu uma doença diferente da BSE. Ao contrário da *scrapie*, a BSE mantém suas características durante toda a epidemia, mesmo quando atravessa a barreira de espécie animal.

Não existem evidências epidemiológicas de contaminação do ser humano pela *scrapie*.

A tendência de crescimento no número de casos de BSE começou a ser invertida a partir de 1993-94. O pico de infecção teria ocorrido em um certo momento de 1986-88.

A proibição do uso de farinha de carne e ossos na alimentação de ruminantes, decretada em julho de 1988, desacelerou a propagação da epidemia. Ainda assim, a doença passou a ser constatada fora do Reino Unido. Foram detectados casos de BSE fora da Europa, sempre em animais importados. Em 1989 diagnosticou-se um caso nas Ilhas Malvinas e dois casos no Oman. Em 1993, foi registrado um caso no Canadá.

## Pânico e prejuízos

Embora a variant Crevtzfeldt-Jakob Disease (vCJD) – a forma humana de BSE – tenha sido registrada no Reino Unido em 1996, os sintomas da doença no primeiro paciente apareceram em 1994. Desde então, essa nova variante foi associada à epidemia de BSE na população bovina do país. A base

da teoria estava em evidências epidemiológicas levantadas por estudos experimentais. O reconhecimento de que a BSE poderia ser transmitida ao homem desencadeou o pânico na população britânica e na Europa continental.

A descoberta causou queda vertiginosa no consumo de carne bovina, com enormes prejuízos, não só para a cadeia pecuária da Europa como para os países que exportam carne bovina para aquele continente.

Os tecidos infectados do cérebro e da medula espinhal do bovino afetado constituem o agente causador da doença, nunca detectada no tecido muscular nem no leite do animal.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), até o início de dezembro de 2000 foram confirmados 87 casos de vCJD no Reino Unido, três na França e um na Irlanda. A idade média das vítimas – 29 anos – contrasta com a média de 65 anos das vítimas de formas tradicionais de vCJD. A duração média da vCJD é de 14 meses, enquanto a vCJD tradicional dura em média 4,5 meses.

### Equipe afiada

No Brasil, a defesa sanitária animal conta com um sistema de vigilância abrangente. Em todo o território nacional há uma grande variedade de fontes de informações, oficiais ou privadas, e equipes bem treinadas para a prevenção e o diagnóstico.

A estrutura da defesa sanitária conta com 2.229 unidades locais; 284 unidades regionais; 27 unidades centrais estaduais; um Departamento de Defesa Animal localizado em Brasília e 10.864 profissionais de nível superior e técnico.

O Sistema de Vigilância Epidemiológica para Doenças Exóticas faz a análise de risco nas importações de animais, no material de multiplicação animal e em produtos de origem animal.

São executados ainda notificação, atendimento e investigação de episódios de doenças exóticas; campanhas educativas; vigilância de animais no campo; vigilância em plantas frigoríficas e matadouros, em pontos de concentração de animais e dos animais em trânsito. O diagnóstico laboratorial conta com cinco unidades para diagnóstico de BSE.

### Raiva animal

Em 9 de dezembro de 1997, através da Portaria Ministerial n.º 516, o Brasil se declarou livre de BSE, de acordo com o Código Zoossanitário Internacional. A doença fora incluída, como a *scrapie*, na relação de enfermidades passíveis de aplicação de medidas de defesa sanitária animal, de notificação obrigatória.

O mesmo sucede com a paraplexia enzoótica dos ovinos. Caso confirmado, qualquer desses males obriga a medidas de emergência sanitária. O procedimento é semelhante ao que ocorre na eventualidade de um foco de febre aftosa numa zona livre dessa doença.

Tanto a BSE como a scrapie fazem parte do sistema de vigilância da raiva animal, estabelecido desde 1976. Quando da suspeita de raiva, uma vez coletado o encéfalo, esse é encaminhado a um dos laboratórios da rede de diagnóstico. Após exame, mesmo o material negativo é encaminhado a um dos laboratórios de patologia autorizados pelo Ministério, onde são realizados os diagnósticos diferenciais da raiva, incluindo a BSE.

No Brasil, dada a ampla disseminação da raiva transmitida por morcegos hematófagos (Desmodus rotundus), o encaminhamento de material à rede de laboratórios de raiva é prática comum.

Foi feita a análise histopatológica de 2.904 bovinos com sintomatologia nervosa, de janeiro de 1990 a outubro de 2000, e os casos positivos de BSE no Brasil são nulos. Mas o sistema de vigilância da BSE está sendo reforçado no país, incrementando-se a capacida-

***A proibição do uso de farinha de carne e ossos na alimentação de ruminantes, em julho de 1988, desacelerou a propagação da epidemia. Ainda assim, a doença passou a ser constatada fora do Reino Unido. Foram detectados casos de BSE fora da Europa, sempre em animais importados.***

## Dados sobre o rebanho brasileiro

Cabeças: bovinos, 153.058.275; bubalinos, 834.922; ovinos: 13.954.555; caprinos: 6.590.646; vacas leteiras, 13.722.613.

Média de produção de 4,9 litros/vaca/dia, em 270 dias de lactação. Há cerca de 500 mil vacas com alta produção de leite, nas bacias leiteiras do país.

Os ruminantes por área utilizável para pastagem são 0,49 animais/ha.

Do efetivo bovino nacional, 99% são criados em regime extensivo, a pasto, sem utilização de suplementos alimentares.

Os rebanhos de corte industriais incluem 20.234.485 bovinos, dos quais 1.555.000 são criados em sistemas intensivos de produção e recebem suplementação alimentar vegetal e mineralização.

Em 1999 foram produzidos aproximadamente 19 bilhões de litros de leite no Brasil. A produção de leite variou entre 14,5 e 19 bilhões de litros entre 1990 e 1999.

## O parecer da Comissão Européia: risco negligenciável

Em 29 de junho de 2000, foi encaminhado relatório à Direção Geral de Saúde e Proteção ao Consumidor da Comissão Européia, contendo informações relativas às encefalopatias espongiformes transmissíveis de animais. Essas informações serviriam de base à solicitação de reconhecimento pela União Européia da situação sanitária do rebanho brasileiro em relação à doença.

Posteriormente, em duas oportunidades – 4 de dezembro de 2000 e 7 de janeiro de 2001 –, foram enviados documentos adicionais ao Grupo de Avaliação de Risco Geográfico de BSE (Grupo GBR) da Comissão Européia, contendo:

- dados sobre a estrutura e a dinâmica das populações de bovinos, ovinos e caprinos no Brasil, segundo regiões, finalidade (corte, leite);
- dados sobre o comércio internacional de bovinos vivos, sêmen e embriões de bovinos estabelecido entre o Brasil e outros países;
- dados sobre importações de farinhas de origem animal, de bovinos vivos, sêmen e embriões de bovinos estabelecido entre o Brasil e terceiros países;
- detalhes do monitoramento dos animais importados do Reino Unido e de outros países onde a BSE foi notificada;
- produção e processamento de farinhas de carne, de carne e ossos e de ossos e de alimentos para animais;
- regulamentação específica relativa às proibições de importação de materiais de risco para a doença, em ordem cronológica;
- vigilância das encefalopatias espongiformes transmissíveis, em especial a BSE e a *scrapie*, incluindo diagnósticos laboratoriais, treinamento de profissionais de campo e de laboratório.

O Grupo GBR considerou altamente satisfatórias as garantias fornecidas pelo governo brasileiro sobre os bovinos importados do Reino Unido, classificando o risco delas decorrente como "negligenciável".

Com base nas informações apresentadas até o momento, o Brasil foi classificado preliminarmente pelo Grupo GBR no nível de risco 2, recomendando medidas adicionais quanto ao uso de ingredientes e controle de rações, vigilância ativa e monitoramento, as quais estão sendo regulamentadas através da Instrução Normativa n.º 6/2001.

Novos relatórios sobre o monitoramento de bovinos importados da Alemanha e da França, no período de 1980 até o presente, estão sendo elaborados para envio ao Grupo GBR, objetivando a inclusão do Brasil entre os países de nível de risco 1.

Informações: www.minagri.gov.br

de de diagnóstico laboratorial e as ações educativas entre médicos veterinários e criadores.

### Importação de animais

Desde 1980, todos os bovinos importados do Reino Unido destinaram-se à reprodução e depois de mortos foram destruídos e enterrados nas propriedades. Nunca entraram na cadeia alimentar. A farinha de carne e osso com proteína de ruminantes é exclusivamente produzida no país para a alimentação de não-ruminantes. Se antes isso se justificava por questões econômicas e de qualidade da proteína, após 1996 houve uma proibição oficial.

No período de 1989 a 1990 foram importados, respectivamente, 119 e 60 bovinos do Reino Unido. Os animais eram das raças *jersey* e charolês, tinham elevado valor genético e destinavam-se à reprodução. Não houve sintomatologia compatível com BSE entre os animais importados. Na época da importação, 82 bovinos tinham de um a dois anos, 44 bovinos, de três a quatro anos, 52 bovinos, de cinco a seis anos, e um bovino tinha idade superior a sete anos.

A partir de 1990 ficaram suspensas as importações de bovinos, caprinos e ruminantes silvestres do Reino Unido. As importações de ovinos encontram-se proibidas desde 1985.

***Os bovinos importados do Reino Unido eram reprodutores e depois de mortos foram destruídos e enterrados nas propriedades. Nunca entraram na cadeia alimentar. A farinha de carne e osso com proteína de ruminantes é exclusivamente produzida no país para a alimentação de não-ruminantes.***

A importação de animais de outros países com notificação de BSE também foi proibida, como resultado da evolução da situação epidemiológica na Europa. Em janeiro de 1991, médicos veterinários brasileiros estiveram na Inglaterra e não constataram casos de BSE nos rebanhos de onde foram exportados animais para o Brasil.

### Gado de pasto

A alimentação dos bovinos no Brasil é essencialmente baseada em pastagens naturais ou cultivadas. Os suplementos alimentares, quando utilizados, são de natureza vegetal. Ainda assim, o governo brasileiro proibiu em 1996 o uso na alimentação de ruminantes de proteína *in natura* e farinhas de carne e ossos provenientes de bovinos. Está permitido o uso de proteína do leite e de osso calcinado.

As matérias-primas mais utilizadas na suplementação alimentar de ruminantes são as de origem vegetal – principalmente farelo de soja, milho, trigo,

**Mundo: número de casos de BSE (exclui Reino Unido)**

| Ano | Bélgica | Dinamarca (a) | França (b) | Alemanha (a) | Irlanda | Itália (a) | Lichtenstein | Luxemburgo | Holanda | Portugal (a) | Espanha | Suíça (b) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1989 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1990 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| 1991 | 0 | 0 | 5 | 0 | 17 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| 1992 | 0 | 1 | 0 | 1 | 18 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 15 |
| 1993 | 0 | 0 | 1 | 0 | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 29 |
| 1994 | 0 | 0 | 4 | 3 | 19 | 1 | 0 | 0 | 0 | 12 | 0 | 64 |
| 1995 | 0 | 0 | 3 | 0 | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14 | 0 | 68 |
| 1996 | 0 | 0 | 12 | 0 | 73 | 0 | 0 | 0 | 0 | 29 | 0 | 45 |
| 1997 | 1 | 0 | 6 | 2 | 80 | 0 | 0 | 1 | 2 | 30 | 0 | 38 |
| 1998 | 6 | 0 | 18 | 0 | 83 | 0 | 2 | 0 | 2 | 106 | 0 | 14 |
| 1999 | 3 | 0 | 31 | 0 | 91 | 0 | | 0 | 2 | 170 | 0 | 50 |
| 2000 | 9 | 1 | 138 | 7 | 145 | 0 | | 0 | 2 | 142 | 2 | 33 |

(a) Apenas casos em animais importados.

(b) França: 87 casos clínicos, mais 51 casos detectados em ações de pesquisa; Suíça: 16 casos clínicos mais 16 casos detectados em ações de pesquisa.

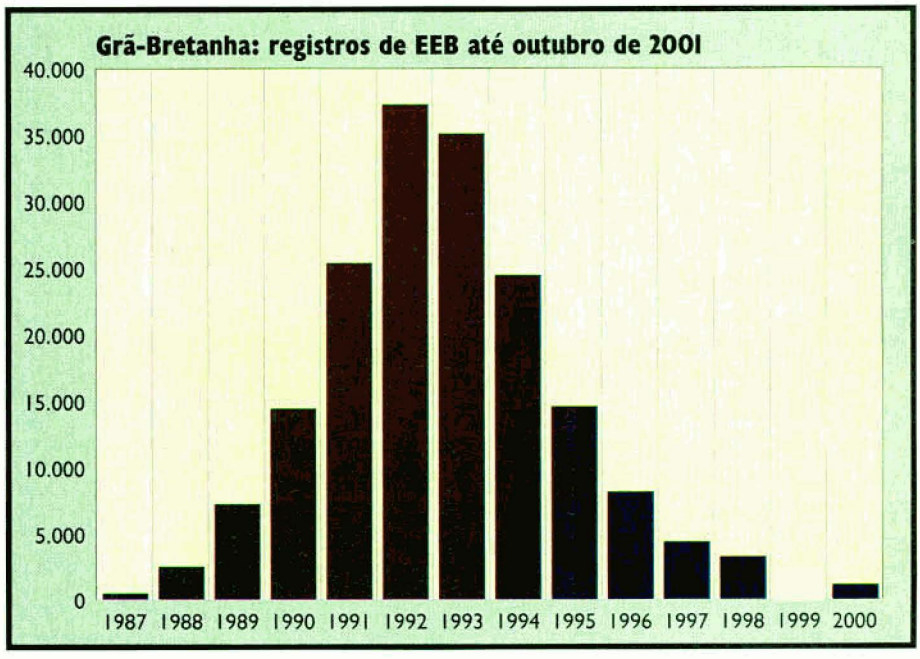
arroz, sorgo, bagaço de cana-de-açúcar, resíduos de colheitas, silagens diversas –, muitas vezes associadas à uréia e acompanhadas de compostos minerais.

O custo de produção é mais baixo quando se usa material vegetal, devido ao baixo preço de suas proteínas em relação à animal, à melhor qualidade sanitária e à maior conversão alimentar.

A utilização de proteínas na alimentação de ruminantes usando matéria-prima vegetal é anterior a 1996. Com a publicação da Portaria Ministerial n.º 365, de 3 de julho de 1996, ficou proibido o uso de proteína *in natura* e de farinhas de carne e ossos provenientes de ruminantes. Por sua vez, a Portaria Ministerial n.º 290, de 16 de julho de 1997, manteve as restrições estabelecidas pela anterior, à exceção das proteínas lácteas e farinhas de ossos obtidas por calcinação.

## Nenhum vestígio de BSE

O processo de transformação dos subprodutos animais em farinha de carne e ossos é do tipo convencional (*batch process*). Os bovinos adoecidos e mortos na propriedade (*fallen bovine stock*) não entram nunca na cadeia alimentar. A rede do sistema nacional de vigilância epidemiológica da raiva assegura a contínua realização de diagnósticos de BSE. Não há registros de ocorrência da doença nas propriedades de origem dos animais importados.




**Bovinos importados do Reino Unido**

| | |
|---|---|
| 1980-88 * | 79 |
| 1989 | 119 |
| 1990 | 60 |
| Total | 258 |

Fonte: Ministério da Agricultura.

* Raças *south devon*, normando e *galloway*.

Os subprodutos de origem animal – farinha de carne, farinha de carne e ossos e farinha de sangue – utilizados na formulação de rações para cães, gatos, aves, suínos, peixes e outros organismos aquáticos são obtidos através de um processo em lotes (não contínuo), que usa temperaturas de 140° Celsius, por um período de três a quatro horas.

As farinhas de carne e ossos são embaladas e rotuladas no próprio estabelecimento industrial, sendo vedada a realização dessas tarefas em outro local. O processo de fabricação é acompanhado por profissional habilitado do Ministério ao longo de toda a linha de produção. Para que possa ser comercializado, o governo aprova o rótulo e fiscaliza o cumprimento das normas de boas práticas de fabricação (BPF) das indústrias.

# Em guerra por engano

*A crise entre o Brasil e o Canadá poderia ter sido evitada – mas deixou ensinamentos úteis*

PEDRO EDUARDO DE FELÍCIO

O Brasil recebeu o comunicado da suspensão do embargo de seus produtos de carne bovina na sexta-feira, 23 de fevereiro deste ano, e o povo comemorou a vitória na *guerra* contra o Canadá nos quatro dias seguintes.

Em pouco tempo, somente os personagens de algum modo envolvidos com os acontecimentos se lembrarão dos contornos e detalhes da crise, que durou três semanas.

Para a população brasileira restará a recordação de que o primeiro carnaval do terceiro milênio foi precedido de uma frustrada tentativa canadense de abalar o prestígio que o país vem conquistando no mercado internacional, pois foi essa a versão que a mídia veiculou amplamente.

No entanto, há outros elementos que precisam ficar claros em benefício de uma historiografia mais completa dessa crise que parece ter chegado a um final feliz.

A disputa entre Brasil e Canadá não é o primeiro e nem terá sido o último conflito de interesses que o país enfrenta, por questões sanitárias ou de qualquer outra natureza. O momento é propício para uma análise dos eventos da crise e pode ser útil como preparação para futuros embates.

## Crise e desinformação

O ano 2001 começou, na Europa, com a confirmação laboratorial de 19 novos casos de BSE (encefalopatia espongiforme bovina), conhecida como doença da vaca louca na Alemanha, Espanha, França e Itália.

A União Européia fora tomada de pânico já em 2000, com sete casos na Alemanha, nove na Bélgica, dois na Espanha, 162 na França, 152 na Irlanda, 136 em Portugal e 33 na Suíça. O consumo de carne caiu abruptamente nesses países.

Numa atitude inédita na política mundial, o governo alemão, acusado de negligência nas medidas preventivas contra a BSE, demitiu os ministros da agricultura e da saúde, no dia 9 de janeiro, para aplacar a ira dos consumidores.

No Brasil, descobriu-se um foco de *scrapie* – referência à expressão inglesa *to scrape against something*, que significa esfregar-se contra alguma coisa, um dos sintomas dos animais doentes – em ovinos, que exigiu a eliminação de um rebanho de centenas de ovelhas no sul do Paraná.

O fato chamou a atenção da imprensa e apareceram declarações como esta: "O Ministério da Agricultura informa que não há ligação entre as duas doenças", a *scrapie* e a BSE. O que é um erro grosseiro, já que a *scrapie* é



uma encefalopatia espongiforme transmissível que, presume-se, tenha dado origem à BSE no Reino Unido, na década de 80. Conforme o Usda – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos –, a *scrapie* é endêmica nos ovinos e caprinos do mundo todo, com exceção da Austrália e Nova Zelândia.

### Silêncio rompido

No dia 23 de janeiro, rompendo uma espécie de pacto de silêncio que reinava na mídia a respeito da prevenção da BSE no país – era muito clara a intenção de não alarmar a população –, a *Folha* publicou uma matéria intitulada "Vaca louca exige maior vigilância", salientando que "O foco de *scrapie*, uma doença que tem forte relação com a vaca louca deve servir de alerta para o Brasil reforçar a vigilância na área de sanidade animal".

A fonte citada, autor deste texto, propunha a criação de uma força-tarefa e a mobilização de governo, pecuaristas e universidades para evitar a entrada da doença, e dizia que era "preciso também rastrear os animais importados nos últimos 10 anos pelo país". Destacava a fonte que "o Brasil não usa farinha de (carne e) ossos para a alimentação de bovinos", que é o mais provável fator de propagação da doença nos bovinos.

Uma semana depois, no dia 30, a *Gazeta Mercantil* publicou a matéria "Vaca louca faz ministério rastrear bois europeus", onde constava que "as associações de criadores de gado estão vasculhando seus arquivos para localizar o paradeiro no Brasil dos bovinos importados da Europa para reprodução nos últimos 20 anos (...). O levantamento está sendo solicitado pelo Ministério da Agricultura desde a última quinta-feira".

**O Ministério da Agricultura informou que não há ligação entre a scrapie e a BSE. Um erro grosseiro, já que a scrapie é uma encefalopatia espongiforme transmissível que, presume-se, tenha dado origem à BSE no Reino Unido, na década de 80.**

Segundo a matéria, "o Ministério da Agricultura centrou sua posição política sobre a doença ressaltando que o gado brasileiro alimenta-se de proteína vegetal. Porém, na semana passada o secretário de Defesa Agropecuária percebeu em Bruxelas que precisava lançar mão de novos expedientes para clarear ainda mais a argumentação brasileira".

No boxe "Gado britânico foi monitorado", o secretário afirmava que "já morreram os 179 animais das raças *jersey* e charolês, importados em 1989 e 1990 do Reino Unido". No entanto, a associação de criadores da raça declarou que "o levantamento de gado proveniente da ilha britânica de Jersey havia sido pedido em novembro ou dezembro de 2000", e em declarações posteriores transpareceu que cerca de 100 desses bovinos podem ainda estar vivos. A ilha de Jersey acumula 152 casos de BSE desde 1988.



### Grau de risco

No dia seguinte, 31 de janeiro, o mesmo jornal publicou "Arma-se defesa contra vaca louca: Ministério da Agricultura vai rastrear 4.391 animais importados da França e da Alemanha".

O secretário de Defesa Agropecuária afirmou "que as medidas são necessárias para que o Brasil consiga melhorar seu desempenho no *ranking* de risco de incidência da vaca louca" e que "o Brasil está classificado na categoria de risco 2, e pretende conquistar a categoria 1 – risco mínimo de incidência", numa referência à avaliação de risco geográfico de BSE, da Comissão Européia, em Bruxelas.

A referida comissão divulgou – no *site* http://europa.eu.int/comm/food/fs/sc/ssc/outcome_en.html – as avaliações de risco de BSE de 23 países, entre os quais a Argentina, a Austrália, a Nova Zelândia, o Chile e o Paraguai, concluídas em julho de 2000, e mais recentemente as de outros seis países menos expressivos, como Botswana e Namíbia; mas não pôde concluir a avaliação do Brasil, cujas respostas só foram enviadas parte em meados do ano passado e parte em janeiro de 2001. Por isso mesmo a categoria de risco 2 – improvável, porém não excluído – não é definitiva.

### Cresce a tensão

No dia 2 de fevereiro, uma sexta-feira, o Canadá decretou o bloqueio das importações de carne brasileira, no que foi seguido pelos Estados Unidos e pelo México, gerando uma onda de protestos e declarações belicosas diante das câmeras, graças à rápida propagação da versão oficial do governo brasileiro, que se colocou como vítima de uma retaliação comercial decorrente da disputa entre as fabricantes de aviões, a nacional Embraer e a canadense Bombardier.

Entretanto, conforme reportagem da *Gazeta Mercantil*, de 19 de fevereiro: "Omissão complica guerra da carne – Canadá reafirma que Brasil atrasou resposta a questionário sobre situ-

ação do rebanho", os canadenses "resolveram suspender as importações brasileiras, quando a notícia (publicada pelo jornal em 30 de janeiro) repercutiu por meio da agência Reuters, que distribuiu uma mensagem eletrônica". Os funcionários da CFIA – Agência Canadense de Inspeção de Alimentos – "encontraram, ali, o que mais temiam: um quadro frouxo de controle sobre a doença, a ponto de se pedir aos pecuaristas que providenciassem detalhes sobre a origem de cada cabeça de gado importada, data de chegada e *causa mortis*", disse a fonte.

"O ambiente era tenso. A conversa era assim: vamos dar um novo prazo ao Brasil? Vamos esperar mais uma semana, um mês, um ano? A suspensão já estava resolvida e ninguém voltaria atrás. O que se discutia era um padrão de responsabilidade diante de um pedido de outro país", disse Lavigne (da CFIA) ao jornalista da *Gazeta*. "Para falar claro: se um cidadão canadense for contaminado pela doença da vaca louca e houver prova de negligência, o governo cai em 24 horas, assegura um assessor". E mais: "A partir de documentos e testemunhos recolhidos na agência responsável pela suspensão de nossas exportações de carne, pode-se montar um retrato dramático de omissão, confusão e pouco caso de autoridades brasileiras, apanhadas na situação desagradável de quem não fez a lição de casa".

## Declarações oficiais

"Se eles quiserem guerra, terão guerra", disse o presidente Fernando Henrique Cardoso, em horário nobre da televisão na quarta-feira 7 de fevereiro, referindo-se às autoridades do governo canadense.

A declaração despertou um sentimento generalizado de patriotismo na população brasileira. No entanto, ninguém se lembrou de perguntar se o governo federal tinha feito o bastante para garantir a sanidade do rebanho bovino e a saúde da população do Brasil e dos países importadores.

Mas pelo menos dois grandes jornais divulgaram as declarações das autoridades – destinadas a manter a beligerância dos formadores de opinião contra o inimigo externo – intercalando análises críticas sobre a ausência de ações governamentais, ou o atraso delas, que poderiam ter evitado a crise.

Uma repórter de televisão questionou o ministro da Agricultura quanto a um fax, datado de 14 de junho de 2000, que a embaixada do Canadá em Brasília teria enviado à coordenação do Programa Sanitário, da Secretaria de Defesa Agropecuária, "solicitando respostas a um questionário preparado pelo Canadá sobre o *status* da BSE no Brasil", para que "seja evitada uma interrupção nas exportações de produtos cárneos do Brasil para o Canadá". Recebeu como resposta que ele não falaria sobre um possível documento enviado a uma funcionária de quinto escalão, desqualificando, assim, a ex-coordenadora do programa. Uma cópia do referido fax, identificado como NC 100-3-20 ANIMAL ZTTD-0408, foi publicada na *Gazeta Mercantil* em 22 de fevereiro.

**Com o ato normativo acompanhado do rastreamento de todos os animais importados de países europeus afetados, o governo brasileiro se adequou, ainda que tardiamente, à avaliação do segundo fator de risco referente a animais importados.**

## Visão distorcida

A esse respeito, o deputado federal José Genoíno (PT-SP) escreveu, em 17 de fevereiro, no jornal *O Estado*: "Os nossos órgãos internos são aparelhos burocráticos, ineficazes, que mais atrapalham do que ajudam. No caso da vaca louca, as autoridades chegaram a extraviar os documentos de informações solicitados. Embora isso não justifique a atitude do Canadá, porque não há vaca louca no Brasil, o extravio é um sintoma da ineficácia governamental no apoio logístico aos nossos interesses comerciais".

Ao dizer que "não há vaca louca no Brasil", Genoíno repete o erro dos políticos e executivos de dentro e fora do governo, que parecem não ter entendido que a questão não era ter ou não ter BSE, mas saber se as medidas preventivas necessárias estavam sendo tomadas.

No dia 6 de fevereiro, a *Folha* revelou que o "Brasil não tem plano para a vaca louca" porque, segundo o secretário de Defesa, "a vaca louca será tratada como qualquer outra doença exótica, como a febre aftosa".

No boxe "País comprou carne suspeita em 91", recorda-se que o Brasil importou cerca de 100 mil toneladas de carne européia, 18 mil vindas da Irlanda e das quais, segundo o ex-ministro Antônio Cabrera, "alguns lotes chegaram a ser queimados, outros apodreceram antes de ser vendidos. Mas era impossível traçar sua origem". Entre 1989 e 91, a Irlanda registrou 46 casos de BSE; houve um aumento considerável nos anos seguintes, e os casos chegaram a 599 no início deste ano.

## Euforia patriótica

Entretanto, a euforia patriótica era tanta, que as três principais revistas semanais, *Época*, *Veja*, e *IstoÉ*, do segundo domingo pós-embargo, desenvolveram temas com forte tom nacionalista, sob manchetes do tipo "Não é a vaca que está louca: incomodado com o crescimento da Embraer, o Canadá parte para a retaliação e inventa que a carne brasileira está contaminada".

A redatora de *Veja* afirma com muita convicção que "por trás da manobra está o bilionário mercado internacional de jatos de pequeno porte. Ao mis-

turar gado com avião, o Canadá abriu uma gigantesca crise entre os dois países".

E na revista *Época*: "Em guerra com o Canadá: conflito de empresas se transforma em confronto de países, derruba preços da carne e ameaça uma aliança continental", a equipe de redatores também opinou: "Não há um só caso comprovado da doença no país. Existe, sim, um duro embate do Brasil com o Canadá pela liderança continental na venda de aviões de médio porte. É o que está por trás do bloqueio canadense à carne brasileira".

Nessa, porém, lembraram-se de incluir algumas palavras sobre as deficiências internas: "a coesão política permitiu ao governo até dissimular falhas. As do Ministério da Agricultura, por exemplo, que levou dois anos para preencher os formulários sobre a inexistência da doença no país, mesmo depois de ter permitido a importação de mais de 4 mil reses da Europa no auge da epidemia, entre 1989 e 1994".

***A CFIA não deveria ter enviado uma missão técnica ao Brasil, para depois decidir se decretaria ou não o embargo? Teria o governo brasileiro tomado as providências que vem tomando, não fosse pelo embargo decretado em 2 de fevereiro?***

### Missão técnica

No início da semana seguinte, em 12 de fevereiro, a embaixada canadense distribuiu um comunicado sobre a visita de uma missão técnica que chegaria ao Brasil no decorrer da semana, para "avaliar integralmente a regulamentação brasileira" sobre BSE. Os fatores de risco com as respectivas avaliações, segundo o comunicado, são três:

- práticas de alimentação e elaboração de alimentos. Procedimentos para eliminar o risco de contaminação através de ração, tais como aplicação e monitoramento de proibições em vigor, práticas de alimentação e monitoramento de instalações de elaboração de ração;
- práticas de importação. Procedimentos atualmente obedecidos para atenuar o risco decorrente de importações, como o rastreamento de animais importados de países europeus afetados, monitoramento e restrições impostas a animais ainda vivos, e importações de embriões. E identificar as importações de ração baseada em carne e osso realizados desde 1980, segundo o país de origem, e as proibições impostas às importações de animais vivos e rações;
- vigilância e procedimentos laboratoriais. Capacidade de detecção de casos de BSE, ou seja, os procedimentos de amostragem e a capacidade dos laboratórios.

Na quarta-feira 14 de fevereiro, enquanto se preparava para receber a missão técnica dos países do Nafta, o Ministério da Agricultura publicou a Instrução Normativa n.º 8, proibindo a comercialização, transferência para outro estabelecimento, de criação ou abate, de bovinos importados de países onde tenha ocorrido a doença BSE, sem autorização prévia do serviço oficial de defesa sanitária, e exigindo que os proprietários informem ao mesmo serviço a possível morte desses bovinos, antes de destruir os corpos. A instrução normativa também proíbe a venda desses bovinos ao final da vida reprodutiva, obrigando a sua destruição, e afirma que o governo federal pagará uma indenização pelos animais sacrificados.

### Adequação, ainda que tardia

Com este ato, acompanhado do rastreamento de todos os animais importados – que não chegou a ser concluído até o sábado 17 de fevereiro, quando a missão técnica deixou o país – o governo brasileiro se adequava, ainda que tardiamente, à avaliação do segundo fator de risco referente a animais importados.

A questão das importações de farinha de carne e osso não constituiria um problema porque, ao contrário de muitos outros países, o Brasil é autosuficiente na produção do ingrediente utilizado nas rações de suínos e aves.

As respostas para a avaliação do primeiro fator devem ter sido fornecidas pelo governo brasileiro por meio de documentos sobre: a) proibição de uso de farinha animal nas rações de ruminantes; b) procedimentos de fabricação de farinha de carne e osso em condições suficientes (133ºC/20min/3bars) para minimizar o risco de reciclar o agente infectante; c) processamento e rotulagem de rações de modo a evitar a contaminação cruzada de ração para bovino com rações para suínos e aves, ou da utilização dessas últimas na alimentação de bovinos.

Além disso, não deve ter sido difícil para o governo demonstrar, na visita feita a um dos melhores frigoríficos nacionais, em Lins, SP, que a carne que o Brasil exporta é proveniente em grande parte do gado de corte produzido a pasto e, em menor quantidade, do gado alimentado com ração à base de grãos e proteínas vegetais. E que, por conseqüência, a carne do gado leiteiro que eventualmente estaria sujeito a alguma contaminação cruzada de rações, já que não raramente faz parte de sistemas mistos de exploração zootécnica, sempre fica para o consumo interno.

### Razões canadenses

A imprensa também noticiou que alguns membros da missão foram levados a visitar uma ou duas das melhores fábricas de ração animal, na região de Ribeirão Preto, SP, o que, se de fato se deu, deve ter impressionado os técnicos, já que essas fábricas operam com a mais moderna tecnolo-

gia disponível. Isso pode ter sido um ponto positivo nos relatórios, principalmente se os técnicos realmente acreditaram que todas as nossas fábricas de ração são desse nível tecnológico.

Supõe-se que o mais difícil de explicar de maneira convincente tenha sido o terceiro fator, pois como foi noticiado no dia da visita – 16 de fevereiro – ao laboratório de Campo Grande, MS, são apenas três os laboratórios credenciados (os outros dois estão localizados no RJ e no RS). Para um rebanho de mais de 150 milhões de cabeças, produzindo anualmente mais de 30 milhões de animais para abate, seriam necessários pelo menos 10 laboratórios credenciados, executando exames de vigilância ativa e passiva.

No sábado 17 de fevereiro, o *Estado* publicou entrevista com o chefe da missão técnica Brian Evans, onde ele afirma: "Nunca dissemos que a carne brasileira ou o gado brasileiro estivesse infectado. Ao tomar a decisão do embargo, nós sabíamos que seria muito difícil que os brasileiros aceitassem isso.

Mas, insisto, a decisão foi tomada quando nós recebemos informações que sugeriram um entendimento diferente do que tínhamos até então sobre as importações feitas pelo Brasil de animais da Europa. Tomei a decisão sem nenhuma pressão sob a perspectiva comercial. Simplesmente porque minha obrigação é proteger a saúde animal e a segurança alimentar do Canadá.

Nunca foi nossa intenção testar ou reduzir a confiança das pessoas no Brasil. A pressão que sentimos é para fazermos o melhor possível no campo científico. Nós temos que ter uma justificativa científica para rever nossas ações".

## Condições do Nafta

No fim da semana, dia 18 de fevereiro, os membros da missão técnica retornaram a seus países e, na sexta-feira seguinte, 23, comunicaram ao governo brasileiro a decisão de suspender o embargo.

Consta do breve relato divulgado na Internet – http://www.cfia-acia.agr.ca/english/corpaffr/newcom/brabree.shtml – que "o Brasil assegurou à missão que tem tomado medidas consistentes para prevenir a BSE.

Há três condições que os produtos de carne do Brasil devem atender para entrar nos países do Nafta: os carregamentos devem ser certificados como contendo produtos cárneos de gado nascido e criado no Brasil e não de gado importado de qualquer outro país; a carne deve vir de gado nascido após 1996, quando o Brasil baniu rações provenientes de ruminantes para ruminantes e os carregamentos devem ser acompanhados de um atestado que certifique que a carne utilizada na elaboração dos produtos era de gado alimentado exclusivamente a pasto, sem qualquer proteína de origem animal".

A se admitirem como verdadeiras as declarações do diretor executivo da CFIA, Brian Evans, de que a decisão pelo embargo foi técnica – e não há por que duvidar disso – conclui-se que a justificativa científica que ele procurava foi encontrada, ou seja, a demonstração de que os frigoríficos só elaboravam produtos para exportação com carne de gado nascido após 1996 e criado no Brasil em regime de pasto.

***A se admitirem como verdadeiras as declarações do diretor executivo da CFIA, Brian Evans, de que a decisão pelo embargo foi técnica conclui-se que a justificativa científica que ele procurava foi encontrada.***

## Questões que ficam no ar

Para Pedro de Camargo Neto, presidente do Fundepec do estado de São Paulo, em artigo publicado no *Estado* de 21 de fevereiro, "a ausência de uma análise rigorosa sobre a doença, as falhas no relacionamento com o Canadá, mais do que displicência ou negligência de funcionários, são fruto de um Ministério da Agricultura não muito diferente dos outros, despreparado para o desafio da globalização. Muitos anos de falta de valorização profissional, ausência de novas contratações e atualização salarial deixaram o quadro desmotivado e carente. A permanente restrição orçamentária não permite vislumbrar segurança no futuro".

Depois de tudo que foi aqui relatado, ainda restam questões intrigantes, como:

- A CFIA não deveria ter enviado uma missão técnica ao Brasil, para depois decidir se decretaria ou não o embargo?
- Teria o governo brasileiro tomado as providências que vem tomando, não fosse pelo embargo decretado em 2 de fevereiro?
- É justo que o consumidor brasileiro tenha consumido a carne do gado europeu importado até fevereiro, quando por conta do embargo fez-se o rastreamento e entrou em vigor a Instrução Normativa nº 8, proibindo a entrada do gado importado na cadeia alimentar?
- Haverá monitoramento do gado ora rastreado?

Encontrar ou ao menos discutir respostas a essas questões pode ser muito útil para adquirirmos *know-how* em temas complexos do mercado externo e da sanidade no mercado interno. Reações emocionais e raivosas como tivemos durante a crise podem servir para esconder sob o tapete nossas deficiências, mas jamais serão boas substitutas para a competência nas áreas científica e diplomática.

*Pedro Eduardo de Felício é professor-adjunto da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp. E-mail: felicio@fea.unicamp.br*

# *Trunfo na manga*

*O Brasil deve aproveitar as lições do episódio da vaca louca e aplicá-las nas negociações pela Alca*

PEDRO DE CAMARGO NETO

Nunca uma questão de comércio internacional ocupou tanto espaço na mídia e, mais que isso, na mente dos brasileiros. O Poder Executivo e o Congresso Nacional em conjunto com a sociedade reagiram com indignação, em atos espontâneos, contra a intempestiva e injusta suspensão de importação de carne bovina promovida pelo Canadá.

O empresariado nacional e de certa forma a sociedade olhavam pouco para o exterior. O imenso mercado interno, aliado ao próprio modelo de desenvolvimento, eminentemente autárquico no comércio exterior, não estimulava a acompanhar de perto as questões internacionais. O Instituto do Açúcar e do Álcool, o Instituto Brasileiro do Café, a carteira do Banco do Brasil para o trigo, os cartórios de similar nacional, além dos múltiplos controles de gaveta da nossa burocracia, faziam isso para nós.

Repentinamente o país se viu discutindo as implicações do Acordo de Livre Comércio das Américas, as dificuldades de participação na Organização Mundial de Comércio e até mesmo o significado de um verdadeiro Mercosul.

A chamada globalização ganhou contornos mais definidos. A integração física, da tecnologia, é inexorável e precisa garantir avanços na qualidade de vida do brasileiro, e não o inverso. Isso só será conseguido através da globalização política, e é essencial que a compreendamos para conquistá-la. A vaca louca proporcionou um importante aprendizado.

Os privilégios dos países desenvolvidos na OMC foram desmascarados para a opinião pública brasileira. A quase omissão da sociedade no passado em questões de comércio internacional justifica as posições tímidas que muitas vezes o Brasil apresentou. Mudamos, e daqui para frente as negociações internacionais precisam garantir ao país os benefícios da globalização. Ofereceu-se ao governo uma clara orientação.

## Blocos e sociedade

A discussão sobre a Alca foi também extremamente benéfica. Não se trata de ser contra ou a favor de um acordo de teor desconhecido, que ainda não foi negociado. A Alca sem o Brasil não existe e diferentemente do processo eminentemente rolo compressor da OMC nesse caso será mais simples deixar de assiná-lo. Exigirá porém coragem e forte apoio político da sociedade.

Mas não podemos perder a oportunidade de negociar uma Alca benéfica ao Brasil, uma Alca que promova desenvolvimento, que obrigue a União Européia a se aproximar também do Brasil, derrubando barreiras e corrigindo distorções que na OMC – fica a cada dia mais evidente – ainda irão durar muito. Essa Alca, com todas as implicações que vão muito além das Américas, pode existir, mas exigirá muita competência e principalmente apoio da sociedade.

O Mercosul foi todo negociado com participação insignificante da sociedade. Também no antigo Gatt, mesmo na última rodada de negociações, houve pouquíssima participação. Embora estejamos muito melhor do que no passado, talvez ainda não seja o sufi-

ciente. A globalização, acompanhada pelas transformações internas da última década, requer atenção redobrada. O episódio da vaca louca foi útil nesses aspectos.

### A estratégia brasileira

A estratégia montada pela diplomacia brasileira – com pouca, porém felizmente crescente, participação da sociedade – será colocada em destaque. O desejo de ver nosso país assumir uma posição de liderança, inicialmente no cone Sul e depois na América do Sul, será certamente questionado pelo gigante do Norte e pelos vizinhos do Sul.

Uma primeira grande questão, que precisa ser debatida, é até quando estaremos dispostos a ceder no comércio de curto prazo para mantermos a frágil liderança política do processo. No longo prazo, e desde que concluída com sucesso, a estratégia desenvolvida pela diplomacia brasileira, que tem contado com o apoio da sociedade, parece correta. Seu sucesso no longo prazo, e seu custo comercial no curto, são porém questionáveis.

A primeira frustração ocorreu com o Chile. A ânsia de ver esse importante país do Cone Sul inserido no projeto político Mercosul levou a diplomacia brasileira, com o incentivo do próprio presidente da República, a ceder em quase todas as divergências comerciais. Durou pouco o sonho geopolítico. Bastou um aceno do gigante do Norte para percebermos a realidade. Felizmente o custo em comércio de curto prazo foi pequeno.

### Surpresas evitáveis

Participa-se pouco desse tipo de discussão. Não se trata de reclamar da pouca transparência das decisões do governo; mais do que isso, a sociedade tem se mostrado despreparada para acompanhar de perto o ritmo das decisões. Existe limitada pressão no governo por maior discussão. Poucos setores empresariais e também da sociedade conseguem a organização e competência necessárias para não serem surpreendidos com acordos internacionais em que não foram lembrados ou até mesmo saíram prejudicados.

Preparada ou não a sociedade, as negociações estão em andamento. Organizar a sociedade em tempo hábil é muito difícil. O episódio da vaca louca proporcionou um rápido e importante aprendizado. Foi, porém, somente uma primeira lição. Precisamos discutir amplamente se a estratégia original permanece viável e correta.

No Mercosul, o desejo político e ímpeto de curto prazo conseguiram superar, ou talvez tenha sido atropelar, muitas divergências comerciais. O que temos é um sucesso?

Certamente avançou-se muitíssimo no intercâmbio comercial e na aproximação dos quatro países. Mas estamos longe de ser um verdadeiro mercado comum. Reduziram-se, muitas vezes de maneira drástica para setores desorganizados, barreiras e exceções tarifárias. Acomodaram-se políticas complexas de setores mais organizados dos dois lados. Passaram-se alguns anos negociando um acordo para a indústria automobilística, sem que a sociedade de maneira geral soubesse exatamente o que ocorria. A idéia política de aproximação entre os povos é o grande sucesso.

### Participar para ganhar

O processo de criação de um mercado comum esteve invertido. Sequer iniciamos a harmonização de políticas macroeconômicas, item básico, pois mesmo internamente aos países, não conseguimos avançar nesses temas. Não deveria ser surpresa que a pauta de divergências caracterize ainda a questão cambial e as diferenças de política tributária.

Enfrentaremos as negociações da Alca, queiramos ou não. Novamente voltaremos aos dilemas de perdas e ganhos no curto e no longo prazos. Parece-nos claro que desta vez precisamos sair com ganhos comerciais de curto prazo. São poucos os setores onde isso é possível.

Infelizmente ou não, será na agricultura que precisaremos conquistar imediatas posições de mercado. Isso significa que diversas políticas do Norte terão que ser alteradas de maneira muito rápida. A Alca terá que representar mudanças drásticas em políticas que são vacas-sagradas dos gigantes do Norte. Drásticas e rápidas, pois tem sido o Norte que persiste no desejo de antecipar o cronograma da integração.

Negociar a Alca, com a coesão do Mercosul, fortalece a posição brasileira. É preciso que nossos parceiros saibam desde já o que esperamos dessa futura negociação. O amplo acesso que a agricultura dos vizinhos tem aos consumidores brasileiros precisa ser lembrado e valorizado. A agricultura brasileira pagou um importante preço pelo Mercosul. A Alca representa o momento de cobrarmos as perdas da agricultura brasileira.

A Alca perde sentido sem o Brasil, o que nos coloca em posição privilegiada. Será preciso saber usar esse trunfo. É o momento para a agricultura do Brasil, e também do Sul do continente americano, conquistar acesso aos ricos consumidores do Norte. É preciso seguir o caminho aberto pela vaca louca.

***O empresariado nacional e a sociedade como um todo olhavam pouco para fora. O imenso mercado interno, aliado ao próprio modelo de desenvolvimento, eminentemente autárquico no comércio exterior, não estimulava a acompanhar de perto as questões internacionais.***

*Pedro de Camargo Neto é presidente do Fundepec – Fundo de Desenvolvimento da Pecuária de Corte.*

# Lições de um sistema insensível

*O duro aprendizado dos rebanhos dizimados na Europa faz surgir um novo conceito de produção pecuária*

DIRCEU J. DUARTE TALAMINI

Alavancada por questões ambientais e de sanidade dos rebanhos, a crise no setor primário europeu abala insistentemente a confiança do consumidor, que se pergunta por que serão necessários tantos subsídios para manter, em seus próprios países, sistemas de produção agrícola que não conseguem atender a suas expectativas.

## ONGs em ação

O objetivo do consumidor europeu consciente é consumir alimentos saudáveis com o mínimo risco à saúde; que sejam produzidos sob os conceitos de respeito ao ambiente e ao bem-estar animal, de preferência oriundos de unidades de produção estruturadas nos moldes de organização familiar.

A questão do preço de prateleira ainda causa impacto mas vai sendo substituída pela consciência coletiva do consumidor, que sabe que é ele quem sustenta os produtores rurais.

O modelo europeu de produção agrícola foi porém perdendo as características desejáveis e se tornou alvo de críticas, que hoje partem principalmente das organizações não-governamentais políticas e de classes, com forte influência na tomada de decisões em épocas de crise.

Criticam-se as formas de produção cada vez mais intensivas e de maior escala, com observância mínima da etologia e das necessidades de conforto dos animais. Em muitos casos registram-se também reclamações dos movimentos de defesa da ecologia e do ambiente, bem como contra a presença de plantas transgênicas.

A questão da exclusão dos produtores é sentida pelo consumidor europeu de uma forma diferenciada da nossa: afinal, é esse mesmo consumidor que, indiretamente, através do Estado, garante a renda dos excluídos do sistema.

## Brasil: a hora e a vez de crescer

A pressão das ONGs gera alterações substanciais na condução das políticas que regem a produção de alimentos na Europa, influenciando o abastecimento, a comercialização e os preços em nível mundial. As políticas tradicionais para o setor, que têm sua base de sustentação fundamentada no período de pós-guerra, serão substituídas; o setor de produção agrícola europeu deve perder grande parte de seu poder devido à maior influência dos consumidores.

A perda de competitividade em função da redução nos subsídios para o setor terá como conseqüência a queda das barreiras na comercialização de produtos agrícolas. Tal situação favorece os países com capacidade e vocação para produzir e exportar produtos agrícolas, que sejam também tecnicamente capazes de garantir qualidade de forma competitiva, isto é, de forma duradoura e sustentável.

O rico mercado consumidor europeu e dos demais países desenvolvidos determinará como os sistemas de produção agropecuários vão operar. Nesse momento a pesquisa e a difusão de tecnologia terão importante papel a cumprir no setor agropecuário brasileiro em um prazo muito curto.

## Europa: o que é preciso mudar

As duas crises sanitárias que assolam de forma simultânea a Europa

surpreendem e servem de exemplo, antes de mais nada pela falta de agilidade para controlar situações desconhecidas e imprevistas, como é o caso da encefalopatia espongiforme bovina, a conhecida doença da vaca louca. Essa ausência de agilidade é resultado da falta de rastreabilidade nos rebanhos, tanto no que se refere ao histórico dos animais quanto às condições de produção, em especial ao tipo e origem da alimentação dos plantéis.

Em segundo lugar, espantam a intensidade e velocidade de contaminação das granjas no caso da febre aftosa, crise aguda que causou um rápido colapso no sistema de produção de carne e leite e impediu a livre comercialização da produção agrícola nas regiões afetadas.

Urge que se estabeleça um novo modelo de organização do complexo agropecuário, pautado por transparência e rastreabilidade, implicando novas responsabilidades para os técnicos e produtores. Novas tendências tecnológicas devem ser incorporadas pelos sistemas produtivos.

Para manter o sistema em funcionamento e assegurar a presença no mercado, cada componente da cadeia produtiva, individualmente, deve adotar e incentivar mudanças em conceitos vitais e tratar de criar diferenciais de qualidade importantes para a competição nos mercados.

A mudança de conceitos inclui a substituição do implacável modelo de redução dos custos e aproveitamento de resíduos da produção animal por um modelo orientado pela biossegurança e qualidade na produção, garantindo a ausência de resíduos no produto final. Está implícito que a qualidade de que o consumidor necessita tem um custo que estará embutido no preço final de cada produto.

## Os novos pressupostos

Outras alternativas vêm da nova tecnologia – a tecnologia verde ou ecológica, que contrasta com a revolução verde de três décadas passadas, embora seja uma conseqüência inseparável dessa. Gradualmente os antibióticos e as demais drogas promotoras de produção na nutrição animal serão substituídos pelos compostos bioestimuladores e biorreguladores extraídos de plantas.



***O objetivo do consumidor europeu hoje é consumir alimentos saudáveis com o mínimo risco à saúde; que sejam produzidos sob os conceitos de respeito ao ambiente e ao bem-estar animal, de preferência oriundos de unidades de produção estruturadas nos moldes de organização familiar.***

A indústria química, fornecedora de insumos para a produção animal, passará a buscar fundamentos em sua condição de co-responsável pela qualidade do produto final da cadeia produtiva.

A responsabilidade dos programas de pesquisa e desenvolvimento está centrada em alguns pressupostos:

- desenvolvimento e avaliação de sistemas de produção animal alternativos e viáveis, pautados em risco sanitário mínimo, incluindo o controle dos ingredientes que compõem a dieta dos animais;
- redução máxima dos riscos de contaminação externa das granjas;
- produção conforme a etologia e atendimento ao bem-estar animal;
- pesquisa de alimentos para substituir os ingredientes de origem animal, o uso de enzimas, flora de exclusão competitiva e probióticos;
- manejo adequado dos resíduos da produção animal e dos recursos hídricos.

Nesse sistema de produção, o elemento humano deve receber atenção especial, tanto na capacitação quanto na própria qualidade do ambiente e condições de trabalho a que é submetido.

A existência de uma base tecnológica sólida e uma boa estrutura de pesquisa e transferência de tecnologia são agora o centro da competitividade dos negócios da agricultura.

O potencial da agricultura brasileira é imenso e é necessário dotar o país, através de parceria e cooperação entre os setores públicos e privados, de estruturas sólidas de desenvolvimento e transferência de tecnologia. O exemplo de outros países indica os elevados retornos econômicos e sociais desses investimentos.

*Dirceu J. Duarte Talamini é chefe-geral da Embrapa Suínos e Aves.*

O autor agradece a contribuição dos pesquisadores da Embrapa Suínos e Aves Jorge Ludke e Jonas Irineu dos Santos Filho.

# Negócio da China

*Abre-se espaço para o café brasileiro competir por uma fatia do promissor mercado chinês*

RENALDO LIMA

Se a expansão da produção e do consumo de café tivesse ocorrido no século VI, período áureo da rota da seda, ou no século IX, quando os árabes controlavam todo o comércio de seda com o Ocidente, a primeira cafeteria do mundo, Kiva Han, não teria sido aberta em Constantinopla em 1475, e sim em Shang´han, atual Xian, antiga capital do Império do Meio através dos 6.400 km de extensão da rota da seda. Desde o século II a.C, o Império do Meio e o Império Romano transacionavam mercadorias. Por essa via de comunicação terrestre entre o Ocidente e a China, Roma recebia seda, jade, ferro e artesanato; e enviava cosméticos, plantas medicinais, ouro, prata, pedras e minerais preciosos (moedas).

Além de mercadorias, a rota da seda conduzia idéias entre as duas grandes civilizações. Por ela o budismo, o zoroastrismo, o maniqueísmo e o cristianismo nestoriano foram introduzidos na China.

Enquanto o hábito de beber café se expandia no mundo, nos séculos XV e XVI, a rota da seda entrava em decadência. Sem isso, possivelmente a China seria hoje o maior consumidor conhecido de café. Está na hora de traçar uma rota do café por onde o café brasileiro possa chegar ao moderno Império do Meio.

## Estepes e desertos

A República Popular da China é o terceiro maior país do mundo, com quase 9,6 milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente 98% dos quais localizados ente 20° e 50° de latitude norte. Na zona temperada encontram-se 45,6% do território e parte do Sul toma 26,1% das faixas tropical e subtropical, com dois tipos de clima – o da monção continental e um outro, complexo e variado, de temperatura e zonas secas e úmidas de vários tipos.

Montanhas, estepes e vastos desertos dominam a paisagem, o que explica o isolamento da China no passado. No norte estão o imenso deserto de Gobi e as montanhas do leste da Rússia; a oeste, o deserto de Takla-



makan e as montanhas de Tian Shan e Kumlum fazem barreira com a Ásia central; a sudoeste, a cordilheira do Himalaia separa a China da Índia; no sul, as altas montanhas e a densa floresta separam a China do Sudeste asiático; e a leste, montanhas, deltas e planícies.

Mas existem solos férteis de depósitos glaciais e de rios, principalmente originários do planalto tibetano. Em vista das condições físicas, 80% da população chinesa se concentram na metade leste do país, particularmente no nordeste nas proximidades da costa leste ou na bacia dos principais rios. Somente em 11% da superfície da China se pratica agricultura sistematizada.

### Economia bem-sucedida

Com uma população de 1,27 bilhão de habitantes (1999) e uma política econômica bem-sucedida – a taxa de crescimento econômico foi superior a 9% entre 1979 e 1995 –, a China é hoje o maior mercado emergente de todo o mundo. O comércio externo chinês, que ocupava em 1979 a 32ª posição no comércio internacional, passou para a 11ª em 1999.

A crise financeira de 1997 não impediu que continuassem as altas taxas de crescimento econômico. Entre 1991 e 1997 a economia chinesa cresceu 8,95%; em 1998 e 1999, 7,8% e 7,1% respectivamente. No primeiro semestre de 2000, registrou-se uma taxa de 8,2% e há indicações de que a do ano em curso se situará acima de 9%.

É confortável a situação da China. Em 1993 era a 10ª economia mundial em termos de PIB, depois de EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Espanha, Canadá e Brasil – 1,8% do PIB mundial e 8,7% dos países em desenvolvimento. Em 1995 ultrapassou a Espanha, Canadá e Brasil e passou a ocupar a sétima colocação, mantendo essa posição no ano seguinte – o ano da crise.

### Pequenas empresas

Em 1995, das 7.341.517 empresas industriais chinesas, 7.335.101 (99,92%) eram médias e pequenas unidades; as pequenas eram 7.318.510 – 99,69% do total.

Durante o período 1991-96, as empresas industriais contribuíram com 76,6% do valor agregado do produto industrial. Atualmente, mais de 70% do valor do produto de gêneros alimentícios, de papel e da indústria gráfica e aproximadamente 80% das indústrias de vestuário, processamento de couro, produtos esportivos, produtos plásticos e metalúrgica, além de mais de 90% da indústria de madeira e do mobiliário, são pequenas empresas.

Produtos exportados – roupas, brinquedos, ferramentas, artesanato, de uso intensivo de mão-de-obra –, bem como produtos de alta tecnologia são produzidos por pequenas e médias empresas.

Em 1995, das 6.416 grandes empresas existentes na China, 73% eram de propriedade do Estado. O Estado também detinha a propriedade de 66,2% das médias e 14,82% das pequenas empresas.

### Decisões descentralizadas

Essa terra fascinante, ainda sob o impacto do relato do veneziano Marco Polo, é hoje um concorrente econômico de peso. O pragmático processo de suas reformas econômicas tem melhorado o nível de vida da população e resguardado sua soberania. Em suas reformas econômicas, o governo central tem procurado definir políticas nacionais visando desenvolver os setores-chave da economia – agricultura, petróleo, gás, eletricidade e comunicações.

Grande parte das operações comerciais é desenvolvida pelos governos provinciais e regionais. Os grandes contratos, em particular os definidos no plano central do governo, são ainda revistos pelo poder central, mas está em curso um processo de descentralização de decisões. Entre 1993 e 1998, a China recebeu aproximadamente US$250 bilhões em investimentos diretos estrangeiros.

### Mercado de consumo

Razões de ordem histórica, cultural ou fisiográfica explicam os diferentes mercados que constituem a China, a maioria em torno das grandes áreas metropolitanas de Pequim, Xangai, Guangzhou ou Chongqing.

***O gigantesco mercado chinês não é de difícil acesso para novos produtos, principalmente bebidas e alimentos. Mas os mercados regionais são diferenciados, o que obriga os agentes econômicos que pretendam acessá-lo a estabelecerem planos e estratégias comerciais.***

Gigantesco, o mercado de consumo chinês não é de difícil acesso para novos produtos, principalmente bebidas e produtos alimentares. Mas os mercados regionais são diferenciados, o que obriga os agentes econômicos que pretendam acessá-los a estabelecerem planos e estratégias comerciais.

Cada região tem mais de 100 milhões de habitantes e PIB superior a US$20 bilhões. Pequim, Cantão e Xangai, as locomotivas do desenvolvimento chinês, concorrem entre si para atrair investimentos e polarizar o comércio de bens e serviços.

O município de Pequim, subordinado diretamente ao poder central, espécie de município-estado, cobre 16.800km² – quase três vezes o Distrito Federal brasileiro –, 62% dos quais cobertos por montanhas. Entre seus mais de 11 milhões de habitantes estão as elites dirigentes do país, além de mais de uma centena de representações diplomáticas e de grandes empresas, agentes financeiros, agências e organizações governamentais e não-governamentais internacionais.

Xangai, outro município-estado da costa leste da China, tinha em 1997 14,6 milhões de habitantes e um PIB de US$41,57 bilhões. A província de Cantão (178.000km²) contava naquele ano com 70,7 milhões de habitantes e PIB de US$88,14 bilhões.

### Acima do previsto

Desde os anos 70 o comércio interno da China passa por transformações profundas. Antes das reformas, mais de 90% do total de produtos que circulavam no mercado interno estavam sujeitos a quotas fixadas pelo governo central. Em 1998 somente cinco produtos tinham quotas determinadas: petróleo, derivados do petróleo, gás natural, carvão mineral e motores de veículos.

Nas 35 maiores cidades chinesas, desde meados dos anos 80 se praticam operações comerciais através de redes de estabelecimentos com pontos-de-vendas nas diversas localidades do território nacional. Com a implementação das reformas econômicas, cresceu a venda a varejo através de redes de estabelecimentos comerciais.

Com base na moeda local, dados do FMI dizem que em 1992 a China produziu bens e serviços no valor de US$1,7 trilhão, ultrapassando em quatro vezes o valor previsto.

No início dos anos 90, com crescimento anual de 8% ao ano, o mercado interno era de US$700 bilhões, com perspectiva de um comércio internacional de igual valor no final dos anos 90.

No início da década, os EUA já ocupavam a posição do maior investidor estrangeiro, com um total aproximado de US$20 bilhões em 20 mil investimentos ou *joint ventures*. Pelo menos 200 das 500 maiores empresas dos EUA, de acordo com a *Fortune*, já estavam operando na China no início da última década do século XX.

***Depois de tantas mudanças, mudaram também os hábitos alimentares da sociedade chinesa. Basta ver o sucesso de redes como McDonald's, Kentucky Fried Chicken, Pizza Hut, Dominos Pizza e Subway e da Coca-Cola.***

**China: importação de café 1984-1989**

Sacas de 60kg de café verde

| Ano | Quantidade (mil) |
|---|---|
| 1984 | 158 |
| 1985 | 385 |
| 1986 | 167 |
| 1987 | 118 |
| 1988 | 396 |
| 1989 | 313 |

Fonte: Elaborado com base nos dados do ITC/ONU.

**China: mercado consumidor por classe social**

1993

| Segmento Classe | População Milhões de pessoas | Participação % |
|---|---|---|
| Super-ricos (A) | 4 | 2,2 |
| Ricos (B) | 30 | 16,3 |
| Mercado de massa (C) | 150 | 81,5 |
| Total | 184 | 100,0 |

Fonte: Elaborado com base nos dados de Lim e Leong.

**China: importação e exportação de café/café substituto**

1995-1998 (US$1.000)

| Especificação | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
|---|---|---|---|---|
| Importação | 6.234 | 17.333 | 3.272 | 11.620 |
| Exportação | 7.879 | 6.579 | 28.579 | 29.266 |
| Balanço | 1.645 | -10.754 | 25.307 | 18.646 |

Fonte: Elaborado com base nos dados do ITC/ONU.

**China: importação de café e participação do Brasil**

1984-1989

| Ano | Importação | | |
|---|---|---|---|
| | | Brasil | |
| | Total mil sacas 60kg | Quantidade sacas 60kg | Part. relativa % |
| 1984 | 158 | 8.000 | 5 |
| 1985 | 385 | 1.706 | 0,4 |
| 1986 | 167 | 0 | 0 |
| 1987 | 118 | 0 | 0 |
| 1988 | 396 | 250 | 0,06 |
| 1989 | 13 | 37.000 | 11,8 |

**China: unidades industriais em 1995**

| Tamanho da empresa | Empresas | | Valor da produção | | Empregados (fim de 1995) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Número | % | US$ bilhões | % | Número | % |
| Grande | 6.416 | 0,09 | 2,712 | 26,52 | 24.093.100 | 16,35 |
| Média | 16.591 | 0,23 | 1,127 | 11,03 | 14.819.970 | 10,06 |
| Pequena | 7.318.510 | 99,69 | 6,384 | 62,45 | 108.442.200 | 73,59 |
| Total | 7.341.517 | 100,00 | 10,223 | 100,00 | 147.355.100 | 100,00 |

Fonte: China Council for the Promotion of International Trade.

## Abertura do mercado

A abertura do comércio interno para o investidor estrangeiro foi reforçada em junho de 1995, quando o Conselho de Estado definiu as novas orientações para a participação de investimentos estrangeiros nas empresas chinesas de venda a varejo e distribuição de bens e mercadorias.

No mesmo ano, o Conselho aprovou a introdução de *joint ventures* com cadeias de vendas a varejo de empresas estrangeiras e chinesas, com participação de 51% da parte chinesa, em período não superior a 30 anos.

Em 1998 a legislação sobre a participação de investimentos estrangeiros já permitia que as empresas estrangeiras detivessem ao menos 50% do capital, e o período de parceria passou para 30 anos na área costeira e 40 anos no interior da China.

Em 1997 já existiam na China mil redes de lojas com 15 mil pontos-de-venda a varejo e as 15 principais empresas de redes obtiveram uma receita de US$1,188 bilhão. As grandes redes de lojas concentravam-se em Pequim, Tianjin, Xangai, Cantão, nas cidades costeiras e nas províncias de Sichuan, Yunnan e Gansu.

O mercado chinês se tornou ainda mais atrativo com a compatibilização, em outubro de 2000, da legislação chinesa sobre os investimentos de empresas estrangeiras aos princípios da OMC.

## Consumidor chinês

A classe média se compõe de empregados de empresas em *joint ventures*, funcionários públicos e dependentes de *yuppies* – renda média anual de US$1.500, grandes consumidores de alimentos e eletrodomésticos que habitam as zonas urbanas das cidades mais desenvolvidas, as zonas econômicas especiais e a região costeira das províncias.

A classe rica, renda média anual de US$3.000, é formada por jovens profissionais de 20 a 30 anos de idade que em sua maioria trabalham para empresas *joint ventures*. Elegantes, ambiciosos e cosmopolitas, muitos receberam treinamento no exterior. Consomem importados, usam produtos de *griffes* internacionais, freqüentam discotecas, restaurantes ocidentais – McDonald´s, Subway e KFC –, restaurantes de hotéis de luxo e vivem principalmente nas províncias de Cantão e Liaoning.

Os super-ricos, conhecidos localmente como *dakuans*, têm uma renda média anual igual ou superior a US$5.000. São cerca de 80% de empresários e profissionais altamente qualificados que trabalham para *joint ventures* e 5% de altos funcionários e executivos da administração direta e indireta do governo chinês.

Os super-ricos são os consumidores de relógios, objetos e automóveis de luxo; jogam na bolsa de valores e moram em bairros de elite, principalmente em Cantão, Xangai e Pequim.

São 184 milhões de consumidores, com mais de 200 milhões estimados para 2000 e 500 milhões em 2020.

Com 100 cidades de mais de 1 milhão de habitantes e nível de vida melhorado, o potencial do mercado urbano de produtos alimentares é promissor – mais de 400 milhões de consumidores, 50 milhões deman-

***O consumo per capita de café na China é muito baixo, em torno de 19g, 242 vezes inferior à média dos principais países consumidores. Na hipótese realista, 1,6 milhão de sacas de café brasileiro seriam exportadas em 2010.***

**Brasil: exportações de café para a China**
1998-2000

| Ano | Café em grão | | Café solúvel | | Grão + solúvel | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade saca 60kg | Valor US$1,00 | Quantidade saca 60kg | Valor US$1,00 | Quantidade saca 60kg | Valor US$1,00 |
| 2000* | 267 | 37.229 | 333 | 91.013 | 600 | 128.242 |
| 1999 | 867 | 102.886 | 333 | 91.911 | 1.200 | 194.797 |
| 1998 | 633 | 96.521 | 483 | 97.814 | 1.116 | 294.335 |

*Refere-se às exportações realizadas de janeiro a julho.
Elaborado com base nos dados da Secex/MDIC.

**Exportação de café do Brasil para a China em 2010**
Hipóteses de meta

| Hipóteses | Percentual do consumo anual *per capita* Principais países consumidores (4.600g) | Consumo anual *per capita* da China (g) |
|---|---|---|
| Otimista | 10,00% | 460 |
| Realista | 7,50% | 345 |
| Conservadora | 5,00% | 230 |

**China: hipotética importação de café em 2010**

| Hipótese | Importação chinesa de café<br>Sacas de 60 kg | Import. chinesa de café do Brasil<br>Sacas de 60 kg |
|---|---|---|
| Otimista | 10.733.333 | 2.146.667 |
| Realista | 8.050.000 | 1.610.000 |
| Conservadora | 5.366.667 | 1.073.333 |

**China: perfil geográfico**

| | |
|---|---|
| Superfície | 9.596.960km² |
| Superfície agrícola | 41% |
| População | 1.261.832.482 hab. (jul. 2000 est.) |
| Ponto mais alto | Monte Everest: 8.848m |
| Unidades administrativas | 23 províncias, 5 regiões autônomas, 4 municípios-estado |
| Principais rios | Yangtze Kiang, Huang, He, Chang Jiang, Xi Jiang |
| Capital do país | Beijing (Pequim) |
| Grandes cidades | Shanghai, Beijing, Tianjin, Shenyiang, Wuhan |
| Entidades administrativas | 23 províncias; 5 regiões autônomas; 2 regiões administrativas (Hong Kong e Macau), 4 municípios subordinados diretamente ao poder central (Beijing, Shanghai, Tianjin e Chongqin); 2 mil municípios; 33 mil distritos, 30 mil cantões e 748.320 vilarejos |
| Fronteiras | 22.143, 34km; Afeganistão, 76km; Butão, 470km; Mianmar, 2.185km; Índia, 3.380km; Cazaquistão, 1.533km; Coréia do Norte, 1.416km; Quirquízia, 858km; Laos, 423km; Mongólia, 4.673km; Nepal, 1.236km; Paquistão, 523km; Rússia (nordeste), 3.605km; Rússia (noroeste), 40km; Tadjiquistão, 414km; Vietnã, 1.281km |
| Clima | Extremamente diversificado; tropical no sul e subártico no norte; a maior parte do território na zona temperada |
| Topografia | O território parece uma escada de quatro degraus; o primeiro degrau seria o planalto Qinghai –Tibete, 4 mil m; o segundo formado pelos planaltos da Mongólia Interior, do Loess e de Yunnan-Guizhu e pelas bacias de Tarim, Junggar e Sichuan, com altitudes entre 1 mil e 2 mil m; o terceiro degrau, com altitudes de 500 a 1mil m, formado pelas cordilheiras de Hinggan Maior, Taihang, Wushan e Xuefeng na orla oriental do segundo degrau até as costa orientais; o último degrau, com altitudes inferiores a 200m, constituído pela plataforma continental composta de águas de pouca profundidade |
| Recursos naturais | Terceiro país do mundo em minerais, destacando-se o carvão, gás natural, ferro, petróleo, mercúrio, estanho, tungstênio, antimônio, manganês, molibdênio, vanádio, magnetita, alumínio, e chumbo urânio; identificadas 151 reservas. O potencial hidráulico é o maior do mundo |
| Uso do solo | Aráveis, 10%; culturas permanentes, 0%; |
| Superfície irrigada | 498.720km² |
| pastagens permanentes | 43% |
| bosques e florestas | 14%; (1993, est.) |
| outros | 33% (1993, est.) |

Elaborado com dados e informações de Andrews, John. *Pocket Asia*. Londres; *The Economist*, 1998; *The World Factbook Home* (http://www.odci.gov); QIN Shi. *China 1998*; e, ZHENG Ping. *Geografia Física, Económica y Humana de China*.

dantes de produtos alimentares sofisticados.

## Mercado consumidor

Com tantas mudanças, mudaram também os hábitos alimentares da sociedade chinesa. Basta ver o sucesso de redes como a do McDonald´s, Kentucky Fried Chicken, Pizza Hut, Dominos Pizza e Subway e da Coca-Cola.

Milenar consumidora de chá, a China é considerada como futuro grande mercado consumidor de café. Há mesmo um estudo que afirma que dentro de oito anos o consumo do café na China será igual ao do chá.

Os dados conhecidos sobre comércio internacional são apresentados em nível de agregação, e não permitem separar café em grão e café solúvel do restante do grupo "café/substituto do café".

Mas o consumo de café na China vem apresentando crescimento considerável: 160 mil sacas em 1995 e em torno de 400 mil sacas estimadas para este ano – aumento que parece seguir o mesmo ritmo do consumo de bebidas não-alcoólicas no país, produto mais consumido pela nova geração, sobretudo entre 18 e 35 anos, de maior poder de compra.

O crescente consumo de café na China é também uma resposta a programas de promoção comercial conduzidos por agentes privados e organizações governamentais e não-governamentais.

## Principais concorrentes

Em 1998 a OIC patrocinou uma campanha para popularizar a cultura do café entre os residentes de Xangai. O café da Colômbia, principal concorrente do café brasileiro no mercado internacional, implementa um agressivo e pragmático programa de promoção de sua marca até no interior da China.

Estariam mesmo sendo construídas, em *joint venture* com empresa local, uma torrefadora de café e uma rede de cafeterias Café da Colômbia iguais à existente no novo Aeroporto Internacional de Pequim.

A All China Federation of the Supply and Marketing Cooperatives (All China) – que assinou em abril de 2000 com a OCB protocolo de cooperação centrado em promoção do café brasileiro na China – pretende instalar em vários pontos de Pequim e outras cidades o modelo de bar de café cujo protótipo se encontra em funcionamento na capital chinesa.

Empresas estrangeiras de torrefação, refino e comércio de café – que só

**China: perfil econômico**

| | |
|---|---|
| PIB (1999) | US$1.016,8 bilhão |
| PIB *per capita* (1999) | US$797,00 |
| PIB paridade do poder de compra (1999) | US$4,8 trilhões |
| PIB *per capita*, paridade poder de compra (1999) | US$3.800 estimados |
| Taxa de crescimento do PIB (1999) | 7,10% |
| Débito externo (1998) | US$159 bilhões |
| Composição do PIB (1999) | Agricultura, 15%; indústria, 15%; serviços, 50% |
| **Inflação e taxas de câmbio** | |
| Incremento de preço ao consumidor (1999) | -1,30% |
| Câmbio, jan. 1999 | 1US$= RMB 8,2793 |
| **Outros dados** | |
| Força de trabalho (1998, estimativa) | 700 milhões: agricultura, 50%; indústria, 24% e serviços, 26% |
| População abaixo da linha de pobreza (1999) | 10% |
| Renda ou consumo familiar na riqueza nacional | 10% mais baixa: 2,2%; e,10% mais alta, 30,9% |
| **Comércio exterior 1999** | |
| Exportações FOB (1999) | US$194,9 bilhões |
| Importações CIF (1999) | US$165,8 bilhões |
| Principais exportações | Máquinas e equipamentos elétricos, têxteis e vestimentas, metais básicos e metais manufaturados, produtos quimicos, brinquedos e material esportivo |
| Principais importações | Máquinas e equipamentos elétricos; plásticos, químicos, minério de ferro, aço, petróleo bruto |
| Principal destino das exportações: | EUA, 22%; Hong Kong, 19%; Japão, 17%; Alemanha, Coréia do Sul, Holanda, Inglaterra, Cingapura e Taiwan |
| Principal origem das importações: | Japão 20%, Estados Unidos 12%, Taiwan 12%, Coréia do Sul 10%, Alemanha, Hong Kong, Rússia e Cingapura |

Elaborado com dados e informações de Andrews, John. *Pocket Asia*. Londres; *The Economist*, 1998; *The World Factbook Home* (http://www.odci.gov); QIN Shi. *China 1998*; e, ZHENG Ping. *Geografia Física, Económica y Humana de China*.

obtêm licença para operar em *joint ventures* com empresas chinesas –, como as norte-americanas Starbucks Coffee International, Phoenix Coffee Trading, New Mandarin Coffee também promovem seus produtos.

## Centro de treinamento

Em Pequim, a Arabica Cofffee Roasters dispõe de um centro de treinamento para ensinar a preparar os diversos tipos de café, destinado a gerentes e equipes de restaurantes, cafeterias e *coffee shops* clientes da empresa.

O café é relativamente novo na China. É preciso aprender os cuidados especiais da torrefação e a mistura dos cafés oriundos de 50 países. As gigantes Melitta e Nestlé estão presentes no Império do Meio, acirrando a competição no atraente e promissor mercado chinês.

Mas o café não era desconhecido dos chineses. Foi introduzido em 1892, na província de Yunnan, por um missionário francês. Nas regiões mais quentes do sul existem grandes áreas potencialmente adequadas para o cultivo do café robusta ou mesmo arábica sombreado.

A província de Yunnan, a sudoeste, com três áreas climáticas diferenciadas, faz fronteira com o Vietnã – grande produtor e exportador de café do sudeste Asiático –, e é antiga produtora, torrefadora e distribuidora de café na China. Além de Yunnan, duas outras províncias produzem café: Hainan – que significa "sul do mar" –, ilha tropical localizada na costa do sudeste da China, e Fujian, também no sudeste.

Em meados dos anos 50, foram plantados 4 mil hectares de café em Yunnan. Duas décadas depois só restavam 270ha. Em 1988, com o apoio do PNUD e da Nestlé, o governo chinês executou o projeto de plantar 4 mil hectares de café.

A partir de 1995, o governo provincial e a indústria de café de Yunnan ampliaram a área cultivada para 7.800ha, que devem chegar a 17 mil em 2005. Se aumentar a demanda, a área cultivada com café pode se estender a 27 mil hectares.

## Café importado

O nível de agregação das informações, nas quais o produto café/café substituto inclui chicória e outros derivados do café, não permite uma apreciação sobre a evolução das importações do produto durante o período.

Em 1998 a China consumiu 10 mil toneladas de café em grão, ou seja, 166 mil sacas de 60kg, 70% das quais – ou 116.667 sacas – importados. O consumo interno estimado para 2000 é de 20 mil toneladas de grãos de café, ou 333 mil sacas de 60kg. Contando com a produção interna, as importações devem ter se situado entre 230 mil e 250 mil sacas de 60kg de café em grão.

É preciso conhecer melhor o mercado chinês de café para definir um plano de promoção comercial e uma estratégia de ação para o café brasileiro, muito apreciado no mercado chinês. Nas feiras e exposições comerciais e institucionais em Kunming, Xangai e Pequim, o consumidor chinês fala de "beber o melhor café do mundo" e alguns relatórios confirmam essa opinião.

## Movimento típico

As exportações brasileiras para a China ainda são bastante tímidas, insignificantes mesmo. As torrefadoras usam o café verde do Brasil, que che-

ga à China através de exportadores japoneses, italianos e americanos.

Apesar das boas relações entre o Brasil e a China, em 1999 a China se classificava como o 15º país importador de produtos brasileiros e o 12º exportador para o Brasil.

No final da década de 90 não houve grandes progressos comerciais para o café brasileiro: o Brasil exportou para a China / Hong Kong apenas 1.200 sacas de 60kg (72t), 867 sacas de grão e 333 de café solúvel.

O volume e o valor dessas exportações justificam um plano de promoção de médio a longo prazo, envolvendo bens e serviços dos diversos segmentos do agronegócio do café.

O acesso a esse mercado gigantesco requer paciência, eficiência e pertinácia. Requer também atividades programadas meticulosamente, compatibilizando as conjunturas política, econômica e cultural dos dois países.

### Promoção comercial

Um Plano Estratégico de Promoção Comercial, tendo 2010 como ano meta, seria o único instrumento oficial para a promoção comercial dos cafés do Brasil a ser implementado em parceria com organizações governamentais e não-governamentais responsáveis pela promoção comercial do Brasil no exterior.

A execução viria mediante programas bianuais e quadrienais, o primeiro dos quais em 2001 e 2002. Os demais seriam programados em função dos períodos governamentais – 2003-2006 e 2007-2010.

As metas para 2010 considerariam alguns pressupostos básicos:

- população da China no ano 2010: 1,4 bilhão de habitantes;
- base para a fixação do consumo anual *per capita* da China em 2010: 4,6kg, o mesmo dos principais países consumidores de café em 1998;
- exportações brasileiras de café para a China em 2010: 20% do total da demanda chinesa.

O consumo *per capita* de café na China é muito baixo, em torno de 19g, 242 vezes inferior à média dos principais países consumidores. Na hipótese realista, 1,6 milhão de sacas de café brasileiro seriam exportadas em 2010, como meta de referência para o plano. Na realidade essa meta consistiria em garantir o atendimento da demanda de 20% das importações de café da China.

### Metas e estratégias

Contribuir para a fixação de uma imagem positiva do Brasil na China, e conseqüentemente no Extremo Oriente; contribuir para o fortalecimento das relações bilaterais entre o Brasil e a China; criar oportunidades comerciais para produtos e serviços do agronegócio brasileiro; ampliar as exportações brasileiras e criar renda e emprego seriam os objetivos gerais.

O objetivo específico consistiria em promover comercialmente o café brasileiro e seu agronegócio no tentador mercado da República Popular da China, ampliando as exportações e criando mercado para produtos e serviços, inclusive tecnologia, dos diversos segmentos do seu agronegócio.

As metas do Plano de Promoção Comercial visariam atender a 20% da demanda de café do mercado chinês em 2010, exportando 1,6 milhão de sacas de café em grão – 96.600t.

Como estratégia de ação, o Plano de Promoção Comercial teria sua implementação concentrada em Pequim, Xangai e Guangzhou (capital de Cantão), os três mais importantes pólos econômico-financeiro-comerciais da República Popular da China, difundindo daí o plano para seus espaços econômicos e comerciais e para os demais mercados consumidores do país.

Para garantir sua exeqüibilidade, a coordenação do Plano de Promoção Comercial estabeleceria parcerias e alianças, inclusive alianças estratégicas, com organizações governamentais e não-governamentais chinesas, nacionais e provinciais, vinculadas ao comércio e à promoção comercial.

No Brasil, o Plano de Promoção Comercial contaria com a cooperação, participação e o apoio financeiro, técnico e logístico de diversos ministérios e órgãos ligados ao comércio exterior, governamentais ou não, e internacionais.

### Operacionalização do plano

O plano seria executado em três etapas.

Na primeira, concentrada na pesquisa de mercado e na promoção comercial com vistas a induzir a criação da demanda de café de origem brasileira durante o biênio 2001 / 02, seria definida a participação em eventos de promoção comercial relacionados ao agronegócio e em segmentos capazes de induzir demanda de bens e serviços da cadeia produtiva do café, incluindo todas as atividades do *marketing* do café e de seu respectivo agronegócio.

A segunda etapa iria de 2003 a 2006, com a promoção e a estruturação de parcela de mercado para o café brasileiro. Na terceira, de 2007 a 2010, seria promovido e consolidado o mercado para o café brasileiro.

## Referências bibliográficas


ANDREWS, John. Pocket Asia - Profiles, Facts and Figures about Asia Today. London: *The Economist*, 1998.

CHINA COUNCIL FOR THE PROMOTION OF INTERNATIONAL TRADE. *China Business Guide* 1998/1999. Pequim, 1999.

CHINA ECONOMIC REVIEW. *China Business Handbook 1999*. London: Alain Charles Publishing, 1999.

CORPORATE INFORMATION. *China, Chain Stores Overview*. Washington: Foreign Commercial Service and U.S. Department of State, 1999.

DOBBS-HIGGINSON, Michael S. *Asia Pacific* – Its Role in the New World Disorder. Victoria: Mandarin, 1996.

ECONOMIC FORUM. *China Revises Foreign* – Invested Enterprises Laws. Hong Kong: Hong Kong Trade Development Council, 2000.

LEONG, Tan Chen & LIM, Terence T. S. *China, Business Investment Opportunities*. Singapore: Cassia Communications, 1993.

ODCI/CIA. *The World Fact Book – China*. Washington: 2000.

QIN, Shi. *China*. Pequim: Nova Estrela, 1997.

_____. *China 1998*. Pequim: Nova Estrela, 1998.

UNION BANK OF SWITZERLAND. *The UBS Guide to the Emerging Markets*. London: Bloomsbury Publishing, 1997.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Country Report on Economic Policy and Trade Practice - China*. Washington: USDS, 2000.

ZHENG Ping. *Geografia Física, Económica y Humana de China*. Pequim: China International Press, 1998.

# Jogando para ganhar

*Desafios e oportunidades em sinergia com informações confiáveis desenham o mapa de um futuro promissor*

JOSÉ HONÓRIO ACCARINI

A falta de informações confiáveis e oportunas é uma causa importante da volatilidade do mercado e da dificuldade para projetar preços. Cria condições para a especulação predatória que, ao contrário da competitiva, se vale da assimetria de informações para estabelecer cotações demasiadamente baixas numa ponta e elevadas na outra. O sistema de preços tende a transformar-se numa espécie de semáforo aleatório, trazendo reflexos indesejáveis para as decisões dos agentes econômicos e desorganizando o mercado.

## Projeções frágeis

Do ponto de vista quantitativo, inexistem informações suficientes sobre o atual parque cafeeiro nacional por idade, tipos – arábica e *conillon* –, evolução nos próximos anos e, portanto, sobre a projeção da oferta, considerando-se também estímulos oferecidos em vários estados para a cafeicultura. As previsões de safra ainda não têm a credibilidade desejável por falta de tradição, recursos e informações – terreno fértil para o predomínio dos boatos sobre os fatos.

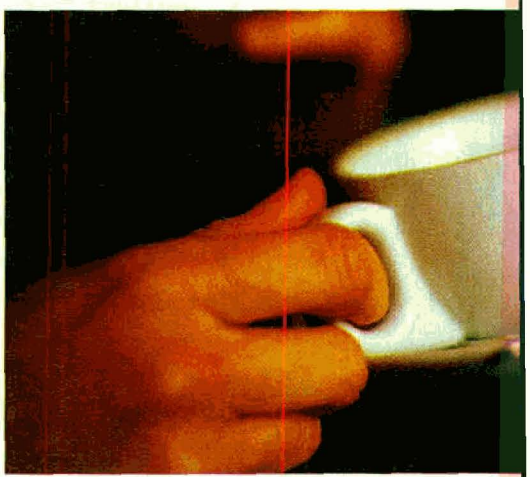
No cenário externo as projeções de oferta de nossos concorrentes são ainda mais frágeis. Alguns especialistas acenam com a possibilidade de expansão considerável, especialmente na Ásia; outros afirmam que a capacidade produtiva fora do Brasil está no limite, que há problemas ambientais na produção de cafés lavados da Colômbia e América Central e assim por diante. Onde está a verdade?

Nas projeções de consumo interno, as informações se apresentam mais precisas, muito embora dependam de condições econômicas em fase final de consolidação. Em termos de consumo mundial, sabe-se que cresce a taxas anuais modestas, ao redor de 1,3%, mas ainda é uma incógnita a efetiva viabilidade de conquistar mercados como a China.

## Em busca de qualidade

Do ponto de vista qualitativo, é conhecida a direção do aumento do consumo – substituição gradativa do café *commodity* por cafés especiais, com preços que são em média o dobro dos comuns e crescimento anual próximo a 10%. Mas não se sabe o ritmo em que isso poderá ocorrer no futuro, inclusive porque se trata de mercado altamente segmentado por tipos como orgânico, mucilado mecanicamente, *estate coffee*, os inúmeros *blends*.

O certo é que o mercado vem buscando qualidade crescente mas, ao



contrário do que ocorreu com o vinho – cuja oferta diferenciada condicionou a formação de diversos nichos de mercado –, a segmentação da demanda de café começou a ocorrer num mercado em franco processo de globalização, no qual o consumidor, em linguagem econômica, é mais soberano, pois dispõe de mais opções e informações.

Com o fim das cláusulas econômicas do Acordo e a ausência de grandes consumidores, como os norte-americanos, a Organização Internacional do Café ficou bem menos importante e precisa adaptar-se a uma realidade diferente, priorizando a geração e divulgação de informações e estudos prospectivos de mercado, além do estímulo ao consumo nos países produtores e consumidores. O incentivo ao consumo interessa aos produtores mas também aos agentes de comercialização nos mercados consumidores, o que pode servir de aliança entre ambos e dar nova vida, alcance e dimensão à OIC.

A Associação dos Países Produtores de Café (APPC), criada sob inspiração do Brasil, teve como eixo de ação o ordenamento da oferta. Trata-se de objetivo desejável mas é óbvio que, para ser eficaz a médio e longo prazos, é preciso atuar sobre a produção, e não apenas sobre os estoques, cujo custo de retenção é elevado. No âmbito da produção, as ações dependem de credibilidade e de intensas negociações e essas de informações, atualmente insuficientes.



## Liderança conseqüente

Deve-se fortalecer esse debate. De início no entanto parece claro que o Brasil precisa buscar liderança mais conseqüente no mercado do café. No âmbito da OIC e no da APPC, deve fazer gestões diplomáticas, administrativas e técnicas para transformar essas organizações em estimuladoras do consumo, geradoras e difusoras de informações, fundamentos de mercado e projeções de oferta e demanda.

A fusão desses dois organismos talvez seja a solução ideal para um mercado globalizado, estabelecendo-se objetivos e compromissos claros, foco em ações estratégicas e participação dos consumidores e agentes privados, a exemplo do que ocorre no Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) desde sua criação, em 1996.

A redução das barreiras à importação de cafés brasileiros é outra área a exigir ações continuadas e o setor privado dos países importadores pode aliar-se nesse esforço. É explicável e previsível a relutância dos países importadores em participar de forma proativa nas negociações, mas os agentes internacionais de comercialização têm interesse nessa participação. Colocando-se o setor privado na mesa de negociações, é bem provável que os governos revejam suas posições.

## Futuro doméstico

No *front* interno, o primeiro desafio é gerar informações confiáveis – especialmente de mercado – para facilitar a tomada de decisões pelos agentes do agronegócio café. De modo diferente do que ocorre com boa parcela da agricultura brasileira, esse segmento não enfrenta problemas sérios de infra-estrutura de transportes, armazenagem, exportação, logística e outros.

O domínio tecnológico da produção é outra área a merecer atenção continuada, mas não há desafios insuperáveis à vista, inclusive porque temos infra-estrutura física e de capital humano de excelente nível na pesquisa, liderada pela Embrapa.

Também é preciso montar estratégias e inteligência de mercado para transformar o Brasil de mero exportador de café *commodity* em vendedor de qualidade (cafés especiais) e valor agregado. Nenhum outro produtor tem as variedades de solo e clima disponíveis no Brasil, possibilitando novas formas de oferta e derivados de café e, principalmente, explorar nichos de mercado atraentes e promissores, com preços maiores e consumo mais estável.

***Alguns especialistas acenam com a possibilidade de expansão considerável, especialmente na Ásia; outros afirmam que a capacidade produtiva fora do Brasil está no limite, que há problemas ambientais na produção de cafés lavados da Colômbia e América Central e assim por diante. Onde está a verdade?***

A exportação massificada de grãos tende a gerar crescimento empobrecedor da cafeicultura, da economia e dos milhões de brasileiros que dela dependem. Iniciativas como as de produtores de café de algumas regiões, como o cerrado, o Sul de Minas, constituem exemplos a aperfeiçoar e seguir.

## *Marketing* para uso interno

No campo do *marketing* interno, há outro desafio importante que já vem sendo enfrentado especialmente pela Abic. Externamente, a presença brasileira na 12ª Feira da Specialty Coffee Association of America, em São Francisco, e nas Olimpíadas de Sydney são exemplos recentes.

Mas é necessário maior articulação com mecanismos de comercialização –

divulgação sem oferta tempestiva de produtos ao consumidor oferece retorno baixo ou nulo –, de esforços adicionais e seleção de focos estratégicos para minimizar riscos de pulverização dos escassos recursos disponíveis.

Esse desafio é ainda maior ante a evolução de um mercado que fornece sinais evidentes de que os cafés especiais terão papel de destaque na formação da receita cambial e o fato de que às vezes é mais fácil introduzir um produto novo do que mudar uma imagem de um tradicional, a exemplo do mundialmente conhecido café – no singular – do Brasil.

Com a criação do CDPC, a política cafeeira nacional foi redesenhada, visando maior liberdade de mercado e proporcionando avanços ao setor privado na busca de competitividade. Esse conselho vem adotando medidas importantes nas áreas de pesquisa agrícola, aperfeiçoamento das estatísticas, *marketing* interno e externo, café e saúde, financiamento, ordenamento da oferta (polêmico) e outras. Mas permanece o desafio de modificar o alcance dessa política, muito voltada para o curto prazo, em face dos preços baixos e de sua elevada volatilidade.

## Perguntas relevantes

Para superar os desafios, é indispensável encarar o agronegócio café com os pés no presente e olhos no futuro, o que se traduz em perguntas de resposta difícil e/ou impossível só com as informações que temos disponíveis: quanto estaremos produzindo nos próximos cinco ou seis anos de arábica e *conillon*? Quanto ofertarão os concorrentes? Como evoluirá o consumo de tipos diferenciados de café? A demanda internacional de café continua inelástica a preço? E a demanda de cafés especiais?

Dada a crescente idade média da população mundial, com hábitos de consumo arraigados, como é possível influenciar desde agora dezenas de milhões de jovens que estarão entrando anualmente no mercado daqui a 15 anos? Qual o perfil socioeconômico desses futuros consumidores potenciais e onde estarão localizados? Os chineses, secularmente habituados ao chá, constituem mercado promissor – qual a estratégia para conquistá-lo? em quanto tempo? qual a relação custo/benefício? sabendo-se da existência de limitações edafoclimáticas na China, estimular a produção própria de café será estratégia mobilizadora para a abertura daquele mercado?

Reconquistar o mercado americano em níveis já alcançados no passado e expandir o consumo de cafés especiais com a marca Brasil merecem ação de maior fôlego, em face do tamanho daquele mercado e – talvez ainda mais importante – de suas repercussões indiretas, dada a tendência já observada de "exportar o padrão de consumo americano" para outros países, principalmente entre jovens da Ásia?

É viável intensificar exportações com maior valor agregado com participação de grandes cadeias internacionais, algumas já atuantes no país? Como fazer do café solúvel, especialmente o produzido com tecnologia de ponta (*freeze dried*), alavanca para conquistar consumidores asiáticos e fortalecer mercados do Leste Europeu, como já vem sendo feito de forma ainda lenta e com esforços tímidos?

***A fusão de OIC e APPC talvez seja a solução ideal para um mercado globalizado, estabelecendo objetivos e compromissos claros, foco em ações estratégicas e participação dos consumidores e agentes privados, a exemplo do que ocorre no CDPC.***

## O longo caminho

Existe, enfim, longo caminho a percorrer nos campos de tecnologia, certificação de qualidade e informação – fator crítico num mercado globalizado, dinâmico, exigente e incerto. Nele, o jogo é diferente: de maior risco e sem espaço para amadorismo. No Brasil, temos tradição, solos, climas, tecnologias e *expertise* na produção, indústria, exportação, Congresso Nacional, governo, consultoria e academia. Basta conjugar sinergicamente tudo isso para desenvolver o setor de modo sustentável, aumentar a receita de divisas e gerar mais empregos.

Não é mais possível deixar de olhar para o horizonte do agronegócio café, com seu potencial de geração de emprego e desenvolvimento econômico, elevado grau de abertura – superior a 80% contra aproximadamente 14% da economia brasileira – e cuja evolução em boa parte se confunde com nossa própria história.

Urge buscar dados e informações adequados para o desenho de cenários prospectivos e conferir mais eficiência à política cafeeira. Não se exige uma inalcançável precisão matemática; apenas quadro de referência robusto o bastante para se vislumbrar o futuro desse setor e, se possível – de algum modo sempre o é –, forjá-lo segundo nossa tradição, importância e potencialidades.

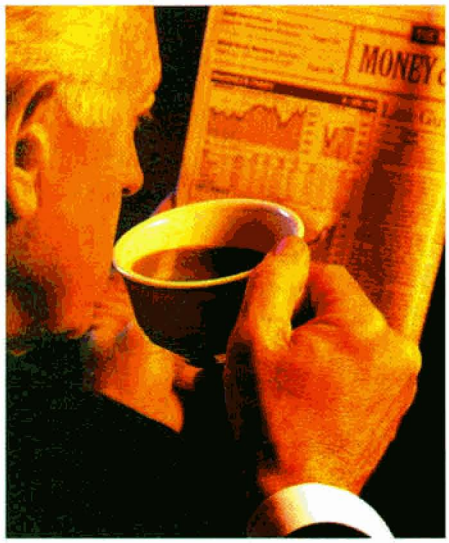
Temos as condições necessárias para crescer; falta apenas juntar as suficientes. É necessário, estratégico, oportuno e urgente fazer reflexões e tomar decisões conjuntas sobre isso, pois a teoria e a prática nos ensinam que, para passar de uma oferta sem trajetória definida para um mercado sem rumo, não é preciso qualquer esforço. A experiência também revela que os desafios podem ficar mas as oportunidades costumam passar, o que nos convida a perseverar na busca da parte mais gratificante dos desafios: transformá-los em oportunidades.

*José Honório Accarini é coordenador-geral de Agronegócio e Recursos Hídricos no ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e representante desse Ministério no CDPC.*

# A guerra e as contendas

*O mercado de café se agita em guerra de preços, mas no Brasil não se chega a um acordo sobre a política a seguir*

FRANCISCO OURIQUE




O setor privado cafeeiro nacional vem expondo o Brasil de forma vexatória na mídia nacional e internacional. A disputa política e de representação está no cerne das motivações.

A pauta e o veículo preferidos têm sido matérias e entrevistas, limitadas a desencontradas projeções e estimativas superficiais sobre a disponibilidade de café no Brasil e no mundo – de preferência críticas ao programa de retenção de café, celebrado no âmbito da Associação dos Países Produtores de Café – APPC –, presidida pelo embaixador Sérgio Amaral, que acumula essa função com a de representante do Brasil junto ao Reino Unido a pedido da comunidade cafeeira brasileira.

Definir e aprimorar a política brasileira do café deveria ser um objetivo permanente. O debate destituído de interesses manipuladores é sempre bem-vindo e deve ser estimulado.

## Dúvidas e divergências

Após uma década de dúvidas, a certeza da importância social do café para o Brasil já se tornou consensual. Em âmbito regional, ele representa valor e peso estratégico para uma dezena de estados da federação, seja em termos de ocupação de mão-de-obra ou como fonte propulsora da economia de algumas centenas de municípios. O café pode garantir a prosperidade de vasta área do território nacional.

Ainda assim persistem no setor profundas divergências quanto às conseqüências da globalização para o setor cafeeiro. Alguns consideram sinceramente que, da mesma forma que o consumidor brasileiro abraçou a compra de produtos de última geração disponíveis no mercado internacional, o consumidor de café, em escala planetária, está sedento do café brasileiro – como se no mercado mundial de café existisse simetria de oportunidades e o consumidor final conhecesse a origem desse ou daquele café.

No entanto, a pauta de discussões, por ocasião das aparições de ilustres representantes do setor na mídia nacional e internacional, versa quase exclusivamente sobre o artificialismo, a inoportunidade, a falência e impopularidade do programa de retenção de café da APPC.

Primeiro é bom que se diga que o programa de retenção não foi produto da imaginação do presidente da APPC ou de membros do governo brasileiro. O programa de retenção foi proposto pelo Brasil aos demais países integran-

tes da APPC e ao próprio governo brasileiro pelas lideranças do setor produtor de café do Brasil e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC –, que já o referendou em mais de uma oportunidade.

Um tanto a contragosto, o ministro Pratini de Moraes aceitou encaminhar a idéia. Desde que o programa foi aprovado pelos países membros da APPC, o ministro da Agricultura do Brasil tem empreendido todos os esforços próprios do cargo na defesa, operacionalidade e cumprimento do programa.

Da mesma forma, após pelo menos duas reuniões entre o setor privado brasileiro e o embaixador Sérgio Amaral, na embaixada do Brasil em Londres – ocasiões em que o presidente da APPC apresentou contra-argumentos quanto à oportunidade da então proposta brasileira de retenção – o projeto ganhou musculatura política e técnica e foi abraçado pelo embaixador.

## Preços cadentes

A conjuntura cafeeira mundial apontava desde fins de 1998 para novo ciclo de preços cadentes. Desde janeiro de 1999 os estoques de café haviam aumentado vertiginosamente, quase tudo em mãos de comerciantes nos países importadores; além disso, ingressara na oferta mundial de café um novo membro de peso, o Vietnã. Com volume, produtividade e custo de fatores sem par no rol dos países produtores de café, o surgimento do Vietnã, segundo maior produtor do mundo, tem implicações da maior seriedade para todos.

Pela primeira vez na longa história do mercado mundial de café, surge um país reunindo condições de competidor estratégico, com capacidade de alterar substancialmente a estrutura desse mercado, quer pelo volume, quer pela produtividade, quer pelo custo de fatores de sua economia cafeeira e nacional, quer pela variedade e singular qualidade do café robusta que produz. O fato de o robusta do Vietnã estar entrando nos *blends* das indústrias, substituindo qualquer variedade de café, requer estudo urgente e aprofundado.

A comunidade cafeeira nacional ainda não tomou consciência da importância desse fato. As avaliações e considerações quanto a suas conseqüências estruturais ainda são superficiais.

Os ilustres líderes e fontes da mídia nacional e internacional ainda não acordaram para o fato de que o mercado mundial, pelo lado da oferta, mudou, e de que o Brasil tem hoje diante de si um competidor estratégico singular. Se o crescimento da produção de café da Colômbia, no início dos anos 80, e da Indonésia, na segunda metade da mesma década, foram fatos determinantes na opção de políticas nos últimos 20 anos, o surgimento do Vietnã no cenário mundial, na escala e condições em que está se dando, irá definir e delimitar as possíveis opções de comportamento do Brasil em termos de política cafeeira.

As conseqüências dessas alternativas devem ser também cuidadosamente mensuradas. Devemos estimar o custo e o benefício de cada uma delas. O preço de uma opção equivocada é pago pela numerosa comunidade no Brasil que produz e comercializa café e, dependendo da extensão do equívoco, pelo próprio consumidor brasileiro.

## Café arábica em ascensão

Desde 1996 os preços de café robusta iniciaram isolada espiral de baixa, em movimento de preços desalinhado com os da variedade arábica. O mercado informava, já em 1996, a despeito do persistente aperto de então entre demanda e oferta de café arábica, que o surgimento e crescimento do Vietnã alterava dramaticamente a situação das variedades de café robusta. A pergunta da época, entre os analistas mais atentos, era se o caso do robusta ficaria restrito a esse segmento do mercado ou se o grau do desequilíbrio em marcha iria afetar o mercado todo e, se esse fosse o caso, em quanto tempo.

Parte da comunidade cafeeira brasileira, com o melhor dos propósitos, ainda hoje considera que o mundo, o mercado em sua característica genérica, importa e industrializa café com base em fidelidade e dependência à origem do produto, por suas qualidades intrínsecas. A esses estudiosos sugiro uma leitura do trabalho do Banco Mundial de 1989, onde uma projeção de 10 anos indica crescente incremento da participação de mercado do café arábica lavado, em detrimento da de café robusta, em ambiente de mercado livre, impulsionado pela preferência do consumidor. De resto, a tecnologia por detrás do *blend* e da produção agrícola não é estática.

***A combinação da performance do Vietnã com a do Brasil deixou os demais importadores de café sem clientela. Resultado: os outros produtores de café incrementaram descontos de preço à procura de comprador. Comprador final, vinculado à demanda industrial, não encontram.***

O Vietnã vem apresentando *performance* expressiva de exportação desde 1998. Só para ilustrar a força dessa *performance*, cabe lembrar que nos dois primeiros meses de 2001, o Vietnã, de acordo com estatísticas da Organização Internacional do Café, apareceu como o maior exportador de café do mundo. À frente do Brasil, como informação para aqueles que vivem de *performance*, em janeiro e também em fevereiro de 2001.

A partir de janeiro de 1999, com a desvalorização do real, as exportações brasileiras de café cresceram substancialmente. A expectativa reinante no mercado mundial era de que o Brasil

iria, respaldado em safras crescentes, inundar o mercado com café.

A combinação da *performance* do Vietnã com a do Brasil deixou os demais países exportadores de café sem clientela à vista. Resultado: os outros países produtores de café robusta e de café arábica – nesse caso de café arábica lavado – incrementaram descontos de preço à procura de comprador. Comprador final, vinculado à demanda industrial, não encontraram. Os descontos foram de tal magnitude que operar cafés dessas origens para entrega contra bolsas internacionais virou o negócio da ocasião. Dessa feita, os estoques girando nas bolsas, que só aceitam cafés brasileiros da variedade robusta, o *conillon* do Espírito Santo cresceu de forma exponencial.

## Processo interrompido

Em meados de 1999 ficava claro que o mercado mundial estava tomando uma configuração perigosa para os destinos da cafeicultura brasileira: o sinal vermelho estava aceso.

Cabe aqui recordarmos que no dia 7 de julho de 1999 uma comissão composta pelos deputados Federais Carlos Melles, Silas Brasileiro e Carlos Mosconi, pelo então secretário-geral do Ministério do Desenvolvimento, pelos líderes do setor da produção Gilson Ximenes, Osvaldo Henrique, Manoel Bertoni e Ruy Queiroz, pelo então presidente da Federação Brasileira dos Exportadores de Café – Febec –, Oswaldo Aranha Neto, pelo secretário-geral da Febec, pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria de Torrefação-ABIC – e pelo dr. Américo Sato, pelo secretário-geral da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel – Abics –, foi recebida pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e por seu assessor especial, Gerardo Fonteles.

Foi apresentada e entregue ao titular do Ministério da Fazenda uma proposta de política cafeeira estruturada para fazer frente à conjuntura que se desenhava. O documento entregue ao ministro Malan propunha basicamente redirecionar o financiamento ao produtor brasileiro para cédulas do produtor rural, mediante orçamento anual com giro máximo de R$1,2 bilhão, o que a liquidez do Fundo Nacional de Defesa da Cafeicultura de então permitia.

Infelizmente, o setor cafeeiro nacional não deu seqüência às diligências iniciadas. O princípio conceitual e a redenção operacional do programa eram de gerar as bases de resistência do produtor nacional a baixos preços internacionais. Disputas políticas à parte, o Brasil só saberá se ganhou ou perdeu posição nesse novo ciclo do mercado do café quando ele se fechar.

***Pela primeira vez no mercado mundial de café, surge um país reunindo condições de competidor estratégico – o Vietnã –, com capacidade de alterar substancialmente a estrutura desse mercado, pelo volume, pela produtividade, pelo custo de fatores de sua economia cafeeira e nacional, pela variedade e singular qualidade do café robusta que produz.***

## Programa de retenção

Iniciado o ano 2000, o Brasil deu início a gestões internacionais em prol do programa de retenção.

A safra brasileira do ano agrícola de 2000/01, estimada pela Embrapa na casa dos 30 milhões de sacas, era prevista por várias casas comerciais do Brasil e internacionais em 40 milhões. Nos últimos 10 anos o Brasil não somente havia vendido 100% de sua produção anual como ainda utilizara 12 milhões de sacas dos estoques públicos; a decisão de lançar o programa de retenção justificava-se pelo objetivo de reduzir os estoques de café em mãos de comerciantes nos países importadores, que àquela altura beiravam a casa dos 20 milhões de sacas, 100% acima do nível considerado neutro.

Pelo lado interno, o programa de retenção procurou atrair o setor exportador de café para a formação de estoques, papel que o setor produtor desenvolve solitariamente desde a extinção da política de preços de garantia do governo.

Pelo lado internacional, diante da tendência de excedentes dos cafés produzidos no mundo, o programa de retenção era uma tentativa de dividir o ônus do carrego de café entre outras nações produtoras. O Brasil, efetivamente, estava tentando exportar para outros países produtores práticas de gerência e administração de estoque.

O programa de retenção, considerado por analistas de palanque como um desastre conceitual e uma catástrofe operacional, não é um fim em si mesmo. Seu alcance e objetivos são bem menores do que as críticas insistem em indicar. A saudável disputa democrática por espaço de representação justifica muito, mas não tudo – particularmente instigar a cafeicultura para uma manobra mercadológica com baixa probabilidade de sucesso.

A cafeicultura brasileira está endividada em R$750 milhões; a do Vietnã tem endividamento perto de zero. A que outros produtores de café arábica e de robusta se comparam a produtividade e os custos de produção do Brasil?

Como em mercado em regime de guerra de preços a segmentação de mercado tende a ser minimizada e o café passa a ser simplesmente café, o Brasil, particularmente os produtores de cafés do Brasil, irá conviver com uma situação em que a variável preço de compra dominará a atividade do setor.

É bom não esquecer que, quando a produção mundial de café suplanta a demanda de curto prazo e os preços de amanhã tendem a patamares inferiores aos de hoje, a prática do *just-in-time* do mundo globalizado tende a se exacerbar.

*Francisco Ourique é economista, consultor em comércio internacional.*

# Novas contas

*Aumentou o volume e melhorou a qualidade do café recebido pelas cooperativas*

ARMANDO MATIELLI E ANDRÉ MATIELLI

Os estoques de café do setor privado têm sido mensurados por uma regra que estabelece que os estoques das cooperativas – fornecidos cada mês pelo CNC – multiplicados por três corresponderiam ao estoque total do setor privado.

## Aumenta a recepção

Diversos fatores estão interferindo na recepção de café nas cooperativas – em sua maioria, muito bem estruturadas. A recepção de café tem aumentado significativamente, o que pode ser explicado de diversas maneiras:

- Filiais / núcleos: aumenta o número de filiais / núcleos nas diferentes regiões cafeeiras, buscando melhor atendimento aos cooperados.
- Parcerias: as grandes cooperativas estão fazendo parceria com as pequenas, o que possibilita melhor logística tanto no fornecimento de insumos e serviços como no armazenamento / aquisição de café; com isso acelera-se a dinâmica das pequenas cooperativas, aumentando o volume de café recebido.
- Sistema de crédito: normalmente o Bancoob e o Banco do Brasil têm mantido estreito relacionamento com as cooperativas; em muitos casos utilizam-se da mesma estrutura física, o que favorece o fortalecimento das parcerias, e o sistema financeiro gira em torno do tripé cafeicultor, cooperativa de café e de crédito (BB).
- Insumos: de modo geral, tanto as firmas de defensivos como as de fertilizantes e maquinário trabalham em parceria com as cooperativas de café; logicamente existe maior número de profissionais gabaritados mantendo contato direto com os cafeicultores carreando os negócios. Essa sistemática foi extremamente incrementada nos últimos anos.
- Assistência técnica: as cooperativas são dotadas de departamento técni-

**Cooperativas: volume dos negócios cafeeiros/estoque**

| Dados | Milhões de sacas |
|---|---|
| Estoques em 30/6/2000 | 7,3 |
| (+) produção revisada 2000/01 | 31,1 |
| Disponibilidade 30/ 6/2000 a 30/6/2001 | 38,4 |
| (-) exportação aproximada (2° semestre de 2000) | 9,5 |
| (-) consumo interno aproximado (2° semestre de 2000) | 6,7 |
| (-) estoque do governo e Funcafé (30/12/2000) | 6 |
| (-) retenção (até 30/12/2000) | 1,85 |
| Disponibilidade aproximada (até 30/12/2000) | 14,4 |
| Total em estoque no setor privado de acordo com a antiga regra* | 20,4 |

* Estoques das cooperativas multiplicado por três.

Fontes: *Anuário Estatístico do Café (Coffee Business 2000)*, p. 75 e 125; Embrapa, 12/2000.

co nos núcleos e filiais, oferecendo serviços especializados aos cafeicultores. Nas maiores, tais departamentos são bem estruturados, com gerência experiente e agrônomos capacitados, o que tem estimulado o vínculo dos cafeicultores com as cooperativas.

- Agribusiness: as grandes cooperativas possuem o sistema agribusiness extremamente planejado, eficiente tanto antes como depois da porteira, desde o fornecimento dos insumos básicos, a recepção, a classificação e o armazenamento dos cafés até a industrialização com marcas próprias e exportação.
- Lojas e laboratórios: é muito gratificante visitar as lojas de determinadas cooperativas, com *merchandising* altamente profissional e diversificação de produtos para cafeicultores. Além disso, algumas têm oferecido serviços de análise do solo e de adubos (teor de nutrientes), ajudando os cafeicultores com recomendações para uma adubação racional e consciente.
- Informativos e jornais: quase todas as cooperativas dispõem de sistema de divulgação próprio através de jornais e informativos, com artigos e informações práticas para o dia-a-dia dos cafeicultores.
- *Ranking* nas exportações: as cooperativas, que já foram pouco expressivas, estão atualmente em destaque no *ranking* das exportações.
- Garantia de fornecimento: as cooperativas melhoraram a qualidade dos cafés de seus cooperados com incentivos motivadores e bem planejados do ponto de vista do *marketing*. Isso assegura volumes de café homogêneos, com padrão constante, o que atrai grandes *dealers* internacionais que exigem garantia e segurança no negócio. Além disso, as cooperativas estão estruturadas no preparativo de café com padrões BM&F e CPR.

### Qualidade e profissionalismo

O somatório desses 10 fatores põe em destaque as cooperativas de café, favorecendo o acúmulo de maiores volumes com qualidade em seus armazéns. Nos últimos anos acentuou-se a profissionalização nessas entidades, que contam com alta competência nas áreas gerenciais e de *marketing*, garantindo transparência e segurança aos cooperados.

A tabela mostra que, de acordo com a antiga regra, chegamos a 20,4 milhões de sacas, muito mais que as 14,4 milhões calculadas. Há mais coerência em dizer que as cooperativas detêm a metade dos estoques brasileiros no setor privado, e não apenas um terço.

*Armando Matielli e André Matielli são engenheiros agrônomos.*

**CAFÉ**

# Café maduro

## *A gestão compartilhada das políticas públicas para o café legitima o amadurecimento do setor*

**MANOEL VICENTE FERNANDES BERTONE**

O Conselho Nacional do Café se prepara para participar com mais eficiência na gestão compartilhada das políticas públicas para o setor cafeeiro, trabalhando firmemente num projeto que pretende profissionalizar as atividades da entidade e aumentar a coesão entre as lideranças do setor.

### Crescimento esperável

É notória a organização dos cafeicultores brasileiros. A grande quantidade de cooperativas, associações e sindicatos; o forte entrosamento e a coordenação entre essas entidades sem dúvida são fatores de fortalecimento. O grande número de eventos promovidos em todas as regiões produtoras de café do Brasil aumenta nossa competitividade, pois a difusão de tecnologia se dá com real eficiência.

A compreensão desse fato é fundamental para aceitarmos que o desenvolvimento da cafeicultura nos últimos anos não se deu por acaso. Demonstramos que, além de produzir com eficiência, nos organizamos em todos os sentidos.

O CNC é o ponto de união das cooperativas, associações e entidades sindicais (sindicatos, federações e a CNA), nesse esforço de melhor organizar o setor e de bem representá-lo na formulação das políticas públicas. O trabalho de reestruturação do CNC, hoje em pleno andamento, é muito importante para o fortalecimento do produtor.

### Amadurecimento e legitimidade

O CNC entende que necessita evoluir do ponto de vista da formalização de suas decisões e de seu embasamento técnico. A legitimidade da representação política – objetivo básico do CNC – exige que os estatutos da entidade determinem com maior precisão o peso dos votos de cada um dos representantes regionais, nas importantes decisões a serem trabalhadas pela diretoria executiva.

O novo formato da entidade caminha para o estabelecimento de uma Assembléia Geral; de um Conselho Político de 12 a 15 membros, que representaria as diversas regiões com poder de voto proporcional a sua produção média anual; uma diretoria executiva a quem caberia a direção dos trabalhos e a coordenação das entidades que compõem o CNC nas tarefas necessárias, além de uma equipe profissional adequada à maior eficiência pretendida.

A comunicação do Conselho com as bases, entidades e produtores deve melhorar. Muito da eficiência de uma entidade nacional de classe está em sua capacidade de articulação e comunicação. O presidente da diretoria executiva e seus membros diretores têm a enorme responsabilidade de unir o grupo através do contato sistemático, reunindo seus membros em torno das idéias e ideais a serem adotados.

A definição de políticas de médio e longo prazo exige esse contato, que proporciona o amadurecimento das decisões e as faz menos questionáveis. A equipe técnica contratada para fornecer as informações estatísticas, econômicas, sociais e financeiras necessárias é de fundamental importância, como também é fundamental o relacionamento com a imprensa.

***A proporcionalidade entre poder de decisão e responsabilidade financeira para a cobertura dos custos é questão de bom senso e justiça. Cada região deve estar organizada para ser bem representada e arcar com os custos inerentes a essa representação.***

### Exigências à vista

Evidentemente essa nova estrutura tem custos superiores aos atuais. O futuro exigirá do setor participação ainda maior nos investimentos em pesquisas, agronômicas e econômicas, assim como no *marketing* do produto. As fontes de financiamento de nossas atividades devem portanto ser revistas. A proporcionalidade entre poder de decisão e responsabilidade financeira para a cobertura dos custos é questão de bom senso e justiça. Cada região deve estar organizada para ser bem representada e arcar com os custos inerentes a essa representação.

O esforço de reestruturação do CNC justifica-se plenamente pela evolução e o amadurecimento da relação representativa com o governo. A gestão compartilhada das políticas públicas para o agronegócio café foi um ganho imensurável, que obriga à organização e à coesão que garantam a melhora constante desse sistema de gestão.

Embora muito criticados no momento de ciclo baixo de preços, devido principalmente à oposição ao programa de ordenamento da oferta internacional de café, CDPC, CNC e demais entidades privadas têm trabalhado eficientemente.

A convivência de técnicos dos ministérios da Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento, Relações Exteriores e Agricultura com os setores privados no CDPC desenvolveu no governo um grupo com conhecimentos profundos sobre o setor – suas peculiaridades, demandas e importância, a influência de suas decisões nos objetivos econômicos e sociais da nação.

Daí termos tido nas últimas duas safras decisões sempre preventivas, pouco percebidas porque chegam antes dos problemas.

### Custeio sem traumas

As decisões sobre financiamento, nas safras mais recentes, foram definidas com antecedência. O custeio se transformou em pré-comercialização, agora prorrogada para 2002, sem traumas, com a visão clara de que os fluxos de safras devem ser ordenados.

Possibilitar ao produtor vender no primeiro semestre de 2002 um café que hoje pode ser excessivo no mercado é questão de bom senso, sabendo-se que a safra que vamos colher agora é menor que a que colhemos em 2000.

Os investimentos em pesquisa, previsão de safra, *marketing* (programa Cafés do Brasil), os estudos que estão sendo contratados para melhor conhecermos o mercado e os países concorrentes, e a gestão da venda dos estoques estratégicos são fundamentais – os mesmos temas que, antes da existência do CDPC, costumavam ser objeto de muitas críticas e reivindicações.

Ainda há quem minimize tais conquistas. Os produtores já compreenderam a importância dessas vitórias e devem criar as condições de se fortalecer nesse novo ambiente de gestão compartilhada entre iniciativa privada e governo. É esse objetivo que move o CNC e as entidades que o compõem. Temos absoluta confiança em que o resultado desse esforço será um Conselho Nacional do Café ainda mais forte e unido.

*Manoel Vicente Fernandes Bertone é vice-presidente do Conselho Nacional do Café, presidente da Garcafé e membro do Conselho Deliberativo da Política do Café.*

# Soja pra dar e perder

*O valor das perdas durante a colheita de soja pode ser medido pelo alto valor comercial da leguminosa*

NILTON PEREIRA DA COSTA
CEZAR DE MELLO MESQUITA

A produção de soja no Brasil tem aumentado acentuadamente nos últimos anos – assim como seu consumo na alimentação humana e animal em todo o mundo.

No entanto, apesar da tecnologia moderna utilizada durante as etapas de produção, a fase de colheita tem apresentado índices de perda praticamente inalterados desde 1927. O desperdício na agricultura brasileira, aliás, assombra qualquer estatístico. Para citar um exemplo, na safra 1998/99, as perdas médias de grãos durante a colheita de soja situaram-se na faixa de duas sacas/ha – prejuízos superiores a R$370 milhões, quando o padrão americano considera razoáveis as perdas que não ultrapassem uma saca/ha.

## Fatores de desperdício

Os desperdícios na colheita da soja se explicam por má regulagem das colhedeiras, velocidade incorreta, utilização de máquinas alugadas; falta de treinamento dos operadores das colhedeiras, manejo deficiente das lavouras de soja têm contribuído significativamente para elevação das perdas.

Os trabalhos conduzidos pela Embrapa Soja e pela Emater Paraná indicam que mais de 80% das perdas são atribuíveis ao mau funcionamento da plataforma de corte das máquinas e à inadequação da velocidade de avanço com relação à velocidade do molinete; 13% podem ser atribuídas à falta de ajuste dos mecanismos internos da colhedeira e 3% à debulha natural das vagens de soja.

As fases de produção, colheita, transporte, pré-processamento, armazenamento, processamento, comercialização e consumo apresentam diferentes níveis de perdas, cujo volume pode alcançar, em uma única safra, 23% da produção total estimada.

Por sua vez, a etapa referente à colheita de soja, segundo dados estimados, pode ficar em cerca de 2 sacas/ha/ano em nível nacional – ou redução de 6% da produção a colher para a safra 2000/01, com prejuízos superiores a R$540 milhões.

## Triste realidade

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do governo federal define como prioridade o desenvolvimento sistemático de ações de comba-

**Brasil: colheita de soja em 1999/00**

Perdas em diferentes estados, em sc/ha

| | |
|---|---|
| Mato Grosso | 2,3 |
| Mato Grosso do Sul | 2,3 |
| Minas Gerais | 2,4 |
| Rio Grande do Sul | 2,1 |
| Santa Catarina | 2,4 |
| Goiás | 2,4 |
| Paraná | 1,2 |
| Média de perdas na colheita da soja no Brasil | 2 |

te ao desperdício, traço característico da cultura do subdesenvolvimento.

Há setores no Brasil que chegam a perder 80% do que produzem. O Ministério da Agricultura e do Abastecimento detectou que as perdas em diversas etapas dos processos produtivo e de comercialização chegam ao montante de US$2,34 bilhões, considerando-se apenas arroz, feijão, milho, soja, trigo e os hortigranjeiros, quando o PIB agrícola alcança aproximadamente US$30 bilhões.

Nem só os aspectos econômicos diretamente relacionados à produção são importantes. Perdas de alimentos significam uma oferta afetada na proporção dos desperdícios, com impacto sobre os preços e a renda do consumidor. O enorme contingente da população brasileira que destina a maior parte de sua renda à compra de alimentos dá uma idéia do efeito perverso desse desperdício. A soja não foge a essa regra.

## Ações certeiras

As ações organizadas para reduzir perdas na colheita no país começaram na safra 1978/79, com o primeiro levantamento detalhado dos níveis de perda na colheita mecânica da soja. O Centro Nacional de Pesquisa de Soja – Embrapa Soja, com o apoio da Ocepar, realizou a pesquisa em mais de 50 lavouras do Paraná.

Simultaneamente, por um programa atuante até hoje, a Embrapa Soja e a Emater do Paraná têm capacitado milhares de técnicos, produtores e operadores no Paraná e nos demais estados produtores de soja. Ao longo dessas 18 safras, os níveis de perda caíram de mais de quatro sacas/ha para cerca de duas.

Durante esse período, a Embrapa Soja, pesquisando nova metodologia de medição de perdas, lançou o copo medidor de perdas e de produtividade, tecnologia simples, prática, rápida e de estimativa mais precisa, ferramenta indispensável para qualquer ação para prevenir e reduzir as perdas durante a colheita.

**Brasil: colheita de soja em 1999/00**

| Correspondência entre perdas e bens e serviços | |
|---|---|
| Área plantada de soja, milhões ha | 13,3 |
| Total de sacas | 26,6 |
| Média de perdas durante a colheita, sc/ha | 2 |
| Volume em toneladas | 1.596.000 |
| Preço médio em 12 meses em R$ | 497.154.000 |

| Bens e serviços | Correspondência Vol. em unidades | Preço em R$ |
|---|---|---|
| Colhedeiras | 4.971 | 100.000 |
| Tratores | 11.837 | 42.000 |
| Carros populares | 3.143 | 15.000 |
| Cestas básicas | 4.603.277 | 108 |
| Salários mínimos | 3.655.544 | 136 |
| Crianças em escolas particulares/ano | 276.196 | 136/mês x 12 |
| Computadores | 331.496 | 1.500 |
| Casas populares | 33.143 | 15.000 |
| Terra arenosa mecanizada, ha - Londrina | 252.490 | 1.969 |
| Óleo de soja, litros | 451.958.181 | |
| Geladeiras | 615.116,67 | |
| Televisores | 9.226.750 | |

Fonte: *Preços Agrícolas*, mar. 2000.

## Como dar a volta por cima

- Reduzir as perdas na colheita de arroz, milho e soja a níveis toleráveis (arroz 1,5 saca/ha, milho 1,5 saca/ha e soja 1 saca/ha).
- Divulgar o método do copo medidor, demonstrando a simplicidade, rapidez, precisão e eficiência na estimativa e controle de perdas.
- Distribuir o copo medidor e o manual do operador aos agricultores em todas as regiões produtoras de arroz, milho e soja.
- Capacitação de profissionais multiplicadores (assistência técnica, extensão rural e das revendas de colhedeiras), os quais, por sua vez, difundirão aos agricultores e operadores as técnicas de avaliação e redução de perdas na colheita.
- Identificar as causas e as partes da colhedeira responsáveis pelas perdas e pelos danos mecânicos em sementes de arroz, milho e soja.
- Avaliar retornos econômicos do programa, bem como proporcionar estatísticas sobre os níveis de perdas na colheita em todos os estados.
- Criar incentivos para incrementar a capacitação de mão-de-obra, como concursos para técnicos de extensão rural, produtores e operadores de colhedeiras.
- Utilizar o grande contingente de recursos humanos (produtores e técnicos de extensão) no processamento das perdas na colheita.
- Determinar os níveis reais de perdas na colheita de arroz, milho e soja no âmbito nacional e definir o nível máximo tolerável dessas perdas naquelas culturas.

O produtor deve avaliar continuamente as perdas durante todos os dias no período de colheita. Com o copo medidor, fica mais fácil e rápido tomar decisões imediatas para reduzi-las sempre que passarem de uma saca/ha, padrão adotado também pelos Estados Unidos.

## Prevenir é melhor

Etapa importante no processo produtivo, principalmente pelos riscos a que está sujeita a lavoura destinada ao consumo ou à produção de sementes, a colheita deve ser iniciada tão logo a soja atinja o estádio R8 – ponto de colheita de campo –, a fim de evitar per-

das na qualidade do produto.

O agricultor deve preparar com antecedência suas máquinas e armazéns; uma vez atingida a maturação de campo, a tendência é a deterioração dos grãos e debulha em intensidade proporcional ao tempo em que a soja permanecer no campo. Durante o processo de colheita, é normal que ocorram algumas perdas, que é necessário reduzir a um mínimo para que o lucro seja maior.

Mau preparo do solo causa desníveis no terreno que provocam oscilações na barra de corte da colhedeira e corte irregular. A presença de paus e/ou pedras pode danificar a barra de corte, atrasando a colheita. A quebra de facas da barra de corte prejudica seu funcionamento, deixando muitas plantas sem serem cortadas.

A inadequação da época de semeadura, do espaçamento e da densidade acarreta baixa estatura das plantas e baixa inserção das primeiras vagens. O espaçamento e/ou densidade de semeadura inadequada podem reduzir o porte ou aumentar o acamamento das plantas. Efeito semelhante causa o uso de cultivares mal adaptados a determinadas regiões.

### Trabalhando contra

Plantas daninhas deixam a umidade alta por muito tempo, prejudicando o bom funcionamento da colhedeira e exigindo maior velocidade no cilindro de trilha, aumentando o dano mecânico às sementes, além de provocar maior incidência de fungos. Além disso, em lavouras infestadas, a velocidade deve ser reduzida.

Colhida com teor de umidade entre 13% e 15%, a soja sofre menos danos mecânicos. Sementes colhidas com teor de umidade superior a 15% estão sujeitas a maior incidência de danos mecânicos latentes e, quando colhidas com teor abaixo de 12%, ficam suscetíveis a dano mecânico imediato.

Em lavouras destinadas à produção de sementes, muitas vezes esperar me-

## Dicas da eficiência mecânica

- Troque as navalhas quebradas, alinhe os dedos das contranavalhas substituindo os que estão quebrados e ajuste as folgas da barra de corte; a folga entre uma navalha e a guia da barra de corte é de, aproximadamente, 0,5mm; a folga entre as placas de desgaste e a régua da barra de corte é de 0,6mm.

- Opere a colhedeira mantendo a barra de corte o mais próximo possível do solo; esse cuidado é dispensável na utilização de colhedeiras com plataformas flexíveis que, automaticamente, controlam a altura de corte.

- Use velocidade de trabalho entre 5 e 6km/hora - cuidado importante, pois a maioria das combinadas possui uma velocidade padrão da barra de corte correspondendo, em movimento retilíneo contínuo, a 4,8km/hora; velocidades superiores a esses valores tenderão a causar maiores perdas, devido ao impacto extra e à raspagem da haste, com possível arranquio de vagens, antes do corte. Para determinar a velocidade da colhedeira, de forma prática, conte o número de passos largos (cerca de 90cm) tomados em 20 segundos, caminhando na mesma velocidade e ao lado da máquina; multiplique o número encontrado por 0,16 para obter a velocidade em quilômetros/hora.

- Use a velocidade do molinete cerca de 25% superior à velocidade da colhedeira. Para ajustar a velocidade ideal, faça uma marca em um dos pontos de acoplamento dos travessões na lateral do molinete e regule a sua velocidade para cerca de 9,5 voltas em 20 segundos (molinetes com 1m a 1,2m de diâmetro) e para cerca de 10,5 voltas em 20 segundos (molinetes com 90cm de diâmetro). Outra forma prática de ajustar a velocidade ideal do molinete é a observação de sua ação: a velocidade ideal é obtida quando o molinete toca suavemente e inclina a planta ligeiramente sobre a plataforma antes que seja cortada pela barra de corte.

- A projeção do eixo do molinete deve ficar de 15 a 30cm à frente da barra de corte e a altura do molinete deve permitir que os travessões com os pentes toquem na metade superior da planta, preferencialmente no terço superior, quando a uniformidade da lavoura assim o permitir. Dessa forma, o impacto dos travessões contra as plantas será mais suave e evitará o tombamento das plantas para a frente da colhedeira no momento do corte.

- Confira e/ou ajuste as folgas entre o cilindro trilhador e o côncavo; regule as aberturas anterior e posterior entre o cilindro e o côncavo, que devem ser as maiores possíveis, evitando danos às sementes mas permitindo a trilha satisfatória das plantas colhidas.

- Ajuste a velocidade do cilindro trilhador, que deve ser a menor possível, evitando danos mecânicos às sementes mas permitindo a trilha normal do material colhido.

- Mantenha limpa e desimpedida a grelha do côncavo.

- Mantenha limpo o bandejão, evitando o nivelamento da sua superfície pela criação de crosta formada pela umidade e por fragmentos de poeira, palha e sementes.

- Ajuste a abertura das peneiras. A superior deve permitir a passagem dos grãos ou pedaços de vagens; a abertura da peneira inferior deve ser um pouco menor, permitindo apenas a passagem dos grãos. A abertura da extensão da peneira superior deve ser um pouco maior do que a abertura da peneira superior, permitindo a passagem de vagens inteiras.

- Ajuste a velocidade do ventilador. A velocidade deve ser suficiente para soprar a palha miúda e todo material estranho mais leve misturado às sementes.

**Paraná: projeção de perdas na colheita de soja**

| Colheita da safra 1999/00 | |
|---|---|
| Área semeada, milhões ha | 2.824.600 |
| Produção de soja prevista em t | 7.287.500 |
| Perda de soja em sc/ha | 1,2 |
| Valor médio da saca de soja de 60kg, R$ | 17,2 |
| Perdas em 2.824.600ha, em milhões de sc | 3.389.510 |
| Perdas em toneladas | 203.371,2 |

**Paraná: redução de perdas na colheita de soja**

Relação de troca com bens e serviços durante 20 anos, de 1978/79 a 1997/98

| Bens ou serviços | Valor unitário em R$ mil | Quantidade em unidades |
|---|---|---|
| Colhedeiras | 100 | 18.000 |
| Carros populares | 15 | 120.000 |
| Cestas básicas | 0,108 | 16.666.667 |
| Salários mínimos | 0,136 | 13.235.294 |
| Crianças em escolas particulares | 0,15 | 12.000.000 |
| Computadores | 1,5 | 1.200.000 |
| Casas populares | 15 | 120.000 |
| Terra arenosa mecanizada em Londrina, ha | 2 | 914.170 |
| Litros de óleo de soja | 0,001 | 1.636.363.636 |
| Geladeiras | 0,6 | 3.000.000 |
| Televisores | 0,4 | 4.500.000 |

Economia com a redução das perdas no Paraná: R$1,8 bilhão.

Fontes: Embrapa Soja e Emater/PR.

**Brasil: redução de perdas na colheita de soja**

Relação de troca com bens e serviços durante 20 anos, de 1978/79 a 1997/98

| Bens ou serviços | Valor unitário em R$ mil | Quantidade em unidades |
|---|---|---|
| Colhedeiras | 100 | 54.000 |
| Tratores | 42 | 128.571 |
| Carros populares | 15 | 360.000 |
| Cestas básicas | 0,108 | 50.000.000 |
| Salários mínimos | 0,136 | 39.705.882 |
| Crianças em escolas particulares | 0,15 | 36.000.000 |
| Computadores | 1,5 | 3.600.000 |
| Casas populares | 15 | 360.000 |
| Hectares de terra arenosa mecanizada na região de Londrina | 2 | 2.742.509 |
| Litros de óleo de soja | 0,001 | 4.909.090.909 |
| Geladeiras | 0,6 | 9.000.000 |
| Televisores | 0,4 | 13.500.000 |

Economia com a redução de perdas na colheita da soja no Brasil, R$ 5,4 bilhões.

Fontes: Embrapa Soja e Emater/PR.

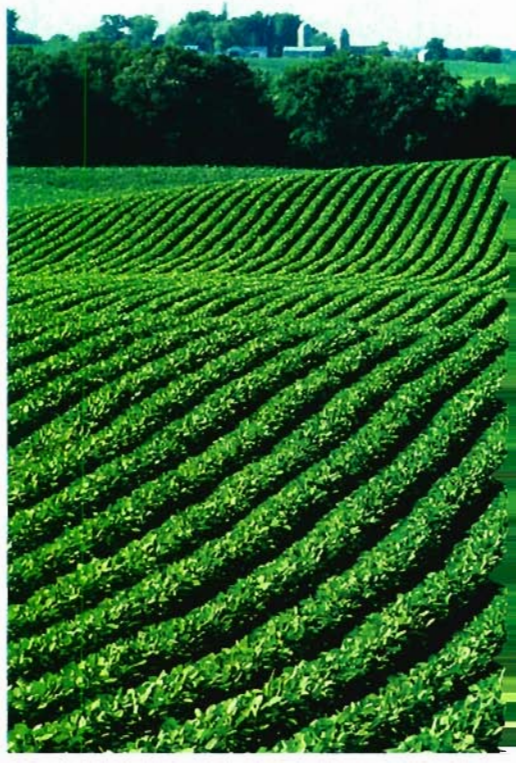
nores teores de umidade para efetuar a colheita provoca a deterioração das sementes, pela ocorrência de chuvas e elevação da incidência de patógenos. Nas lavouras de produção de grãos, o problema não é menos grave, pois a deiscência de vagens pode ser aumentada e reduzir-se muito a qualidade do produto.

## Problemas mecânicos

Má regulagem e condução da lavoura são pontos capitais para as perdas na colheita. O trabalho harmônico entre molinete, barra de corte, velocidade de avanço, cilindro e peneiras é fundamental para uma colheita eficiente com o mínimo desperdício.

O molinete tem a função de recolher as plantas sobre a plataforma à medida que são cortadas pela barra de corte. Sua posição deve atender ao recolhimento do material cortado, não deixando que plantas cortadas caiam fora da plataforma e também não deixando de recolher plantas acamadas. A velocidade deve ser ligeiramente superior à velocidade de deslocamento da máquina.

A barra de corte deve trabalhar o mais próximo possível do solo, visando deixar o mínimo de vagens presas nos restos da cultura que permanecem na lavoura. A velocidade de deslocamento da colhedeira deve ser sincronizada com a velocidade das lâminas e do molinete e deve ser de 5 a 6km/hora, considerados os casos individualmente. Em lavoura com qualquer tipo de problema – desnível no solo, presença de plantas daninhas,



maturação desigual, acamamento, baixa inserção de vagens –, o cuidado deve ser redobrado.

No cilindro de trilha, as perdas não são muito grandes. Mas se a lavoura é para sementes, a velocidade é fator importante para reduzir perdas por dano mecânico. Nesse caso, é necessário que se regule a velocidade do cilindro duas vezes ao longo do dia de colheita, uma vez que a umidade da semente é reduzida nas horas mais quentes e as sementes podem sofrer maiores danos.

Para que o índice de danos mecânicos não seja muito elevado, a velocidade do cilindro de trilha não deve ultrapassar 500 a 600rpm. Velocidades muito altas do cilindro podem provocar a fragmentação das sementes até níveis de 25 a 30%, perda grave. Associada à velocidade do cilindro está a abertura do côncavo, que pode reduzir a quebra de grãos ou sementes.

O critério recomendado é o índice de 3% de sementes partidas no graneleiro como parâmetro para a regulagem do sistema de trilha da colhedeira, obtendo-se na maioria dos casos baixos valores de sementes quebradas e reduzidos índices de danos mecânicos no processo de colheita.

***O Ministério da Agricultura e do Abastecimento detectou que no Brasil as perdas em diversas etapas dos processos produtivo e de comercialização chegam ao montante de US$2,34 bilhões, considerando-se apenas arroz, feijão, milho, soja, trigo e os hortigranjeiros.***

## Falam os números

Cursos e levantamentos sobre redução de perdas na colheita mostraram que o país economizou cerca de 16,3 milhões de toneladas de grãos, R$531 milhões em ICMF, 6,6 milhões de toneladas de proteínas e aproximadamente R$4,5 bilhões.

Mas as perdas de grãos nesse período foram também elevadas: entre 30 e 200kg/ha na maioria das regiões visitadas e para os diferentes tipos de lavouras e colhedeiras, proporcionando prejuízos superiores a R$800 milhões.

Na safra 1995/96, os desperdícios na colheita mecânica da soja e do milho foram estimados em 1.050.000t e 1.170.800t, respectivamente.

Apesar da disponibilidade de tecnologia eficiente como o copo medidor de perdas – ainda desconhecido para a maioria dos produtores de soja –, continuam desperdiçadas quantidades de grãos nas lavouras que, voltando a germinar, trazem a proliferação de doenças.

## Bom exemplo

As perdas de 20 anos na colheita da soja poderiam ter sido evitadas se todos os produtores tivessem acesso aos cursos de capacitação de mão-de-obra.

Apesar de ser o Brasil o segundo produtor mundial de soja e da tecnologia avançada para avaliação de perdas, muitos produtores ainda a desconhecem e deixam que as perdas ultrapassem o nível tolerável de 1 saca/ha.

Na safra 1998/99, as perdas durante a cadeia produtiva da soja para a maioria das regiões produtoras foram em média de 2 sacas/ha. No Paraná no entanto, mostrou-se que é possível reduzir os desperdícios: 1,2 saca/ha.

A Emater/PR e Embrapa Soja contribuíram de maneira significativa para a redução de perdas de grãos de soja no Paraná e no Brasil em 1998/99, com o apoio da SLC/John Deere, que nos últimos cinco anos financiou cursos em todo o Brasil, confeccionando mais de 100.000 mil copos medidores e de manuais para produtores de soja, milho e arroz.



*Nilton Pereira da Costa é coordenador do Programa de Perdas na Colheita de Soja no Brasil.*

# Sucesso técnico

*Os bons resultados da safra justificam hipóteses otimistas. Além disso, melhoram os números da balança comercial*

LUIZ ANTONIO PINAZZA

É alta a aposta em um desempenho excepcional da agricultura para contribuir com a expansão do PIB nacional em 2001. A atividade primária deverá ter o maior incremento dos últimos anos em seu produto setorial.

A notícia se irradia positivamente pelo agribusiness e atinge boa parte dos negócios da economia. O comportamento de outras variáveis agregadas – tais como uma taxa maior de investimento – também ajuda muito.

## Quadro positivo

A área de exportação, que no cômputo geral projeta um déficit, terá o benefício da maior disponibilidade de produtos para embarque, embora as *commodities* agropecuárias andem em conjuntura de preços desfavoráveis. De qualquer forma, garante-se uma receita adicional importante.

Além disso é preciso não perder de vista a tendência de crescimento das importações, diante do aquecimento da economia e do esgotamento da capacidade instalada de alguns setores industriais no país. O resultado da balança comercial pesa fortemente na taxa de câmbio e na formação das divisas.

Portanto, desenha-se um quadro positivo para a expansão da agroindústria neste ano. É o resultado da expectativa de crescimento econômico moderado, inflação baixa, redução na taxa de desemprego e recuperação do rendimento médio dos assalariados.

Os setores mais afetados pelo crescimento do consumo serão os de carnes – aves, bovinos e suínos –, lácteos, alimentos processados e fibras têxteis naturais. Há no entanto uma tendência de queda na demanda *per capita* de farinha de mandioca, arroz e feijão.



**Brasil: variação % do PIB**

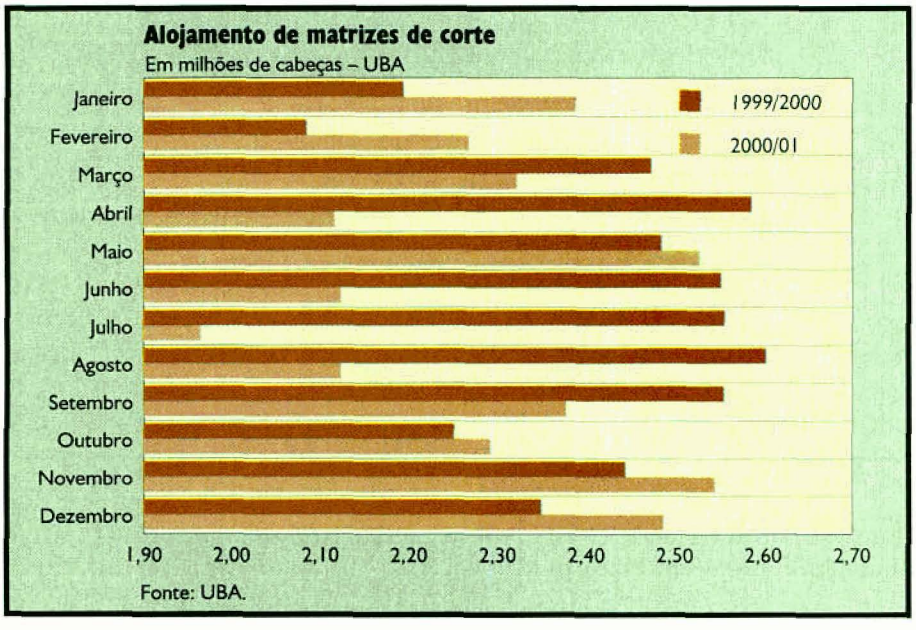
| Ano | Agropecuária | | | | Indústria | Serviços | Total país |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Lavoura | Extração vegetal | Produção animal | Total | | | |
| 1991 | 0,56 | -10,76 | 4,31 | 1,37 | 0,26 | 0,33 | 1,03 |
| 1992 | 5,81 | -3,47 | 5,88 | 4,89 | -4,22 | 0,3 | -0,54 |
| 1993 | -2,27 | 11,15 | 1,32 | -0,07 | 7,01 | 1,76 | 4,92 |
| 1994 | 6,48 | -2,31 | 5,23 | 5,45 | 6,73 | 1,8 | 5,85 |
| 1995 | 0,22 | 0,63 | 11,86 | 4,08 | 1,91 | 1,3 | 4,22 |
| 1996 | 4,22 | 3,39 | 3,9 | 3,11 | 3,28 | 2,26 | 2,66 |
| 1997 | 2,48 | 3,99 | 2,78 | -0,83 | 4,65 | 2,55 | 3,27 |
| 1998 | -0,23 | -6,77 | 3,09 | 1,94 | -1,45 | 1,11 | 0,22 |
| 1999 | 12,63 | -0,99 | 5,94 | 7,41 | -1,6 | 1,89 | 0,79 |
| 2000 | 3,15 | | 3,3 | 2,9 | 4,79 | 3,61 | 4,2 |
| 2001* | - | - | - | 7,6 | 5,6 | 3,7 | 4,6 |

Fonte: IBGE. *Previsão: Ipea.

**Brasil: armazéns cadastrados na Conab**

| Região | Convencionais | | Graneleiros | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Capacidade | Quantidade | Capacidade | Quantidade | Capacidade |
| Norte | 361 | 1.171.639 | 45 | 360.974 | 406 | 1.532.613 |
| Nordeste | 847 | 2.295.100 | 191 | 2.132.997 | 1.038 | 4.428.097 |
| Centro-Oeste | 1.291 | 6.097.075 | 1.321 | 16.098.692 | 2.612 | 22.195.767 |
| Sudeste | 1.573 | 8.097.003 | 575 | 7.162.952 | 2.148 | 15.259.955 |
| Sul | 3.377 | 8.133.464 | 4.133 | 30.586.744 | 7.510 | 38.720.208 |
| Total | 7.449 | 25.794.281 | 6.265 | 61.342.359 | 13.714 | 87.136.640 |

Fonte: Conab.




## Caminho sem volta

Com uma safra a superar a casa de 90 milhões de toneladas em cereais e oleaginosas, não há lugar para pessimismo. A perspectiva é de aumento na produção de grãos nos próximos anos. Uma oferta adequada de alimentos é a garantia mais certa e direta de um custo de vida sem pressões num item tão importante e decisivo para a opinião pública – uma conjuntura ideal para qualquer governo.

Enfim, ante os riscos peculiares de uma economia cada vez mais globalizada, pode-se dizer que o país vive um momento muito raro do ponto de vista macroeconômico.

Diante da abertura de mercado, da estabilização da economia e da redução do crédito agrícola, a marcha da transformação no setor rural brasileiro não tem volta.

Os planos econômicos, em especial o Collor (março de 1990), aprofundaram a defasagem nos índices de correção de preços e crédito. Já a valorização combial dos primeiros anos do Plano Real proporcionou condições desfavoráveis para produtos brasileiros, tanto no mercado doméstico quanto no exterior. Houve uma queda relativa na renda agrícola, perda de milhares de empregos e desvalorização dos patrimônios rurais.

## O coração na boca

São justamente os agricultores sem muitas dívidas, que vêm conseguindo capitalização, os principais agentes da revolução tecnológica do campo nos anos recentes.

No transcorrer do segundo semes-

tre de 2000, os gastos maiores se deveram a insumos, máquinas e implementos. Esse é o sinal mais eloqüente de um esforço para melhorar o padrão tecnológico. O ânimo de produção andou em alta. E por sorte, sem adversidades climáticas, ataques de pragas e disseminação de doenças que rotineiramente afligem as lides rurais. Do ponto de vista técnico, a safra é um sucesso pleno.

Para o agricultor o momento é de colheita e de coração na boca. Enquanto a sociedade urbana comemora a deflação nos itens responsáveis pela taxa de inflação, o homem do campo apura suas contas. É uma angústia que faz parte do calendário agronômico.

Mas quando se trata de formação da renda agropecuária, volta sempre a dúvida sobre se uma produção maior levará a uma receita maior. Na edição de outubro, sentindo o clima de euforia reinante durante o plantio da safra, AGROANALYSIS chamava atenção para o teste da renda, principal desafio do governo para administrar a produção.

**Mundo: produção de oleaginosas**

Milhões de toneladas

| Produto | 1998/99 | 1999/00 (a) | 2000/01 (b) |
|---|---|---|---|
| Soja | 160,9 | 158,1 | 167,6 |
| Algodão | 33,2 | 33,5 | 33,1 |
| Amendoim | 31,8 | 30,7 | 31 |
| Girassol | 27,9 | 26,7 | 24,1 |
| Colza | 36,1 | 42,4 | 37,9 |
| Palmas | 5,9 | 6,3 | 6,7 |
| Copra | 4 | 5,3 | 5,3 |
| Total | 299,8 | 303,0 | 305,7 |

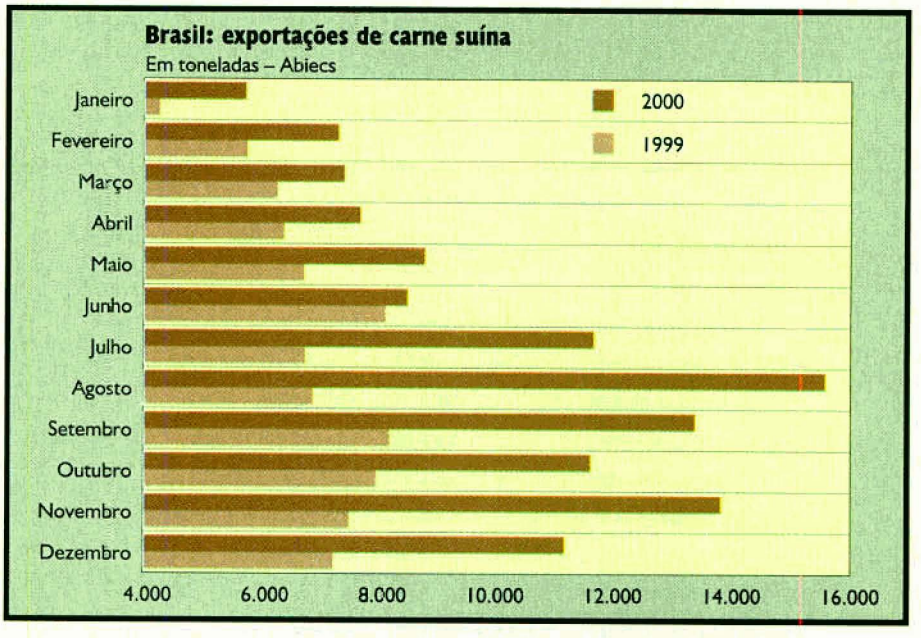
Fonte: *FAO/Giews. Food Outlook*, Jan. 2001.

(a) Estimativa. (b) Previsão.

**Brasil: exportações no complexo soja para 2001**

| Produto | Quantidade em milhões de t | Valor em US$ bilhões |
|---|---|---|
| Grão | 12,7 | 2,575 |
| Farelo | 9,6 | 1,872 |
| Soja | 1,25 | 0,38 |
| Total | - | 4,827 |

Fonte: Abiove.




## INSTRUMENTOS INSUFICIENTES

Os instrumentos modernos de venda via bolsa de futuros, contratos de cooperação e integração ou relações de trocas agroindustriais cobrem uma parcela menor da produção. A evolução, a inovação e a criatividade nas práticas comerciais de venda de grãos foram até agora insuficientes para sustentar renda e liquidez a uma safra razoável para o país, da ordem de 100 milhões de toneladas.

Cerca de dois terços da safra são representados por milho e soja. A situação sempre foi mais difícil para o primeiro, a depender basicamente do mercado doméstico.

No segundo trimestre os gargalos ficam mais evidentes na estrutura de transporte e armazenagem. Os fretes sobem e falta espaço para colocar a produção. A comercialização fica lenta, e não é só pela ausência e retirada estratégica de compradores.

Instrumento para catalisar o escoamento da safra, as operações de EGF – empréstimo do governo federal – têm sido pouco eficazes. Os agentes financeiros preferem as agroindústrias.

Os benefícios para os agricultores constituem a garantia de preços mínimos, mas há muita exigência burocrática quanto às condições do produto armazenado, e a garantia é de 150% sobre o valor do crédito. O prazo não passa de 180 dias e é proibida a venda dos 50% da garantia excedente.

Modalidades com regras mais ágeis ganham terreno – duplicatas rurais (DRs) e notas promissórias rurais (NPRs). Os contratos de opção e os subsídios ao transporte da produção do Programa de Escoamento da Produção (PEP) vêm sendo o principal foco de atuação da política governamental.

## ALGODÃO: BOAS PERSPECTIVAS

A recuperação da cotonicultura nacional conta com uma conjuntura favo-

## Safra 2000/01

# Recorde confirmado

A terceira estimativa de intenção de plantio elaborada pela Companhia Nacional de Abastecimento, Conab, ratifica o recorde de produção da safra nacional de grãos.

A repercussão dessas projeções sobre o mercado não chegou a causar sobressaltos. Fizeram parte desse trabalho 62 técnicos da entidade em levantamento efetuado em 443 municípios, durante 4 e 10 de fevereiro. Comparada à segunda estimativa, nota-se na terceira uma pequena variação para menos: 150 mil toneladas.

A colheita prevista é de 91,270 milhões de toneladas. Em dezembro a previsão fora de 91,421 milhões. Essa redução se explica por uma fraca estiagem em algumas regiões produtoras do Centro-Sul. De qualquer forma, o resultado está cerca de 10% acima do volume da safra 1999/00.

O novo cálculo suscita expectativas de crescimento de produção da soja, cujo comportamento surpreendeu. A colheita poderá chegar a 34,8 milhões de toneladas, abrindo espaço para algumas divisas a mais. Em contrapartida, recuaram os números de milho, arroz e feijão.

O milho, de vital importância para o arraçoamento dos animais, sofreu declínio de 500 mil toneladas em sua primeira safra. Isso não afeta o quadro de abastecimento. Para o governo, o desafio será evitar uma queda maior nos preços.

No caso do arroz, a redução na colheita também não provoca preocupações, em função dos estoques oficiais carregados de temporadas passadas. Para o feijão, menor disponibilidade agora certamente elevará as cotações, estimulando o plantio das culturas de inverno e da seca.

**Brasil: estimativa da produção de grãos**
Safras 1999/00 e 2000/01; em mil toneladas

| | Produção | | Variação |
|---|---|---|---|
| Cultura | 1999/00 (a) | 2000/01 (b) | % (b/a) |
| Caroço de algodão | 1.187,4 | 1.416,4 | 19,29 |
| Amendoim total | 171,6 | 195,9 | 14,16 |
| Arroz | 11.423,1 | 10.800,3 | -5,45 |
| Aveia | 194,1 | 194,1 | 0,00 |
| Centeio | 6,8 | 6,8 | 0,00 |
| Cevada | 369,0 | 369,6 | 0,16 |
| Feijão total | 3.078,0 | 2.821,5 | -8,33 |
| Girassol | 97,4 | 97,4 | 0,00 |
| Mamona | 107,4 | 123,5 | 14,99 |
| Milho total | 31.640,5 | 37.971,6 | 20,01 |
| Soja | 32.344,6 | 34.800,1 | 7,59 |
| Sorgo | 781,4 | 851,6 | 8,98 |
| Trigo | 1.621,7 | 1.621,7 | 0,00 |
| Brasil | 83.023,0 | 91.270,5 | 9,93 |

Fonte: Conab.

rável no mercado interno e externo.

As importações deverão cair com o aumento da safra nacional. No mercado doméstico, a demanda gira em torno de 900 mil toneladas e supera a produção. A administração do estoque remanescente da safra 1999/2000 – 55 mil toneladas em mãos privadas e 36 mil toneladas com o governo – provoca alguma inquietação. Mas 25% da safra estavam antecipadamente vendidos até o final de janeiro, o que espanta previsões pessimistas.

A implantação do PEP foi bem recebida pelo setor, principalmente em Mato Grosso, responsável pela metade da colheita. O PEP subsidia o valor de frete, de forma a equalizar o preço pago na região produtora e o valor ofertado nas regiões consumidoras. Garante-se assim o fluxo da safra do Centro-Oeste para o Sudeste e Nordeste.

Do lado das exportações, a quantidade embarcada deverá mais do que quintuplicar: 160 mil toneladas. Cerca de 70% desse volume já foram negociados e as principais praças importadoras são a Inglaterra, Itália, Suíça e Indonésia.

O Brasil não ganha espaço apenas no aspecto quantitativo, mas também em qualidade. A pluma nacional apresenta uma fibra mais longa e vai conquistando o comércio internacional. É uma situação bem mais sólida do que a de 10 anos atrás, quando foram embarcadas 110 mil toneladas.

As cotações internacionais da pluma estão em alta e superam em mais

**Brasil: principais importações no agronegócio**

| Produto | Receita em US$ mil | | | Quantidade em t | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2000 | 1999 | Var.% | 2000 | 1999 | Var.% |
| Trigo | 864.753 | 832.119 | 3,9 | 7.522.694 | 6.891.134 | 9,1 |
| Algodão | 322.974 | 357.454 | -9,6 | 299.896 | 278.306 | 7,7 |
| Milho | 178.752 | 88.577 | 101,8 | 1.770.457 | 822.146 | 115,3 |
| Arroz | 133.034 | 275.113 | -51,6 | 729.332 | 1.207.416 | -39,6 |
| Leite | 373.100 | 439.900 | -15,1 | 307.000 | 384.000 | -20,1 |
| Total | 1.872.613 | 1.993.163 | -6 | 10.729.379 | 9.583.002 | 10,9 |

Fonte: Secex. Números sujeitos a revisão.

**Brasil: principais exportações no agronegócio**

| Produto | Receita em US$ mil | | | Quantidade em t | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2000 | 1999 | Var.% | 2000 | 1999 | Var.% |
| **Complexo soja** | 4.149.456 | 3.732.666 | 11 | 21.824.128 | 20.781.225 | |
| Grão | 2.187.879 | 1.593.294 | 37 | 11.517.265 | 8.917.210 | 29 |
| Farelo | 1.650.509 | 1.503.294 | 10 | 9.375.412 | 10.430.879 | -10 |
| Óleo bruto | 299.575 | 564.202 | -47 | 910.357 | 1.297.051 | -30 |
| Óleo refinado | 11.495 | 71.599 | -84 | 21.094 | 136.085 | -85 |
| **Café** | 1.760.629 | 2.441.220 | -28 | 1.012.189 | 1.315.355 | -23 |
| Grão | 1.559.125 | 2.230.111 | -30 | 966.699 | 1.271.434 | -24 |
| Solúvel | 201.504 | 211.109 | -5 | 45.490 | 43.921 | 4 |
| **Carne bovina** | 778.871 | 804.210 | -3 | 314.352 | 291.577 | 8 |
| Industrializada | 275.576 | 360.375 | -24 | 125.697 | 140.837 | -11 |
| *In natura* | 503.295 | 443.835 | 13 | 188.695 | 150.740 | 25 |
| **Frango** | 828.746 | 892.813 | -7 | 916.093 | 776.387 | 18 |
| Industrializado | 23.009 | 17.375 | 32 | 9.347 | 5.806 | 61 |
| *In natura* | 805.737 | 875.438 | -8 | 906.746 | 770.581 | 18 |
| **Açúcar** | 1.199.110 | 1.910.692 | -37 | 6.502.373 | 12.100.110 | -46 |
| Refinado | 437.620 | 748.387 | -42 | 2.158.298 | 4.273.130 | -50 |
| Bruto | 761.490 | 1.162.305 | -34 | 4.344.075 | 7.826.980 | -45 |
| **Suco de laranja** | 1.019.256 | 1.235.055 | -17 | 1.224.461 | 1.168.134 | 5 |
| **Fumo** | 812.841 | 883.534 | -8 | 341.448 | 340.924 | 0 |
| Total | 10.548.911 | 11.900.190 | -11 | 32.135.044 | 36.773.712 | -13 |

Fonte: Secex. Números sujeitos a revisão.

**Brasil: balanço de oferta e demanda de milho**

Mil toneldas

| Safra | Estoque inicial | Produção | Importaçao | Consumo | Exportação | Estoque final |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1998/99 | 3.122 | 32.393 | 900 | 35.000 | 0 | 1.413 |
| 1999/00 | 1.415 | 31.641 | 2.100 | 34.480 | 0 | 676 |
| 2000/01 | 676 | 38.947 | 200 | 36.235 | 600 | 3.138 |

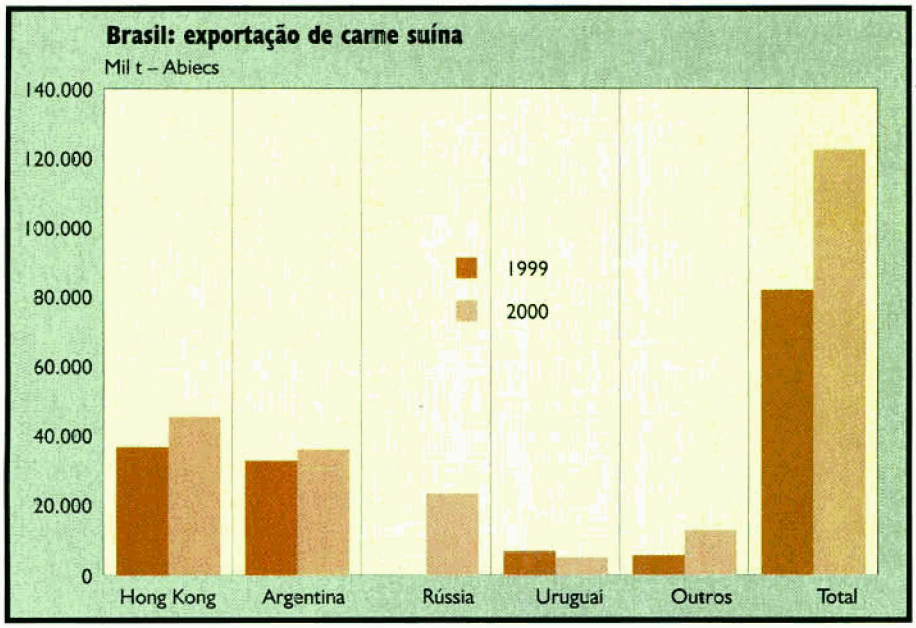
Fonte: Conab. Posição em fevereiro.

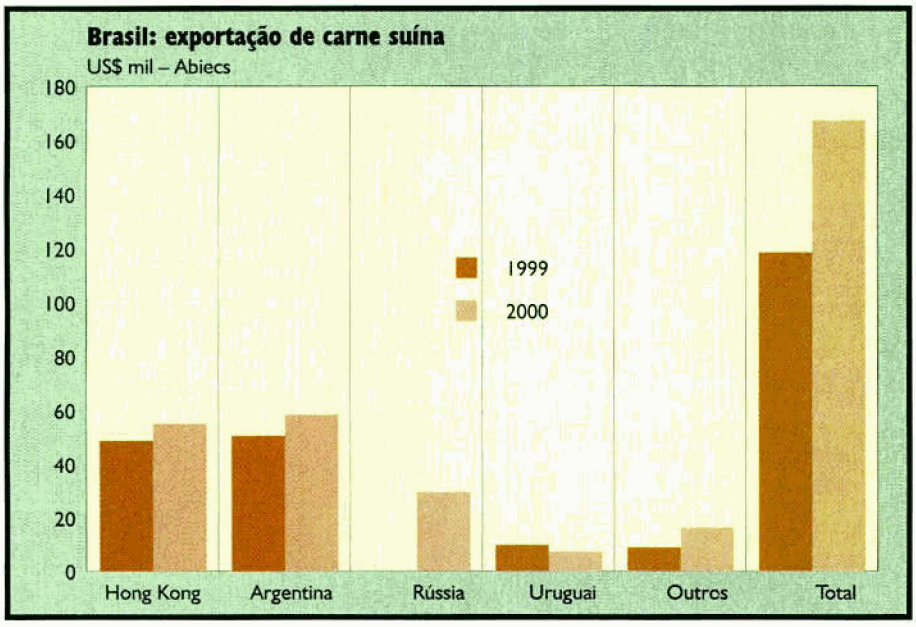
de 30% os valores do início do ano passado. Os contratos futuros estão sendo negociados em torno de 60 a 65 centavos de dólar por libra peso. Houve uma redução de 10% nos últimos meses, em face das expectativas de aumento na colheita mundial. A expectativa de aumento no consumo chinês em cerca de 10% é a notícia mais positiva.

### Arroz tem altos estoques

A comercialização do produto tem sido bem problemática nos últimos anos. O arroz concentra os maiores estoques governamentais – 2,3 milhões de toneladas. Entre março e novembro de 2000 os preços ficaram abaixo do mínimo de garantia, de R$12,38 a saca. A partir da segunda quinzena de novembro, as cotações ensaiaram uma alta, que durou de dezembro a janeiro mas arrefeceu rapidamente em fevereiro.

É justamente na região da orizicultura gaúcha, onde estão depositadas 820 mil toneladas dos estoques nacionais, que afloram as maiores dificuldades. A dívida do setor produtor é elevada e o ritmo das vendas não alcança a liquidez adequada. O governo




intervém no mercado com grandes aquisições.

No Centro-Oeste, a área plantada com arroz também é significativa e o estoque oficial é o maior no país – 1,08 milhão de toneladas. Neste ano, recorreu-se ao emprego de variedades precoces, para colher e vender mais cedo a produção. A venda dos estoques oficiais no entanto esfriou os preços, o que pode afetar a rentabilidade dos orizicultores.

Para 2001 há melhores projeções, não obstante a perspectiva de pressão de baixa quando a maior parte da safra chegar ao mercado. O Uruguai e a Argentina, tradicionais exportadores para o Brasil, contam com safras menores. Isso diminuirá a oferta no Mercosul. Os estoques também estão mais baixos. Com o preço mínimo de R$14,33 a saca para a região Sul e uma dotação de recursos para escoamento de 50% da produção via PEP, a situação fica mais amena.

## Milho preocupa

Os preços reais do cereal batem nos níveis mais baixos de sua história e trazem preocupação aos produtores. Se os valores da saca continuarem frouxos e abaixo de R$7,00 na região Centro-Oeste e de R$9,00 no Sul, os prejuízos serão enormes. O excedente do mercado interno corresponde a cerca de 10% do consumo. Não é muito, mas o ritmo de compra das agroindústrias tem estado lento.

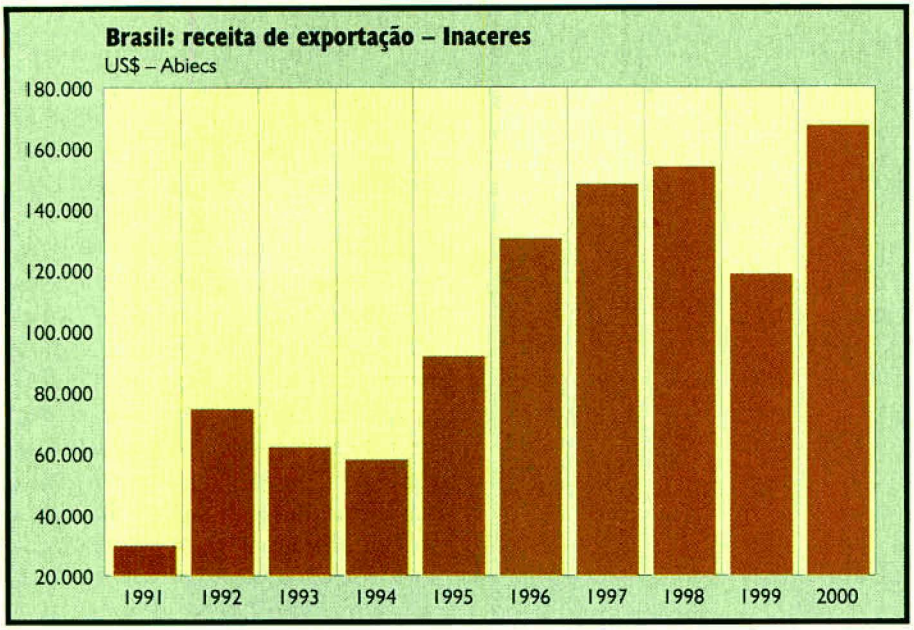
No ano passado, analistas e empresas que trabalharam com a hipótese de uma importação de 3 a 4 milhões de toneladas erraram feio. As cotações da saca chegaram a operar de R$14 a R$16 no primeiro semestre, levando ao uso de produtos sucedâneos como triticale, milheto e mais fortemente o sorgo, na ordem de 1,5 milhão de toneladas. As importações arrefeceram e não chegaram à metade do previsto. O mais surpreendente foi o país encerrar o ano com exportações.

O raciocínio inverso mas também radical pode levar a outro equívoco neste ano. Se aos embarques passarem de 600 mil toneladas e o governo formar estoques nos volumes prometidos, o mercado operará com ofertas mais dosadas. De fato, os baixos preços internos tornam o produto nacional muito competitivo nas vendas externas. O grande comprador é a União Européia, que exige grãos não transgênicos e paga inclusive um ágio. Há quatro anos o país não realizava exportações do cereal.

## Mecanismos do governo

O governo anuncia algumas medidas para controlar a disponibilidade. Em operações de Aquisição do Governo Federal há uma promessa de compra de 2 milhões de toneladas a serem dirigidas para o Nordeste, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Em fevereiro, para garantir o escoamento de 925 mil toneladas, o governo aportou R$ 90 milhões para AGF, PEP e leilões de compra de contratos de opção. Durante a colheita, a cada mês será anunciado o programa de trabalho.

Há mais três mecanismos para o governo administrar a safra. O primeiro, aumentando a linha de financiamento para integrados de aves e suínos. O segundo, pela prorrogação das dívidas de custeio




(R$195 milhões) de julho para novembro. E o terceiro, mediante o pagamento das dívidas securitizadas, caso em que os produtores poderão gozar de descontos de até 30% (há 10 milhões de toneladas de milho securitizadas).

Para a safrinha de milho, os fracos preços têm impacto negativo. Mesmo com uma queda de área, a colheita poderá repetir os números do ano passado, quando secas e estiagens causaram quebras nas colheitas. A produtividade ficou em níveis muito baixos. Para o corrente ano, apesar dos riscos que cercam o milho segunda safra, seria uma hipótese extremamente pessimista trabalhar com parâmetros de

**Brasil: exportação e produção de frango**

Mil t, 2000

| Mês | Exportação | | | Produção | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2000 | 1999 | Var.% | 1999 | 2000 | Var.% |
| Janeiro | 71.808 | 41.580 | 73 | 449.483 | 479.606 | 6,7 |
| Fevereiro | 61.354 | 53.145 | 15 | 448.456 | 492.385 | 9,79 |
| Março | 67.178 | 60.046 | 12 | 426.693 | 481.174 | 12,77 |
| Abril | 75.056 | 62.785 | 20 | 436.288 | 476.451 | 9,2 |
| Maio | 70.889 | 67.138 | 6 | 457.231 | 476.975 | 4,32 |
| Junho | 63.622 | 65.459 | (3) | 464.278 | 468.533 | 0,91 |
| Julho | 76.132 | 51.130 | 49 | 476.873 | 461.172 | -3,3 |
| Agosto | 105.846 | 76.315 | 39 | 473.248 | 455.979 | -3,25 |
| Setembro | 83.844 | 78.768 | 6 | 484.040 | 469.586 | -2,99 |
| Outubro | 82.415 | 66.922 | 23 | 475.028 | 472.442 | -0,55 |
| Novembro | 86.735 | 61.042 | 42 | 468.350 | 491.877 | 5,02 |
| Dezembro | 61.867 | 86.218 | (28) | 468.577 | 506.232 | 8,04 |
| Total | 906.746 | 770.548 | 18 | 5.528.545 | 5.732.412 | 3,69 |

Fonte: Apinco.

**Brasil: produção de pintos de corte**

Milhões de cabeças

| Mês | 1999 | | | 2000 | | | Var.% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portencial (1) | Efetiva (2) | (2)/(1)% | Potencial (3) | Efetiva (4) | (4)/(3) | (4)/(2) |
| Janeiro | 259,5 | 249,3 | 96,07 | 316,8 | 274,9 | 86,77 | 10,27 |
| Fevereiro | 246,8 | 232,9 | 94,37 | 310,0 | 283,9 | 91,58 | 21,9 |
| Março | 262,2 | 260,6 | 99,39 | 323,9 | 275,4 | 85,03 | 5,68 |
| Abril | 262,8 | 256,0 | 97,41 | 325,2 | 262,2 | 80,63 | 2,42 |
| Maio | 271,6 | 266,4 | 98,08 | 329,4 | 258,7 | 78,54 | (2,90) |
| Junho | 280,7 | 264,0 | 94,05 | 329,9 | 261,7 | 79,33 | (0,72) |
| Julho | 289,0 | 272,8 | 94,39 | 330,5 | 267,0 | 80,79 | (2,22) |
| Agosto | 294,5 | 274,6 | 99,24 | 330,4 | 272 | 82,32 | (0,45) |
| Setembro | 296,0 | 261,3 | 88,28 | 327,8 | 268,3 | 81,85 | 2,68 |
| Outubro | 297,0 | 270,0 | 90,91 | 324,0 | 289,3 | 89,29 | 7,14 |
| Novembro | 300,7 | 267,1 | 88,83 | 320,6 | 277,4 | 86,54 | 3,85 |
| Dezembro | 307,6 | 270,3 | 87,87 | 314,9 | 283,0 | 89,87 | 4,69 |

Fonte: Apinco.

produção inferiores a 3,9 milhões de toneladas.

### Frango exporta mais

A produção nacional teve incremento de 3,69% em 2000, segundo as estatísticas da Apico – Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Um Dia. O volume, no entanto, é inferior ao registrado em 1998. O setor conviveu com momentos bem críticos, principalmente no primeiro semestre. A produção teve uma forte expansão, enquanto a subida nos preços do milho pressionavam os custos de produção. Os preços de mercado não absorveram esses aumentos, e os prejuízos foram grandes.

Para 2001, a criação poderá crescer em ritmo superior a 5%. A maior oferta de milho garante custos mais competitivos.

A demanda deverá crescer no âmbito interno e na exportação. Isso certamente impulsionará as vendas de frango. O efeito da doença da vaca louca poderá elevar as compras do continente europeu e as vendas brasileiras poderão chegar à casa de 1 milhão de toneladas, de acordo coma as previsões da Abef – Associação Brasileira dos Exportadores de Frango.

Em 2000 as receitas de exportação totalizaram US$870 milhões, contra US$875 milhões em 1999. Persiste ainda a pendência com a Argentina, que acusa o Brasil de praticar *dumping* e fixou preço piso para a entrada de frangos brasileiros.

Todo o setor da produção avícola – associações, criadores de aves e matrizes – estão trabalhando com a hipótese de promover uma redução de 7% no alojamento de pintos. De qualquer forma, a tendência é de queda nos preços do frango até maio, diante da redução do custo da ração e do aumento do alojamento de pintos. A onda de otimismo no final de 2000 promoveu um crescimento 10% acima do desejado no alojamento de pintos, o que fez aumentar a produção e enfraquecer os preços.

### Soja mantém o ritmo

A Abiove – Associação Brasileira das Indústrias de Óleo Vegetal – confirma as previsões de colheita recorde na safra 2000/01. As exportações do complexo – grão, farelo e soja - estão projetadas em US$4,8 bilhões. Se esse desempenho for confirmado, o setor manterá liderança no setor agrícola.

Está estimado maior embarque do grão, que no entanto não deverá alterar muito as cotações. O farelo, agora mais empregado na Europa no arraçoamento dos animais, deverá ganhar em quantidade e valor. Prevê-se uma demanda adicional de 1,5 milhão de toneladas. Para o óleo o quadro não é tão favorável, com o aumento da produção mundial e dos elevados estoques acumulados nos anos anteriores. As cotações batem 15 centavos de dólar a libra-peso e estão 35% abaixo da média histórica.

No primeiro bimestre deste ano, a comercialização da soja esteve em ritmo de conta-gotas. Os produtores aguardam uma reação nos preços, enquanto as indústrias esperam maior entrada da safra recorde. As vendas, antecipadas pelo produtor através do sistema de troca de insumos por grãos, vendas futuras e CPR, praticamente ficaram nos mesmos patamares de 1999, em torno de 15%.

***Desenha-se um quadro positivo para a expansão da agroindústria neste ano. É o resultado da expectativa de crescimento econômico moderado, inflação baixa, redução na taxa de desemprego e recuperação do rendimento médio dos assalariados.***

### Aumenta a produção de oleaginosas

Segundo a FAO, órgão da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a produção mundial das sete principais oleaginosas, na safra 2000/2001, deverá alcançar 305,6 milhões de toneladas, o que significa crescimento de 0,8% sobre a safra anterior.

### Suíno custa menos

As vendas dirigidas à Rússia alavancaram as exportações em 2000, tendência que prevaleceu no primeiro bimestre deste ano. A meta para o exercício é embarcar 160 mil toneladas.

Hong Kong e Argentina, respectivamente, representam a segunda e terceira principais praças de comercialização da carne suína. Mas as notícias de que os criadores argentinos estão preparando um dossiê sobre a prática de *dumping* por parte do Brasil poderá afetar o desempenho projetado.

Com a erradicação da peste suína clássica em vários estados brasileiros, inclusive São Paulo, bem como a ampliação de novas áreas livres de febre aftosa, cria-se um ambiente propício para o aumento das exportações de carne suína. As barreiras sanitárias impostas pelo mercado internacional são os grandes obstáculos para o crescimento do agronegócio suinícola do país. Com as aquisições da Rússia, segundo maior importador mundial, a partir do ano passado, o quadro começa a mudar de figura.

No âmbito interno, os menores preços do milho condicionam as expectativas mais positivas dos criadores. Não obstante, os preços de venda vêm sofrendo baixa, e certamente não levarão à melhoria nas margens de comercialização. De qualquer forma a situação preocupa menos que a de 2000, pois em condições normais o setor pode apresentar um bom crescimento neste ano, com aumento no consumo *per capita* do brasileiro.

# À mesa em 2001

*Dados da produção mundial de alimentos falam de produção estável e preços declinantes*

LUIZ ANTONIO PINAZZA

Segundo o relatório *Food Outlook*, publicado pela FAO, a produção mundial de cereais, na safra 2000/01, deverá alcançar 1,852 milhão de toneladas, volume que representa uma redução de 1,75% sobre a safra anterior.

A produção mundial das sete principais oleaginosas deverá alcançar 305,6 milhões de toneladas – um crescimento de 0,8% sobre a safra anterior.

No tocante à produção mundial de carnes para 2001, a estimativa é de 237,5 milhões de toneladas, o que representa crescimento de 2% sobre o ano 2000. A carne suína continuará sendo a mais produzida no mundo: 36,6% mais que a carne de aves, segundo lugar do *ranking*.

Quanto aos preços internacionais, é bem provável que tenha havido em 2000 uma leve reversão na tendência de declínio dos últimos anos. O índice da FAO aponta uma perda de 13,6% no período de 1994 a 1999.

**Cereais: produção, utilização e estoques finais**

Milhões de toneladas

| Discriminação | 1998/99 | 1999/00 (a) | 2000/01 (b) |
|---|---|---|---|
| Produção | 1.900 | 1.885 | 1.852 |
| Trigo | 599 | 591 | 586 |
| Grãos forrageiros | 911 | 886 | 869 |
| Arroz beneficiado | 390 | 408 | 397 |
| Disponibilidade total | 2.574 | 2.585 | 2.543 |
| Utilização | 1.872 | 1.898 | 1.909 |
| Exportações | 219 | 235 | 236 |
| Estoques finais | 700 | 691 | 640 |
| Estoque/consumo | 37,40% | 36,40% | 33,50% |

Fonte: *FAO/GIEWS Food Outlook*, Jan. 2001.
(a) Dados do ano calendário; produção mais estoques iniciais. Períodos diferentes de comercialização entre países podem fazer com que os resultados não sejam iguais.
(b) Estimativa.

## Mundo: produção de oleaginosas

Milhões de toneladas

| Produto | 1998/99 | 1999/00 (a) | 2000/01 (b) |
|---|---|---|---|
| Soja | 160,9 | 158,1 | 167,6 |
| Algodão | 33,2 | 33,5 | 33,1 |
| Amendoim | 31,8 | 30,7 | 31 |
| Girassol | 27,9 | 26,7 | 24,1 |
| Colza | 36,1 | 42,4 | 37,9 |
| Palmas | 5,9 | 6,3 | 6,7 |
| Copra | 4 | 5,3 | 5,3 |
| Total | 299,9 | 303,2 | 305,9 |

Fonte: *FAO/Giews Food Outlook*, Jan. 2001.
(a) Estimativa. (b) Previsão.

## Mundo: produção e exportação de carnes

Milhões de toneladas

| Discriminação | 1999 | 2000 (a) | 2001 (b) |
|---|---|---|---|
| Produção total | 228,9 | 232,8 | 237,5 |
| Aves | 64,9 | 66,6 | 68,5 |
| Suínos | 89,8 | 91,2 | 93,6 |
| Bovinos | 59 | 59,6 | 59,9 |
| Ovinos e caprinos | 11,2 | 11,4 | 11,5 |
| Outras carnes | 4 | 4 | 4,1 |
| Exportações | 16,744 | 16,978 | 17,138 |
| Aves | 7,009 | 6,213 | 7,364 |
| Suínos | 3,304 | 3,227 | 3,275 |
| Bovinos | 5,483 | 5,498 | 5,442 |
| Ovinos e caprinos | 0,695 | 0,775 | 0,79 |
| Outras carnes | 0,252 | 0,266 | 0,266 |

Fonte: *FAO/Giews Food Outlook*, Jan. 2001.
(a) Estimativa. (b) Previsão.

## Preços internacionais das carnes

| Ano | Índice FAO de preços | Preços médios | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Frango (1) | Suíno (2) | Bovino (3) |
| 1994 | 103 | 921 | 2.659 | 2.384 |
| 1995 | 100 | 922 | 2.470 | 1.947 |
| 1996 | 96 | 978 | 2.733 | 1.741 |
| 1997 | 93 | 843 | 2.724 | 1.880 |
| 1998 | 84 | 760 | 2.121 | 1.754 |
| 1999 | 86 | 602 | 2.073 | 1.894 |
| 2000 | 89 (4) | 591 (5) | 2.089 (5) | 1.957 (5) |

Fonte: *FAO/Giews Food Outlook*, Jan. 2001.
(1) Partes de frango com base no valor unitário das exportações dos EUA.
(2) Carne congelada, com base no valor unitário das exportações dos EUA.
(3) Carne da vaca industrializada da Austrália, preço CIF EUA.
(4) Estimativa.
(5) Período de janeiro a novembro.

# Gesto de resistência

*A nova lei do Parlamento europeu para os OMGs formaliza o descontentamento do público em relação a esses produtos*

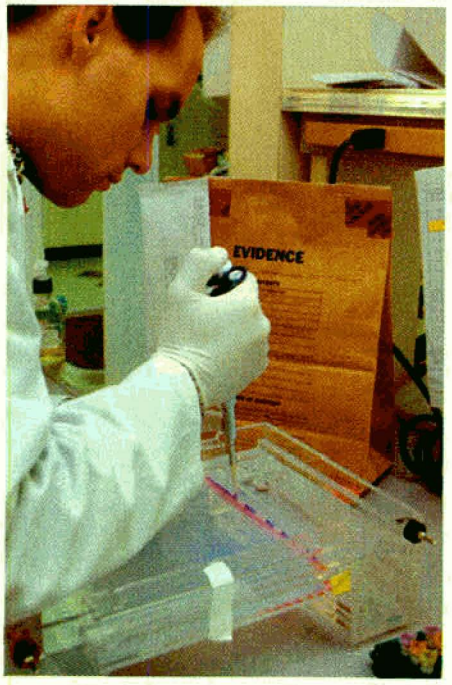
LUIZ ANTONIO PINAZZA

Em 1998, uma decisão radical do Parlamento europeu suspendeu todos os registros de aprovação de organismos modificados geneticamente – OMGs. A proibição frustrou os planos de pesos pesados da área de biotecnologia da estatura da Monsanto e da Syngenta AG da Suíça, que haviam investido intensivamente em pesquisa e desenvolvimento desses produtos.

## Golpe na concessão de licenças

Desgastadas com o episódio da vaca louca, as autoridades sanitárias da União Européia tiveram que atender às exigências do público, temeroso dos prováveis efeitos colaterais de tais organismos sobre a saúde das pessoas e das plantas.

Foi um corte profundo e abrupto na concessão de licenças de OMGs, em rápida trajetória de ascensão: 18 cultivares transgênicos já haviam conseguido aprovação. Além disso, com o processo em vias de autorização para emprego comercial nos 15 países de União Européia, existiam nada menos de cerca de 14 produtos, onde se incluíam tomate, milho e beterraba. Sem esse impedimento, é provável que mais de cem produtos estivessem hoje autorizados.




Passados mais de três anos, a UE retoma a polêmica sobre o assunto. França, Dinamarca, Itália, Grécia, Áustria e Luxemburgo resistem em bloco e juntos bloquearam as aprovações da UE desde 1998, insistindo na manutenção da suspensão até que a Comissão Européia aprove leis para rastrear e rotular os transgênicos e seus derivados. Mas há outros países conservadores. No fundo todos insistem em que a Comissão apresente uma legislação rigorosa sobre localização e etiquetagem de OMGs.

## Ação do Parlamento

O Parlamento agiu de modo pragmático ao aprovar, em 13 de fevereiro último, uma rígida lei de salvaguardas para as safras de OMGs.

As regras foram apresentadas pelo socialista britânico David Bowe; incluem forte fiscalização e rotulagem severa de sementes, alimentos e medicamentos. Para o caso dos genes de plantas e antibióticos que venham a causar reações alérgicas nos consumidores, está prevista uma proibição de oito anos.

Entre os membros do Parlamento,

338 votaram a favor da aprovação e 52 foram contra, havendo 85 abstenções. Os verdes preferiram abster-se, argumentando que as regras não garantem a continuidade da moratória sobre a aprovação de novas tecnologias.

Se por um lado a regulamentação está em sintonia com a proteção do meio ambiente e da saúde humana, por outro pode ser encarada como um incentivo à substituição do embargo.

### Popularidade em baixa

Para completar o capítulo atual em torno da história dos OMGs, a CE anunciou que até o fim deste ano pretende divulgar as normas sobre responsabilidade ambiental e informações concernentes a origens e etiquetas.

Enquanto isso, caberá aos 15 governos da UE avalizar a regulamentação, num processo que poderá durar 18 meses. Nesse ínterim, a moratória prossegue, até porque a popularidade dos OMGs continua em baixa na Europa. Pesquisas recentes detectaram que a maioria da população considera os transgênicos uma ameaça à saúde.

**INVESTIMENTO**

# *Depois da crise*

## *Peculiaridades e duas décadas críticas deixaram ao setor agropecuário uma herança de desafios*

**PAULO FAVERET FILHO, ERIKSOM TEIXEIRA LIMA E SERGIO ROBERTO LIMA DE PAULA**

O BNDES começou a operar com o setor agropecuário no contexto da crise do Sistema Nacional de Crédito Rural. Até a década de 70 concentrara-se nos setores de infra-estrutura e indústria de base. Nos anos 80 e 90, em função da crise macroeconômica e da maturação do parque industrial brasileiro, o BNDES diversificou os setores apoiados. Entre os novos setores, a agropecuária e a agroindústria logo assumiram papel de destaque.

### Peculiaridades do financiamento

Quando se examina o fluxo de financiamentos para o setor agropecuário, destacam-se alguns fenômenos.

- rápido crescimento entre 1990 e 1994, correspondente à criação do programa Finame Agrícola, que estendeu às máquinas agrícolas as mesmas condições dos financiamentos de máquinas e equipamentos industriais (prazos, taxas, rede de bancos comerciais e acesso a pessoas físicas), tendo o ano de 1994 marcado o auge do programa, com desembolsos totais de R$1,4 bilhão (a preços de dezembro de 1999) para o setor agropecuário;
- queda acentuada em 1995 e 1996 (-39% em relação a 1994), como reflexo da crise financeira do setor agrícola;
- lenta recuperação das linhas convencionais entre 1997 e 1999, compensada pelo grande volume de recursos aplicados através do Pronaf-Investimento, que é gerenciado pelo BNDES e repassado pelos agentes financeiros; na ausência do Pronaf, os desembolsos para a agropecuária teriam se recuperado de maneira mais lenta, sendo em 1999 ainda 23% inferiores ao máximo verificado em 1994.

### Reflexos da crise

A participação do BNDES, incluindo o Pronaf-Investimento, nos financiamentos ao investimento do setor agropecuário cresceu bastante ao longo da década: passou de 10% em 1990 para 62% em 1999, tendo sido de 38% em 1994.

A principal explicação para a elevação da participação pós-1994, auge dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas nos anos 90, é a retração dos repasses para investi-

**Desembolsos do BNDES para o setor agropecuário**

Em R$ milhões de dez. 1999

| Item | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agropecuária | 206 | 413 | 895 | 968 | 1.596 | 1.072 | 975 | 1.091 | 1.318 | 1.229 |
| Pronaf | - | - | - | - | - | - | 4 | 664 | 298 | 114 |
| Total | 206 | 413 | 895 | 968 | 1.596 | 1.072 | 979 | 1.755 | 1.616 | 1.343 |

mento ao amparo do Manual de Crédito Rural, como reflexo da crise agrícola. Os bancos preferiram concentrar os recursos das exigibilidades em operações de curto prazo, inclusive utilizando parte delas para o refinanciamento de clientes inadimplentes. Assim, o BNDES assumiu o papel de principal fonte de financiamento bancário ao investimento agropecuário.

O principal veículo da intervenção do BNDES na alocação de recursos para o setor são os programas especiais. Em abril de 2000 o BNDES estava operando 20 programas especiais (ver www.bndes.gov.br), com algum tipo de condição favorecida em relação às linhas usuais (geralmente *spread* básico mais baixo e níveis de participação mais altos).

Uma característica marcante das operações de financiamento do BNDES ao setor primário é o predomínio das operações indiretas, ou seja, dos repasses através da rede de agentes financeiros credenciados. Em 1999, 93% dos desembolsos (em valor) foram indiretos, o que significa dizer que a interferência direta do BNDES no fluxo de financiamentos para o setor é muito pequena, ou, de outra maneira, que a alocação obedece a critérios de mercado, pois a seleção é realizada pelos bancos comerciais repassadores de recursos.

Três características da segunda metade da década de 90 merecem destaque pelo impacto sobre a oferta de crédito rural: elevada inadimplência agrícola; adoção de critérios de crédito mais rigorosos e desoneração de tarefas tradicionais por parte dos bancos comerciais.

## Elevada inadimplência

O crescimento dos créditos em atraso e liquidação produziu um bloqueio de novos financiamentos para o setor. As renegociações que se sucederam tiveram resultados positivos sobre os balanços bancários e sobre o cadastro dos inadimplentes, mas aumentaram o risco percebido pelos bancos, tornando-os mais seletivos.

**Risco de crédito por setor**

Posição em abril de 2000; em %

| | AA + A | B + C | > D |
|---|---|---|---|
| Setor privado | 63,1 | 22 | 14,9 |
| Indústria | 59 | 29,7 | 11,3 |
| Habitação | 62,6 | 16,3 | 21,1 |
| Rural | 54,2 | 21,5 | 24,3 |
| Comércio | 64 | 20,9 | 15,1 |
| Pessoas físicas | 76,8 | 11,3 | 11,9 |
| Outros serviços | 61,7 | 27,1 | 11,2 |

Fonte: Banco Central.

Tomando o Banco do Brasil como exemplo – pois respondia em 1998 por 56% do saldo aplicado em crédito rural do país –, os créditos em atraso e liquidação atingiram R$3,3 bilhões em dezembro de 1998 (dados de balanço), dos quais R$3,1 bilhões oriundos de financiamentos rurais e agroindustriais.

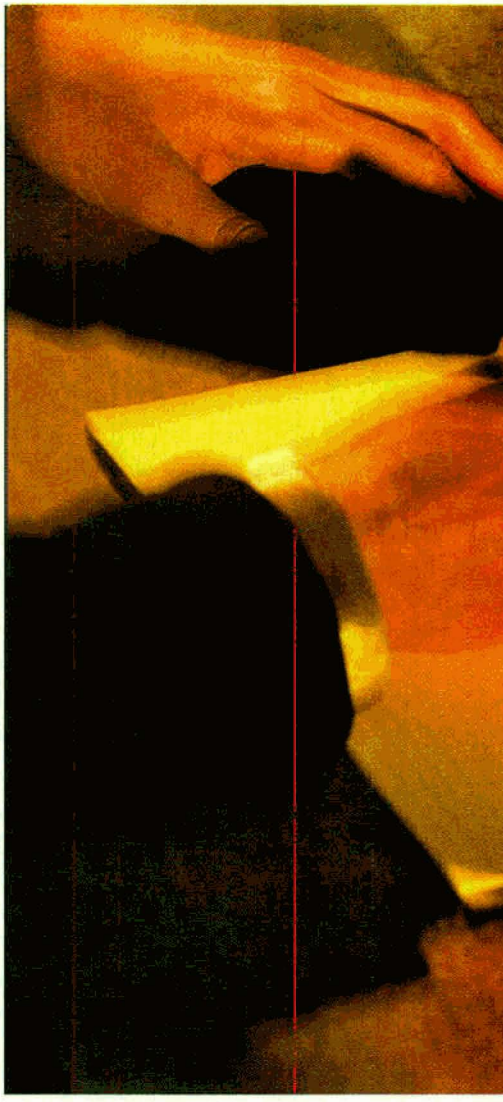
O nível de inadimplência da carteira rural nessa data era de 21% (créditos em atraso e liquidação sobre créditos normais mais créditos em atraso e liquidação). A securitização propiciada pela Lei 9.138, de 29-11-95, reduziu os créditos rurais e agroindustriais em atraso, que haviam caído para apenas R$ 0,2 bilhão.

Entretanto, o alívio contábil não elidiu os impactos da crise sobre os resultados dos anos anteriores: a avaliação geral do setor pelos bancos continua sendo negativa. Ademais, se a renegociação não impede formalmente a realização de novas operações pelo produtor, marca negativamente seu cadastro, afetando o acesso a novos créditos.

## Critérios mais rigorosos

O aumento da concorrência produzido pela desregulamentação e pela entrada de bancos estrangeiros no segmento de varejo levou à adoção de novos procedimentos para análise de crédito.

As normas do Banco Central adequando o sistema bancário ao Acordo



de Basiléia reforçam esse movimento. Cresce a importância dos indicadores econômico-financeiros na seleção de candidatos ao crédito e diminui o peso do projeto tradicional. Essa tendência é reforçada por recentes determinações do Banco Central a respeito da classificação de risco e de seus efeitos sobre o nível de provisão. Nesse processo a agricultura pode ser prejudicada pela precariedade de seus instrumentos contábeis e por ser associada *a priori* a um risco elevado.

A adesão do Brasil ao Acordo de Basiléia tem se traduzido em sucessivas normas do Banco Central, com o objetivo de reduzir e controlar o risco da atividade bancária.

São algumas das principais medidas: definição de limites mínimos de capital para a constituição dos bancos – primeira medida de implementação do Acordo, em agosto de 1994; criação do Sistema Central de Risco de Crédito, que concentra informações sobre clientes com saldo devedor superior a R$50 mil (Resolução CMN 2.390, de maio de 1997); elevação do limite do capital mínimo de 8% para 11% dos ativos ponderados pelo risco, o que reduziu o limite máximo para os empréstimos de 12,5 para nove vezes o patrimônio líquido; regulamentação dos sistemas de controle internos (Resolução CMN 2.554, de dezembro de 1998) e obrigatoriedade de adoção de sistemas de classificação de risco dos clientes (Resolução CMN 2.682, de março de 2000).




***A participação do BNDES nos financiamentos ao investimento do setor agropecuário cresceu bastante ao longo da década: passou de 10% em 1990 para 62% em 1999. Após 1994 financiou produtores e cooperativas por conta da retração dos repasses para investimento ao amparo do MCR – reflexo da crise agrícola.***

No caso das regras de *rating*, a recente ocorrência de problemas graves levou os bancos a classificarem os produtores agrícolas em uma faixa de risco elevado, inclusive por pressão do Banco Central.

## Novas modalidades

A crise agrícola levou os bancos a buscar novas modalidades operacionais. Através de contratos formais ou de orientações informais, eles têm procurado repassar para outros agentes algumas de suas tarefas, especialmente as relacionadas à seleção dos produtores, à definição de garantias, ao acompanhamento dos projetos e até à cobrança. Fabricantes de equipamentos e empresas integradoras – incluindo cooperativas – assumem funções bancárias, passando muitas vezes a bancar o risco dos produtores financiados.

São comuns no mercado as práticas de celebração de contrato de abertura de linha de crédito entre fabricante e banco, pelo qual o fabricante se responsabiliza pela avaliação cadastral e pelo preenchimento de formulários; aval aos produtores financiados, com os eventuais atrasos de pagamento sendo debitados diretamente da conta do fabricante, a quem cabe o esforço de recuperação do crédito; opção por limitar os financiamentos a agricultores com vínculos estáveis a agroindústrias (incluindo cooperativas), desde que avaliadas como de baixo risco.

Os objetivos fundamentais dessas medidas são a redução do risco e do custo dos empréstimos agropecuários. O resultado é que as fronteiras entre emprestadores tradicionais – os bancos – e não-tradicionais – fabricantes de insumos, *traders* e agroindústrias – começam a se diluir, do que dão testemunho os recém-constituídos bancos de fabricantes de equipamentos.

## Alta concentração

Muitas das dificuldades e mudanças por que passa o sistema de financiamento à agricultura são visíveis a partir do Sistema BNDES. Alguns indicadores são sugestivos:

- dos 149 agentes financeiros credenciados a operar com as linhas do BNDES, apenas 70 realizaram algum repasse para a agropecuária em 1999;
- a concentração de repasses para o setor é bastante alta, pois os 10 maiores agentes foram responsáveis por 81% dos desembolsos, sendo que os três maiores responderam por 43% – nível alto mas rapidamente decrescente na segunda metade dos anos 90;
- entre os 10 maiores repassadores

para a agropecuária há a (esperada) predominância dos bancos públicos (cinco), seguindo-se dois bancos privados nacionais, apenas um estrangeiro e (novidade) dois bancos de fabricantes (ambos de empresas estrangeiras);

- apenas cinco agentes financeiros desembolsaram mais de R$100 milhões para o segmento em 1999, sendo que cerca de 70% dos bancos repassaram menos de R$10 milhões cada um;
- se na média dos anos 90 os bancos públicos predominaram, com 64% do total, em 1999, pela única vez em toda a década, os bancos privados responderam por pouco mais da metade (53%), e o Banco do Brasil, embora não tenha perdido a liderança nos repasses, reduziu sua participação de 52% em 1994 para 40% em 1999;
- a distribuição regional dos desembolsos por banco obedeceu a um padrão bastante definido: os bancos públicos predominaram nas regiões Nordeste (71%) e Sul (58%) e os privados no Centro-Oeste (81%) e no Sudeste (58%); os bancos oficiais são quase inteiramente concentrados (acima de 50%) em uma região, como o BRDE, o Banrisul e o Banco do Brasil (Sul), o Banespa (Sudeste) e o Banco do Nordeste (Nordeste); os bancos privados (Rabobank e Bradesco) distribuíram seus repasses entre as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste – apenas o BBA concentrou-se no Centro-Oeste; e os bancos de fabricantes optaram pelas regiões Sul e Centro-Oeste.

## Dinâmica se altera

A característica mais marcante do final da década de 90 é a mudança de participação entre bancos públicos e privados. É cedo para dizer se isso configura uma tendência ou se reflete os impactos imediatos da securitização sobre o Banco do Brasil, mas a continuidade do processo de privatização dos bancos estaduais deverá ampliar a parcela do setor privado.

A dinâmica da oferta de crédito de longo prazo ao setor agropecuário mudou nos anos 90. Os dados do Sistema BNDES indicam que novos agentes financeiros ganharam relevância (bancos de fabricantes), os bancos públicos diminuíram sua participação e prevalece a lógica de mercado na concessão do crédito.

A crise agrícola e as novas normas de prudência bancária levaram os bancos a adotar posturas mais cautelosas na concessão do crédito, inclusive transferindo parte de suas tarefas para os fabricantes de equipamentos. Esses, por sua vez, reagiram avançando na atividade financeira e acabaram se tornando grandes financiadores de seus clientes.

***Medidas para reduzir o risco e o custo dos empréstimos agropecuários resultaram em que as fronteiras entre emprestadores tradicionais, os bancos, e não-tradicionais – fabricantes de insumos, traders e agroindústrias – começam a se diluir. Que o digam os recém-constituídos bancos de fabricantes de equipamentos.***

## Desafios pós-crise

Entre os principais desafios encontra-se a estabilização da taxa de juros, o que vem acontecendo desde o ano passado. Além da queda gradativa da TJLP, que está em 9,25% ao ano, o BNDES está operando vários programas com equalização do Tesouro Nacional, destacando-se o Moderforta, criado em janeiro de 2000. Seu sucesso é importante indicador da confiança que os juros fixos conferem ao investidor e aos bancos, ao permitir um planejamento adequado do fluxo de caixa.

Outro desafio é aumentar o nível de concorrência na oferta de crédito e estimular a concessão para pequenos e médios agricultores. À medida que a queda dos juros básicos se consolida, o congestionamento dos mercados tradicionais de crédito, como pessoa física, está levando os bancos a aumentarem a oferta de recursos para outros setores. Embora a agricultura não esteja entre os prioritários, esse processo deverá alcançá-la também.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros e a diversificação de agentes operando nesse segmento – bancos, *tradings*, fabricantes, empresas integradoras – estão aumentando o leque de escolhas dos agricultores.

Também a criação de diversos programas especiais voltados para a agroindústria na segunda metade dos anos 90 pode ser entendida como uma reação compensatória à crise agrícola de 1995-96. O sucesso do Moderfrota no ano de 2000 é talvez o exemplo mais eloqüente disso, permitindo a recuperação do investimento agropecuário aos níveis pré-crise.

## Referências bibliográficas


BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Anuário estatístico do crédito rural*. Brasília, vários anos.

DIEESE. *Evolução recente do emprego bancário no Brasil*. Belo Horizonte, jul. 1998. (Texto 02/98.)

PUGA, Fernando P. *Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial*. Rio de Janeiro: BNDES, mar. 1999. (Texto para Discussão, 68.)

SHERRICK, Bruce, et alii. Nontraditional lenders in agricultural credit markets. *Agribusiness*, v. 10, n. 4, 1994.



*Paulo Faveret Filho, Eriksom Teixeira Lima e Sergio Roberto Lima de Paula são, respectivamente, gerente, economista e assistente técnico da Gerência de Estudos de Agroindústria do BNDES. Este artigo resume estudo publicado em BNDES Setorial, set. 2000, n. 12, disponível em www.bndes.gov.br*

# Tomada de pulso

*Tendência ao enxugamento e uma busca do caminho das pedras marcaram a agropecuária de 2000*

ARAGUACY A. REGO E ANTÔNIO L. FEITOSA SALOMÃO QUADROS DA SILVA, PAULO CESAR STILPEN, SELMA S. AZEVEDO E LEDA MARIA VIANA

Menos pessoal, menos empréstimos e recursos mecânicos reduzidos, a despeito de maior preocupação com os padrões de produção, transparecem nas empresas agropecuárias do fim do segundo milênio.

## Redução de pessoal

Pequenas e microempresas agropecuárias reduziram o número de pessoas ocupadas na produção no ano passado. Cada estabelecimento ocupou em média 3,6 pessoas – em 1997 eram 5,9. Os produtores preservam o emprego de seus familiares, pois o emprego caiu 39,9% nesses três anos e a ocupação de não familiares caiu 61,3%.

Cada estabelecimento emprega em média 0,9 pessoa em regime temporário, quando em 1997 eram 2,3 – uma redução de 60,9%. A redução no emprego permanente foi de 22,9% entre 1997 e 2000, ou seja, de 3,5 o número de empregados caiu para 2,7.

O quadro é o mesmo para produtores agrícolas e agropecuários: as reduções foram de 36,4% para os primeiros e de 31,5% para os pecuaristas.

## Uso de energia elétrica

Dos entrevistados, 84% usaram eletricidade em 2000. Em 1997 eram 80%. Dos produtores agrícolas, 81% utilizavam luz elétrica no ano passado; dos pecuaristas, esse percentual é de 83%. A diferença pode estar relacionada à maior área média por estabelecimento: 39ha contra 30ha dos agricultores. Dos produtores com área média até 50ha, os agricultores usaram luz elétrica em 79% dos casos, e entre os pecuaristas eles eram 80%.

## Associativismo em baixa

Para 40% dos produtores agropecuários entrevistados, o associativismo não é importante – em 1997 só 35% tinham essa opinião. O cooperativismo caiu de 34% de três anos antes para 21% em 2000. A redução maior foi dos pecuaristas: 38% em 1997 e 22% em 2000.

## Menos trabalho mecânico

De 1997 a 2000, pouco mudou quanto ao uso de recursos mecânicos nas lavouras pesquisadas: 69% dos produtores agropecuários plantavam manualmente e 34% utilizaram tração mecânica. Cresceu o uso de tração animal, que 10% usavam em 1997 e teve 14% de respostas em 2000. Quanto ao plantio manual, 73% dos agricultores o praticam, contra 29% que usam tração mecânica.

O trato e a colheita também têm sido predominantemente manuais, principalmente para os agricultores. O uso de recursos mecânicos tem decrescido ao longo do ciclo produtivo e a colheita é a etapa menos mecanizada.

## Sementes e mudas fazem a diferença

As sementes certificadas eram usadas por 70% dos produtores consultados em 2000, mas 36% empregavam sementes comuns. Na agricultura, em que a qualidade da semente é relativamente mais importante para os resultados da empresa, a certificação das sementes é menos difundida, e só 65%

**Número de pessoas ocupadas por estabelecimento**

| Ano | Area média, ha | Familiares | Não familiares | Total | Pessoal por ha |
|---|---|---|---|---|---|
| 1997 | 42 | 2,7 | 3,1 | 5,8 | 0,14 |
| 1998 | 43 | 2,9 | 3 | 5,9 | 0,14 |
| 2000 | 36 | 2,4 | 1,2 | 3,6 | 0,1 |

Fontes: FGV e Sebrae.

**Pessoal ocupado por estabelecimento**

| Estado | Agricultores | | Pecuaristas | |
|---|---|---|---|---|
| | 1997 | 2000 | 1997 | 2000 |
| São Paulo | 5,6 | 3,8 | 3,1 | 3,1 |
| Minas Gerais | 7,4 | 4 | 6,5 | 3,4 |
| Rio de Janeiro | 5,6 | 4,9 | 3,9 | 3,5 |
| Pernambuco | 6 | 5,6 | 6 | 6,7 |
| Goiás | 8 | 4,2 | 4,4 | 3,6 |

Fontes: FGV e Sebrae.

**Estabelecimentos com plantio, trato e colheita manuais – %**

| Ano | Plantio manual | | Trato cultural manual | | Colheita manual | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prod. agropecuários | Prod. agrícolas | Prod. agropecuários | Prod. agrícolas | Prod. agropecuários | Prod. agrícolas |
| 1997 | 70 | 75 | 77 | 80 | 86 | 90 |
| 1998 | 71 | 74 | 78 | 77 | 82 | 91 |
| 2000 | 69 | 73 | 78 | 80 | 87 | 92 |

Fontes: FGV e Sebrae.

**Mecanização nos estados pesquisados – %**

| Estado | Plantio | Trato cultural | Colheita |
|---|---|---|---|
| São Paulo | 48 | 66 | 27 |
| Minas Gerais | 29 | 23 | 15 |
| Rio de Janeiro | 32 | 20 | 0 |
| Pernambuco | 7 | 6 | 1 |
| Goiás | 50 | 30 | 40 |

Fontes: FGV e Sebrae.

**5. Uso extensivo de pasto e ordenha manual**

Em percentagem

| Ano | Uso extensivo de pastos | | | | Ordenha manual | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Pecuária de corte | | Pecuária de leite | | Pecuária de leite | |
| | Agrop. | Pecuaristas | Agrop. | Pecuaristas | Agrop. | Pecuaristas |
| 1997 | 90 | 91 | 82 | 80 | 93 | 91 |
| 1998 | 88 | 91 | 78 | 76 | 96 | 95 |
| 2000 | 93 | 93 | 80 | 79 | 94 | 92 |

Fontes: FGV e Sebrae.

dos agricultores as empregavam, enquanto 42% usavam sementes comuns. Entre 1998 e 2000, após ter chegado a 74%, o número de agricultores que usavam sementes certificadas diminuiu nove pontos percentuais.

## Irrigação e insumos

Só 15% dos produtores entrevistados em 2000 usam irrigação nas lavouras – o mesmo resultado de 1998 e menos dois pontos percentuais do que em 1997. O Rio de Janeiro é o estado que mais utilizou a irrigação no ano passado, com 50% dos entrevistados; apenas 41% entre as respostas específicas dos agricultores declararam não usar irrigação. Nos outros estados, em média 85% não a utilizavam; dos agricultores, 81% responderam negativamente.

Em 2000 se confirmou a tendência dos últimos anos quanto ao uso de insumos nas lavouras, com 92% de respostas afirmativas dos produtores, 63% referentes a adubo orgânico. Fertilizantes químicos apareceram em 62% das respostas e inseticidas em 50%.

## Criação animal

Os pastos em 2000 tiveram uso extensivo, tanto para os bovinocultores de corte (93%) como para os de leite (80%) – pouca variação quanto aos anos anteriores. Caiu o confinamento na bovinocultura de corte, agora utilizado apenas por 7% dos produtores, contra 12% em 1998. Na ordenha, 94% dos produtores empregam trabalho manual, e apenas 5% declararam utilizar a ordenha mecânica.

Em geral se recorre pouco à inseminação artificial entre os bovinocultores. O número dos que a utilizaram caiu em 2000: 7% do total, quando em 1997 haviam sido 12%. A situação não é muito diferente entre os pecuaristas – 8% em 2000 contra 13% em 1997.

A febre aftosa está controlada em 98% dos estabelecimentos procurados e em todos aqueles que se dedicam à bovinocultura como atividade principal.

## Dados de diversas criações

Medicamentos e vacinas foram empregados por uma média de 99% dos questionados e de 96% dos produtores de animais em cada estado. O sal mineral foi ministrado por 89% de todos os estabelecimentos pesquisados e 86% na média dos estaduais, sendo mais empregado que os medicamentos somente em Goiás.

Nos estabelecimentos dedicados à bovinocultura, o emprego de insumos é de 100% das propriedades.

A ração, usada por 60% dos estabelecimentos em 2000, era usada por 55% em 1997. Mas o uso de concentrados se reduziu e se encontra em 37% das propriedades, quando três anos antes alcançava três pontos percentuais a mais.

Os criadores que possuem suínos usaram mais tecnologia do que os que lidam também com aves em 2000, numa proporção de 23% para 20%. Em 1997 só 12% e 15% respectivamente estavam tecnificados. Entre os suinocultores propriamente, havia 26% dotados de recursos tecnológicos, contra 23% dos avicultores. Analisando-se os dados de 1997, 1998 e 2000, percebe-se um primeiro aumento do uso desses recursos e uma regressão nos últimos dados. Pode-se ver também que a avicultura já foi mais tecnificada que a suinocultura.

Pequenos produtores com estabelecimentos até 50ha apresentam maior uso de tecnologia na avicultura. Do todo, 22% eram tecnificados em 2000, tendo evoluído a partir de um percentual médio de 14% em 1997

### Mais assistência técnica

Os estabelecimentos agropecuários possuíam assistência técnica em 75% dos casos pesquisados em 2000 – mais que os 67% encontrados em 1997. Mas a assistência veterinária caiu de 70% em 1997 para 60% no ano passado.

Dos produtores agrícolas, 87% tiveram assistência em 2000; em 1997 eles eram apenas 76%. Os criadores de animais, que em 1997 tinham assistência veterinária em 76% dos casos, estavam reduzidos em 2000 a 73%.

### Destinos da produção

A venda para intermediários é o destino apontado por 57% dos produtores agropecuários entrevistados em 2000. Esse percentual praticamente se manteve durante os três anos em foco, ao contrário do que aconteceu com o consumo no próprio estabelecimento, que caiu de quatro pontos percentuais desde 1997, e em 2000 era de 36%.

Em 1997, 21% dos entrevistados entregavam seus produtos à cooperativa. Em 2000, esse percentual era de 15%.

Em 2000, 67% dos agricultores e 54% dos pecuaristas comercializam seus produtos para intermediários. Mas só 9% dos agricultores entregavam o produto à cooperativa, enquanto 19% dos pecuaristas o faziam.

**Uso extensivo de pasto**

Em percentagem

| Estado | Pecuária de corte | Pecuária de leite |
|---|---|---|
| São Paulo | 97 | 80 |
| Minas Gerais | 94 | 80 |
| Rio de Janeiro | 88 | 62 |
| Pernambuco | 79 | 72 |
| Goiás | 97 | 91 |

Fontes: FGV e Sebrae.

**Uso de tecnologia em estabelecimentos agropecuários**

Em percentagem

| Ano | Agrícola | | Veterinária | |
|---|---|---|---|---|
| | Agropecuaristas | Agricultores | Agropecuaristas | Agricultores |
| 1997 | 67 | 76 | 70 | 76 |
| 1998 | 79 | 87 | 71 | 78 |
| 2000 | 75 | 87 | 60 | 73 |

Fontes: FGV e Sebrae.

**Assistência técnica em estabelecimentos rurais**

Em percentagem

| Ano | Agrícola | | Veterinária | |
|---|---|---|---|---|
| | Agropecuaristas | Agricultores | Agropecuaristas | Agricultores |
| 1997 | 67 | 76 | 70 | 76 |
| 1998 | 79 | 87 | 71 | 78 |
| 2000 | 75 | 87 | 60 | 73 |

Fontes: FGV e Sebrae.

**Assistência técnica em estabelecimentos rurais**

Em percentagem

| Estado | Agricultores | | Pecuaristas | |
|---|---|---|---|---|
| | 1997 | 2000 | 1997 | 2000 |
| São Paulo | 91 | 99 | 77 | 95 |
| Minas Gerais | 53 | 81 | 70 | 63 |
| Rio de Janeiro | 92 | 96 | 92 | 95 |
| Pernambuco | 99 | 74 | 68 | 59 |
| Goiás | 98 | 93 | 97 | 76 |

Fontes: FGV e Sebrae.

## A sondagem por dentro

Durante agosto e setembro do ano passado, foram consultados 1.901 estabelecimentos com área de 10 a 100ha. A pesquisa se fez em parceria da FGV com o Sebrae em cinco estados – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Goiás – cada qual visitado em cerca de 25 municípios, em cada um dos quais foram consultados em média 15 estabelecimentos.

A sondagem FGV-Sebrae pesquisa a infra-estrutura e as condições gerais de produção das micro e pequenas empresas agropecuárias, buscando elucidar os dados e fatores preponderantes sobre o desempenho dessas empresas, bem como as principais necessidades e obstáculos maiores que possam entravar seu funcionamento e sua expansão.

**Técnicas de conservação do solo**

Em percentagem

| | 1997 | 1998 | 2000 |
|---|---|---|---|
| Solo com desgaste | 38 | 40 | 41 |
| Rotação | 12 | 14 | 14 |
| Pousio | 11 | 16 | 16 |
| Curva de nível | 19 | 21 | 20 |

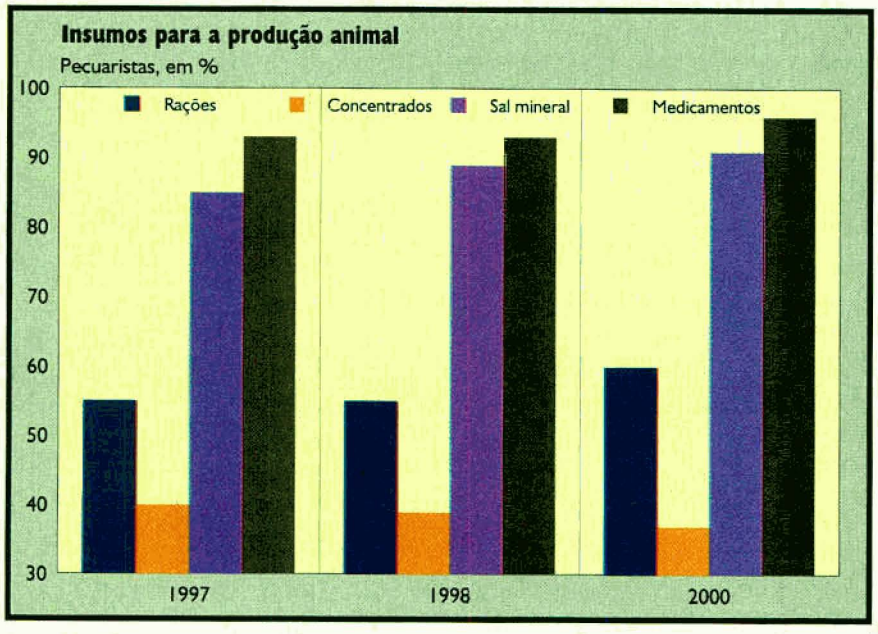
Fontes: FGV e Sebrae.

**Dificuldades para expandir a produção**

Em percentagem

| | São Paulo | Minas Gerais | Rio de Janeiro | Pernambuco | Goiás |
|---|---|---|---|---|---|
| Transporte | 16 | 12 | 29 | 32 | 22 |
| Comercialização | 57 | 22 | 62 | 57 | 51 |
| Maquinário | 26 | 38 | 33 | 44 | 52 |
| Apoio técnico | 9 | 34 | 5 | 41 | 21 |
| Crédito | 43 | 64 | 36 | 68 | 55 |
| Armazenamento | 9 | 6 | 8 | 10 | 8 |
| Nenhuma dificuldade | 10 | 9 | 4 | 2 | 5 |

Fontes: FGV e Sebrae.




## Condições do solo e desgaste

Eram 79% os produtores que consideravam o solo adequado à mecanização em 2000 – em 1997 eram 81%. Em São Paulo e Goiás estão respectivamente 90% e 91% desses produtores. Entre os agricultores, Pernambuco tinha 90% e São Paulo, 93% de produtores com solo adequado.

Dos mineiros agropecuaristas, só 27% não consideram seu solo com algum desgaste.

## Informações e financiamentos

A televisão era a maior fonte de informação de 75% dos produtores entrevistados em 2000; o rádio (43%) e a leitura de informativos institucionais (25%) e revistas especializadas (20%) foram os outros canais citados.

Dos produtores agrícolas ou pecuaristas, 76% se informam pela televisão. O rádio era a fonte de 44% dos agricultores e 42% dos pecuaristas; os informativos, de 24% e de 27% respectivamente, e revistas especializadas informam 20% e 25% de uns e outros.

De 1998 a 2000 os produtores que não usam fontes de financiamento em suas atividades aumentaram de 57% para 65%. Dos financiados, 29% usaram bancos oficiais e 5% bancos privados.

Em 2000, no cômputo dos agricultores, 61% deixaram de utilizar fontes de financiamento, o que acontecia com 55% em 1998. Entre os que têm criação animal, o aumento foi de 63% para 65% apenas.

## Dificuldades das empresas

Em Pernambuco, Minas e Goiás, o acesso ao crédito era o maior obstáculo para a expansão dos negócios. No Rio de Janeiro e em São Paulo, o maior problema encontrado é a comercialização da produção.

No total pesquisado, 57% apontaram o crédito difícil como o obstáculo mais sério à expansão em 2000 – eram 48% em 1998. Dificuldades de comercialização foi a opção de 40% e maquinário insuficiente, em 37% dos casos. Em 1997 13% não encontravam problema algum para expandir os negócios, mas esse percentual baixou para 8% em 2000.

Fazem falta tecnologia e assistência técnica, apontadas por 47% e 42% dos pesquisados. Acesso à informação é a carência maior de 37%. Entre os agricultores, resultado semelhante: 45% sentem falta de tecnologia, assim como 47% dos pecuaristas. Assistência técnica e treinamento de mão-de-obra desejam respectivamente 38% e 36% dos agricultores. Dos pecuaristas, 38% se ressentem de falta de assistência técnica e de acesso à informação, enquanto 35% querem treinamento de mão-de-obra.

Em 10% das respostas, os produtores agrícolas se declararam em situação de desenvolver suas atividades, mas os pecuaristas nessa condição eram somente 7%.

*Araguacy Rego e Antônio Feitosa são técnicos do Sebrae. Salomão Quadros, Paulo Stilpen, Selma Azevedo e Leda Viana pertencem aos quadros da Fundação Getulio Vargas.*

# Preços do agronegócio

Valores nominais

| Produto | Janeiro | Δ% mês anterior | Δ% mês ano passado | % acumulado ano passado | Δ% 12 meses |
|---|---|---|---|---|---|
| Algodão em caroço (kg) | 0,63 | -1,563 | 1,639 | 3,226 | -1,563 |
| Amendoim em casca (kg) | 0,54 | -6,897 | 4,348 | -39,583 | -28,000 |
| Arroz em casca (kg) | 0,26 | 8,333 | 0,000 | -14,286 | -7,143 |
| Banana (dúzia) | 0,39 | 2,632 | 0,000 | -15,556 | -11,364 |
| Batata-inglesa (kg) | 0,49 | -2,000 | -16,000 | 138,095 | 104,167 |
| Cacau (15kg) | 23,58 | 8,264 | -0,831 | -13,054 | 0,812 |
| Café em coco (kg) | 0,99 | -1,000 | 0,641 | -36,306 | -29,787 |
| Cana-de-açúcar (t) | 23,52 | -0,759 | 0,134 | 58,528 | 46,178 |
| Feijão (kg) | 0,70 | 11,111 | -10,959 | -3,077 | 16,667 |
| Fumo em folha (kg) | 2,18 | -4,803 | -0,873 | 0,881 | -1,357 |
| Laranja (cento) | 2,54 | 11,894 | 2,392 | 6,075 | 19,249 |
| Milho (kg) | 0,16 | -11,111 | 4,545 | -21,739 | -27,273 |
| Mandioca (ton) | 78,92 | 9,993 | 3,059 | -20,534 | -7,685 |
| Soja (kg) | 0,31 | 0,000 | -6,452 | 6,897 | 6,897 |
| Tomate (kg) | 0,46 | 15,000 | 9,756 | -11,111 | 0,000 |
| Trigo em grão (kg) | 0,22 | 0,000 | 0,000 | 10,000 | 10,000 |
| Cebola (kg) | 0,43 | 19,444 | -16,667 | 20,000 | 30,303 |
| Mamona (kg) | 0,37 | -2,632 | 27,907 | -30,909 | -28,846 |
| Pimenta-do-reino (kg) | 3,56 | 11,250 | 0,244 | -60,976 | -54,242 |
| Sisal (kg) | 0,31 | -6,061 | 3,448 | 10,000 | 0,000 |
| Uva (kg) | 0,74 | -23,711 | - | -1,020 | 10,448 |
| Bezerro até um ano (cabeça) | 212,52 | 4,253 | 3,056 | 21,614 | 23,666 |
| Boi gordo para corte (15kg) | 38,87 | -0,639 | -0,028 | 8,667 | 8,880 |
| Vaca leiteira de raça (cabeça) | 839,61 | 2,289 | 2,220 | 9,822 | 10,514 |
| Vaca leiteira comum (comum) | 494,43 | 2,784 | 1,322 | 17,559 | 16,413 |
| Suíno para corte (15kg) | 21,27 | 0,283 | 0,708 | 6,476 | 8,024 |
| Frango/galinha para corte (kg) | 1,03 | -7,207 | -7,273 | 8,824 | 0,000 |
| Leite (litro) | 0,29 | -3,333 | 0,000 | 3,448 | 0,000 |
| Lã (15kg) | 30,00 | 7,181 | -5,593 | 18,451 | 20,337 |
| Ovos (dúzia) | 0,87 | -4,396 | -4,545 | 8,333 | -4,396 |
| Mel de abelha (litro) | 5,65 | -2,921 | -9,386 | 9,605 | 2,170 |
| Boi magro (cabeça) | 365,98 | 0,279 | 2,153 | 20,191 | 19,633 |

# Indicadores do agronegócio

Brasil: Índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores

Valores nominais (base agosto de 1994 = 100)

| Produtos média | Lavouras[1] | Lavouras-Produtos PGPM | Demais lavouras | Produtos animais | Agropecuária IPR | Sementes | Fertilizantes | Agrotóxicos | Serviços | Combustíveis | Mão-de-obra | IPP |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Out. 2000 | 170,630 | 173,783 | 159,080 | 150,535 | 164,259 | 163,571 | 188,735 | 187,751 | 158,506 | 204,941 | 297,670 | 203,801 |
| Nov. | 171,009 | 173,163 | 160,864 | 148,822 | 163,845 | 164,132 | 189,967 | 187,903 | 158,193 | 205,703 | 294,932 | 203,795 |
| Jan. 2001 | 172,148 | 177,472 | 157,355 | 147,263 | 163,960 | - | - | - | - | - | - | - |
| Fev. | 173,118 | 177,183 | 160,041 | 143,463 | 163,096 | - | - | - | - | - | - | - |

Fonte dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV.

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

# Tendências
# MERCADO INTERNO

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de fevereiro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de março de 2001. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para fevereiro de 2001. Os preços de fevereiro de 2001 são nominais.

Por Carlos Cogo*, Luiz Antonio Pinazza, Regis Alimandro e Rogério Ferreira de Souza

### Algodão (6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

▼ O início da colheita nos estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul e a estimativa de uma safra de 850 mil toneladas de pluma, associada ao recuo dos preços internacionais e à indefinição da política oficial de sustentação de preços, pressionam para baixo os preços do produto no mercado doméstico.

### Arroz agulhinha R$/sc. 60kg

▼ O início da colheita na região Sul, com a estimativa de uma safra de 10,8 milhões de toneladas no Brasil, mesmo com a redução das safras argentina e uruguaia, leva ao recuo das cotações domésticas em função da projeção de estoques finais ainda elevados no Brasil e no Mercosul.

### Boi gordo R$/arroba

▶ O fim do embargo canadense à carne brasileira, o aumento das exportações de carne bovina nos primeiros meses do ano e a expectativa de aumento de exportações em 2001, por conta da doença da vaca louca e da aftosa na Europa, mantêm as cotações firmes no mercado doméstico.

### Café tipo 6/sc. 60kg

▼ O mercado continua pouco movimentado. Mas, aos poucos, diminui a resistência dos detentores de estoque às demandas a preços baixos. O alongamento das dívidas da cafeicultura trouxe algum fôlego aos produtores, mas seu efeito é pontual e será rapidamente absorvido pelos participantes das operações.

### Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg

▶ A redução de 22% na área de cultivo da primeira safra e a queda na qualidade do produto colhido em diversas regiões mantêm as cotações do produto firmes, enquanto não ocorre aumento de oferta oriunda da segunda safra.

### Frango vivo R$/kg

▲ O comportamento das exportações é a notícia mais positiva. Com a doença da vaca louca, os países europeus, normalmente mais resistentes a importar frangos de outros continentes, podem ampliar suas aquisições. É uma oportunidade para o Brasil, cujas vendas estão quase 60% concentradas no Japão e em Hong Kong. A demanda interna prossegue bem firme mas a oferta continua a atender mais ajustada ao mercado. Os preços mostram uma leve recuperação, ainda que sem sustentação a curto prazo.

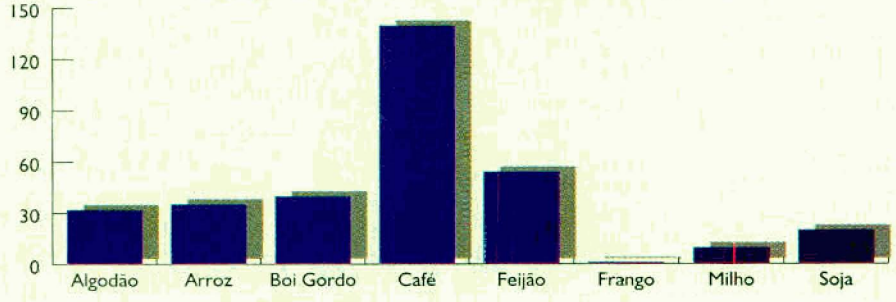
### Milho amarelo semiduro R$/60kg

▲ O mercado vive momentocrítico a curto prazo, com a entrada dos produtos colhidos desde fevereiro. A pressão para o escoamento da safra continuará até a paralisação temporária da colheita para dar vazão à soja em abril e maio próximos. Há muito descontentamento na região do cerrado, onde as cotações estão mais deprimidas, menores que o preço mínimo de R$7,07 a saca. As exportações realizadas pelos estados do Sul poderão ter repercussão, já que o excedente do exercício corresponde a pouco mais de um mês de consumo. Por ora as cotações seguem frouxas.

### Soja-grão industrial R$/60kg

▼ O aumento no preço dos fretes domésticos, com o início da colheita e dos embarques da safra 2000/2001, combinado com o afrouxamento das cotações internacionais, promove pressão baixista sobre os preços no mercado doméstico.

### Preços médios 01-20 dezembro de 2000




### Mercado interno

| Produtos | Fevereiro 2000 | Janeiro 2001 | 01-20 Fevereiro | 14-20 Fevereiro | Tendências |
|---|---|---|---|---|---|
| Algodão (6) Sul do Brasil – R$/15kg disp. | 36,18 | 32,83 | 31,63 | 31,23 | Baixa |
| Arroz agulhinha – R$/sc. 60kg | 35,25 | 34,11 | 34,96 | 35,00 | Baixa |
| Boi gordo – R$/arroba | 42,98 | 39,83 | 39,47 | 39,78 | Estável |
| Café tipo 6 – R$/sc. 60kg | 240,35 | 143,82 | 139,39 | 139,13 | Baixa |
| Feijão carioquinha especial – R$/sc.60kg | 32,77 | 53,57 | 53,18 | 56,20 | Estável |
| Frango vivo – R$/kg | 0,96 | 0,83 | 0,81 | 0,84 | Alta |
| Milho amarelo semiduro – R$/60kg | 17,47 | 10,24 | 9,31 | 9,10 | Alta |
| Soja grão industrial – R$/60kg | 20,21 | 21,70 | 19,57 | 19,00 | Estável |

# Tendências
# MERCADO EXTERNO

### Açúcar US¢/lb. peso mundial branco

▶ Pela primeira vez, em sete anos, a produção mundial não irá cobrir a demanda na safra 2000/2001, levando à redução de estoques e à sustentação das cotações futuras nos próximos meses.

### Algodão 1-1/16" US¢/lb. peso

▼ O consumo mundial estimado em 19,9 milhões de toneladas deve ultrapassar a produção em 1 milhão de toneladas na safra 2000/2001, mas as notícias sobre crescentes estimativas de produção na China continental, juntamente com sinais de desaceleração econômica nos EUA, deram origem a expectativas de preços futuros mais baixos.

### Cacau Bahia US$/t

▼ Pressão nas vendas do produto em virtude do vencimento dos contratos futuros de março. Mercado tende a uma queda nos preços por excesso de oferta.

### Café contrato com Nova York US¢/lb. peso

▼ Já se tornou amplamente consensual que o mercado opera em um quadro de oferta excedente. Estoques em mãos de consumidores permanecem elevados e com tendência a ampliação. O plano de retenção dos países da APPC tem sido crescentemente contestado. São poucos os fatores de sustentação das cotações.

### Milho two yellow US¢/bushel

▼ O mercado vive momento crítico a curto prazo, com a entrada dos produtos colhidos desde fevereiro. A pressão para o escoamento da safra continuará até a paralisação temporária da colheita para dar vazão à soja em abril e maio próximos. Há muito descontentamento na região do cerrado, onde as cotações estão mais deprimidas, menores que o preço mínimo de R$7,07 a saca. As exportações realizadas pelos estados do Sul poderão ter repercussão, já que o excedente do exercício corresponde a pouco mais de um mês de consumo. Por ora as cotações seguem frouxas

### Soja-grão one yellow/bushel

▼ A expectativa de crescimento na área de cultivo da próxima safra norte-americana de 2001/2002, baseada em subsídios internos, sucedendo uma safra recorde na América do Sul em 2000/2001, contrapõe-se ao aumento na demanda pelos países europeus, promovendo pressão baixista sobre as cotações futuras..

### Soja, farelo de US$/t

▶ A pressão altista gerada pelo crescimento na demanda de farelo de soja pelos países europeus é compensada pela expectativa de um aumento na oferta mundial em 2001/2002, com uma safra 2000/2001 recorde na América do Sul e aumento na área de cultivo 2001/2002 nos EUA..

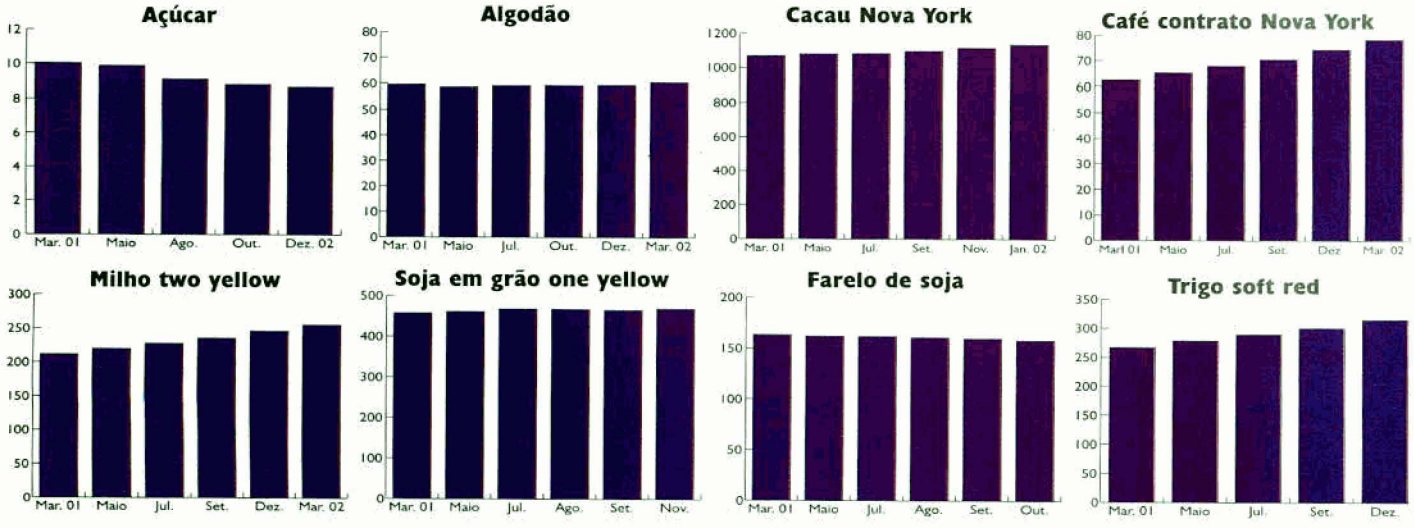
### Trigo Soft Red US¢/bushel

▶ A safra mundial 2001/2002 está estimada em 576 milhões de toneladas, volume quatro milhões de tpneladas abaixo da safra 2000/2001, reduzindo a projeção de estoques mundiais e dando sustentação às cotações futuras do grão.

### Mercado externo — médias dos primeiros futuros

| | Açúcar US¢/Lb. peso mundial | Algodão 1-1/16" US¢/Lb. peso | Cacau Bahia US$/t | Café contrato com Nova York US¢/Lb. peso | Milho two yellow US¢/bushel | Soja em grão one yellow US$/bushel | Farelo de soja US$/t | Trigo soft red US¢/bushel |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fevereiro 2000 | 5,25 | 56,78 | 763,65 | 106,48 | 219,66 | 505,49 | 163,72 | 259,46 |
| Janeiro 2000 | 10,11 | 60,56 | 917,62 | 66,01 | 216,35 | 477,52 | 179,24 | 282,13 |
| 01-20 de Fevereiro | 10,04 | 59,48 | 1.069,46 | 62,50 | 211,83 | 457,13 | 163,25 | 266,83 |
| 14-20 Fevereiro | 9,60 | 59,53 | 1.101,75 | 63,15 | 212,25 | 452,56 | 161,85 | 266,38 |

### Futuros




*Cogo é consultor da Agromercados Consultoria Agroeconômica Ltda.

# Soja e energia



**Roberto Rodrigues** *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da ABAG e professor de economia rural da UNESP.*

O futuro da soja no Brasil parece muito promissor. Em 2001 vamos produzir cerca de 36 milhões de toneladas da leguminosa, em uma área de 13,7 milhões de hectares com produtividade média de 2,6t/ha.

Já temos tecnologia para elevar tranqüilamente essa produtividade a 3,5t/ha. A área pode ser ampliada em mais 10 milhões de hectares. O potencial mínimo de produção, a médio prazo, é portanto de 80,5 milhões de toneladas, mais do que o dobro da atual.

O problema da vaca louca na Europa criou grande expectativa de aumento da demanda de farelos vegetais para substituir as farinhas animais na fabricação de rações. Mercados gigantescos como a China – que brevemente integrará a OMC – se mostram interessados em soja.

No entanto, o preço que os agricultores brasileiros estão recebendo este ano não é convidativo. Desde o ajuste cambial de janeiro de 1999, aliás, a remuneração do sojicultor está caindo.

Por outro lado, a indústria de óleos vegetais do Brasil, atingida em cheio por um sistema tributário míope, que mata a galinha dos ovos de ouro, fica em desvantagem com a da Argentina, beneficiada pelo reintegro, ou seja, devolução de tributos para produtos exportados.

A guerra fiscal entre estados e a tributação sobre as exportações estabelecida por alguns deles, em flagrante desrespeito à lei Kandir, tiram sustentabilidade do setor industrial, o que não interessa aos produtores rurais e a nenhum outro elo da cadeia produtiva.

A reforma tributária é fundamental para resolver boa parte da problemática da sojicultura tupiniquim – e fique claro que nem mesmo a indústria defende o imposto de exportação, solução inimaginável de tão pouco inteligente.

Mas há outros problemas, internos e externos.

Cerca de 87% do óleo vegetal consumido no Brasil provêm da soja. É uma das taxas mais altas do mundo, que tende a cair com a entrada do óleo de girassol do Mercosul – sem falar no baratíssimo óleo de palma ou dendê, cuja produção cresce espantosamente na Malásia, Indonésia e em outros países asiáticos.

Nos últimos cinco anos a área plantada com soja nos EUA cresceu 3% ao ano: eram 25,7 milhões de hectares em 1996 e são 30,2 milhões em 2001, como resultado da brutal carga de subsídios recebidos pelos agricultores locais; os preços internacionais estão muito abaixo do preço mínimo norte-americano, o que sustenta a produção deles, garantindo até mesmo crescimento, enquanto nós pagamos mais impostos, sem nenhuma proteção. Sem falar de nossos conhecidos problemas logísticos.

Assim, com as ameaças determinadas pela inacreditável lentidão da reforma tributária e pela desleal concorrência externa – da indústria argentina e dos tesouros dos países ricos –, o cenário perde seu tom animador.

Aproveitar a boa oportunidade que a história coloca à nossa frente exige que a cadeia produtiva da soja brasileira consiga se unir e trabalhar uma proposta única, que o governo não pode ignorar. Afinal, o mercado mundial do produto é prostituído por ações de governos dos outros países, e o nosso não pode jogar o sojicultor nessa guerra sem nenhuma compensação. O governo pode ajudar muito, mesmo que só atue na área tributária e mesmo que deixe os investimentos em logística por conta do setor privado.

Mas há uma outra fantástica possibilidade: o biodiesel, energia alternativa a partir de óleo de soja, um verdadeiro ovo de Colombo.

O biodiesel é energia renovável e não finita, como acontece com o petróleo. Pode ser usado como combustível 100% puro ou ser misturado ao diesel, em até 5%, sem uma única mudança em motores. É biodegradável e não tóxico, ótimo portanto para o meio ambiente, pois reduz o monóxido de carbono, os hidrocarbonos não queimados e óxidos sulfúricos.

O Brasil consome hoje 35 milhões de toneladas/ano de óleo diesel. A economia de petróleo importado seria muito grande com o biodiesel. O sistema de produção poderia ser feito através de minidestilarias, distribuindo renda, gerando empregos, abrindo a fronteira agrícola; enfim, parece incrível que tal idéia não avance.

# AGRISHOW® 2001

## O futuro da sua cultura está aqui.
## Não perca este show de tecnologia.




Cia. de Idéias

Fotos cedidas pela revista Panorama Rural - Fotógrafo Ari Ribeiro

ATRAÇÃO ESPECIAL
AGRISHOW PASTAGEM E FENAÇÃO
2ª FEIRA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA APLICADA À NUTRIÇÃO E MANEJO ANIMAL

## De 30 de Abril a 05 de Maio de 2001

Local: Núcleo de Agronomia da Alta Mogiana do Instituto Agronômico IAC - Ribeirão Preto / SP - Brasil

**REALIZADORES:** ABAG - ABIMAQ - ANDA - SRB
**CO - REALIZADORES:** ABC - ABRASEM - ACI - ACIRP - AEASP - ANDEF - FAESP - MAA - OCB - OCESP - PMRP - SAA - SIMERS
**APOIO:** BNDES/FINAME - ESALQ/USP - FINEP - IAC - UNESP JABOTICABAL

TRANSPORTADORA OFICIAL: VARIG

PATROCINADORES: BANCO DO BRASIL · banespa · Bradesco

Av. Jabaquara, 2925 / 4º andar CEP: 04045-902 São Paulo - SP - Tel.: (11) 5582- 6421 E- mail: agrishow@abimaq.org.br

Tópico: Diversidade

# INDIVIDUALMENTE ELAS SÃO ESPECIAIS. JUNTAS, PODEM SER ESPETACULARES.

*Na natureza, duas coisas não são exatamente iguais. O mesmo se aplica às pessoas. Cada uma é única em conhecimento. Cultura. E experiência. Na Monsanto, acreditamos na riqueza da diversidade. Todos os dias, interagimos com pessoas não só de diferentes origens, mas também de diferentes áreas. Como agricultura, medicina e nutrição. Pois sabemos que, juntando nossas capacidades, podemos criar uma empresa com resultados espetaculares.*

MONSANTO

*Alimento • Saúde • Esperança*™